

# **BANCO DE CABO VERDE**

## **RELATÓRIO ANUAL**

## **BALANÇO E CONTAS**

## **EXERCÍCIO DE 2008**

**Cidade da Praia  
2009**

### **Ficha Técnica**

**Título:** Relatório Anual de 2008

**Editor:** Banco de Cabo Verde  
Avenida Amílcar Cabral, 27  
CP 7600 -101 - Praia - Cabo Verde  
Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197  
<http://www.bcv.cv>

**Paginação e**

**Impressão:** Departamento de Administração Geral

**Tiragem:** 200 Exemplares

# Índice

<b>Nota Preambular .....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 1. Evolução Económica e Monetária .....</b>	<b>15</b>
1. Decisões de Política Monetária .....	15
2. Enquadramento Externo .....	16
3. Actividade Económica Nacional .....	19
3.1 - Procura e Produção .....	19
3.1.1 - Consumo .....	21
3.1.2 - Investimento .....	22
3.1.3 - Comércio Externo de Bens e Serviços .....	23
3.1.3.1 - Turismo .....	26
3.2 - Preços .....	27
4. Evolução dos Agregados Monetários .....	29
4.1 - Desenvolvimentos Monetários e Financeiros .....	30
4.2 - Evolução do Agregado Monetário M2 .....	31
4.2.1 - Principais Componentes do M2 .....	31
4.2.2 - Principais Contrapartidas do M2 .....	33
4.3 - Base Monetária .....	35
5. Mercado Financeiro .....	39
5.1 - Mercado Monetário .....	39
5.2 - Mercado da Dívida Pública .....	40
5.3 - Mercado de Valores Mobiliários .....	42
6. Política Orçamental e Fiscal .....	43
6.1 - Receitas e Despesas Públicas .....	45
6.1.1 - Receitas .....	45
6.1.2 - Despesas .....	46
6.2 - Dívida Pública .....	48
6.2.1 - Dívida Interna .....	48
6.2.2 - Dívida Externa .....	50
7. Taxas de Câmbio e Balança de Pagamentos .....	51
7.1 - Taxas de Câmbio .....	51
7.2 - Evolução da Balança de Pagamentos .....	52
7.2.1 - Balança Corrente .....	54
7.2.2 - Balança Financeira .....	58
7.3 - Posição de Investimento Internacional .....	59
<b>Capítulo 2. Estabilidade e Supervisão do Sistema Financeiro .....</b>	<b>63</b>
1. Estabilidade do Sistema Financeiro .....	63
2. Sistema Bancário .....	63
2.1 - Situação Geral .....	63
2.2 - Desenvolvimento Institucional e Quadro Regulamentar .....	70
3. Sistema Segurador .....	71
3.1 - Evolução Geral .....	71
3.2 - Resultados de Exploração .....	74
<b>Capítulo 3. Operações do Banco Central e Outras Actividades .....</b>	<b>79</b>
1. Execução da Política Monetária .....	79
1.1 - Gestão da Liquidez .....	79
1.2 - Operações tipo Mercado Aberto .....	81
1.3 - Facilidades permanentes de liquidez .....	81
1.4 - Reservas Mínimas – Disponibilidades Mínimas de Caixa .....	82
1.5 - Gestão de Reservas .....	83
2. Sistema de Pagamentos .....	84
2.1 - Infra-estruturas de Pagamento .....	84
2.2 - Redes de pagamentos .....	85

2.2.1 - Rede Vinti4 .....	85
2.2.2 - SWIFT .....	86
2.3 - Sistemas de Liquidação Interbancária .....	86
2.3.1 - Serviços de compensação Interbancária .....	86
2.3.2 - Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação .....	87
2.4 - Meios e Instrumentos de Pagamento .....	87
2.4.1 - Numerário .....	87
2.4.2 - Cheques .....	88
2.4.3 - Transferências .....	88
2.4.4 - Cartões de pagamento .....	89
3. Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária .....	90
3.1 - Aspectos organizacionais e funcionais .....	90
3.2 - Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL) .....	91
3.3 - Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL) .....	91
3.3.1 - Compensação de Cheques e Documentos Afins .....	92
3.3.2 - Compensação de Transferências Interbancárias .....	92
3.3.3 - Liquidação das operações da Rede Vinti4 e da Bolsa de Valores .....	94
4. Emissão e Tesouraria .....	94
4.1 - Circulação de Notas e Moedas .....	94
4.2 - Emissão de Notas e Moedas .....	98
5. Actividades do Banco de Cabo Verde .....	99
5.1 - Comunicação Externa e Relações Internacionais .....	99
5.2 - Estatísticas e Estudos Económicos .....	100
5.3 - Actividades em outras áreas .....	101
5.3.1 - Área Monetária e Cambial .....	101
5.3.2 - Área de Sistema de Pagamento.....	101
5.3.3 - Área da Supervisão .....	101
<b>Capítulo 4. Enquadramento Institucional e Organização .....</b>	<b>105</b>
1. Órgãos de Gestão do Banco de Cabo Verde .....	105
2. Recursos Humanos .....	106
<b>Capítulo 5- Balanço e Contas de Resultados .....</b>	<b>111</b>
Anexos às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2008 .....	115
<b>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal .....</b>	<b>147</b>
<b>Relatório e Parecer da Auditoria Externa .....</b>	<b>153</b>

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Comércio Mundial de Bens e Serviços e PIB .....	17
Gráfico 2 - Indicador de Clima Económico .....	20
Gráfico 3 - Contributos para o Crescimento Anual do PIB Real.....	20
Gráfico 4 - Indicadores de Consumo .....	21
Gráfico 5 - Indicadores de Investimento .....	22
Gráfico 6 - Investimento Directo Externo .....	23
Gráfico 7 - Exportações Cabo-verdianas e Actividades na Zona Euro .....	23
Gráfico 8 - Procura Turística .....	26
Gráfico 9 - Procura e Taxas de Ocupação por Ilhas .....	27
Gráfico 10 - Índice de Preços no Consumidor (em %) .....	28
Gráfico 11 - Contributos das principais componentes para a Inflação medida pelo IPC .....	28
Gráfico 12 - Índice de Preços no Consumidor .....	28
Gráfico 13 - Massa Monetária, PIB Real e Inflação .....	30
Gráfico 14 - Massa Monetária, Activos Externos Líquidos e Crédito Interno Líquido .....	30
Gráfico 15 - Composição da Massa Monetária .....	32
Gráfico 16 - Contribuição Sectorial para a Taxa de Crescimento do Crédito .....	33
Gráfico 17 - Distribuição Sectorial do Crédito (2007) .....	34
Gráfico 18 - Distribuição Sectorial do Crédito (2008) .....	34
Gráfico 19 - Activos Externos Líquidos do Sistema .....	34
Gráfico 20 - Fontes da Base Monetária .....	36
Gráfico 21- Composição da Base Monetária .....	36
Gráfico 22 - Reservas Excedentárias/ Depósitos Totais .....	36
Gráfico 23 - Activos Externos Líquidos dos Bancos Comerciais .....	36

Gráfico 24 - Empréstimos ao Sector Privado .....	37
Gráfico 25 - Stock de TIM e TRM detidos pelas IFB .....	37
Gráfico 26 - Massa Monetária e Base Monetária .....	38
Gráfico 27 - Crédito Líquido ao SPA e Multiplicador Monetário .....	38
Gráfico 28 - Massa Monetária / Base Monetária .....	38
Gráfico 29 - Velocidade de Circulação Monetária .....	38
Gráfico 30 - Massa Monetária/Base Monetária.....	39
Gráfico 31 - Taxas de Juros Efectivas praticadas nas Operações de Crédito .....	40
Gráfico 32 - Taxas de Juros Efectivas praticadas nas Operações de Depósitos .....	40
Gráfico 33 - Taxas de Juros no Mercado Primário .....	41
Gráfico 34 - Taxas de Juros de Obrigações do Tesouro .....	41
Gráfico 35 - Operações Financeiras do Estado .....	44
Gráfico 36 - Distribuição Funcional das despesas em 2008 .....	47
Gráfico 37 - Distribuição Funcional das despesas .....	47
Gráfico 38 - <i>Stock</i> da Dívida Interna .....	48
Gráfico 39 - <i>Stock</i> da dívida interna/Receitas orçamentais .....	49
Gráfico 40 - Juros da dívida interna/Receitas orçamentais .....	49
Gráfico 41 - Dívida Pública Interna .....	49
Gráfico 42 - Distribuição da Dívida Pública Interna por Sectores Institucionais .....	50
Gráfico 43 - Índice de Taxa de Câmbio Efectivas Nominais e Real .....	52
Gráfico 44 - Saldo da Conta Corrente em % PIB & o Impacto dos Preços de Combustíveis.....	53
Gráfico 45 - Taxas de Crescimento das Exportações e Importações e o Rácio de Cobertura .....	53
Gráfico 46 - Défice da Conta Corrente e Fluxos de Capital .....	54
Gráfico 47 - Principais itens de financiamento do défice em Conta Corrente .....	54
Gráfico 48 - Balança Corrente (Composição) .....	55
Gráfico 49 - Receitas de Turismo e Remessas de Emigrantes .....	57
Gráfico 50 - Principais Rubricas do Activo e Passivo do Sistema Bancário .....	64
Gráfico 51 - Rendibilidade do Activo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE) .....	66
Gráfico 52 - Rendibilidade do Activo – ROA.....	67
Gráfico 53 - Rácio de Adequação de Fundos Próprios .....	68
Gráfico 54 - Estrutura da Carteira .....	72
Gráfico 55 - Taxa de Sinistralidade Global .....	74
Gráfico 56 - Liquidez Bancária por período de manutenção das DMC .....	80
Gráfico 57 - Emissões de TIM e TRM .....	81
Gráfico 58 - Facilidade Permanente de Absorção da Liquidez - Dep. ON (1, 3 e 4 dias).....	82
Gráfico 59 - Disponibilidades Mínimas de Caixa .....	83
Gráfico 60 - Evolução anual de cartões produzidos e em circulação .....	89
Gráfico 61 - Operações “ <i>Cash-advance</i> ” e Visa Internacional .....	90
Gráfico 62 - Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação.....	91
Gráfico 63 - Transferências apresentadas à Compensação por participantes.....	93

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Produto Interno Bruto e Inflação .....	17
Quadro 2 - Composição do Crescimento do PIB .....	20
Quadro 3 - Exportações de Mercadorias .....	24
Quadro 4 - Distribuição Geográfica das Exportações de Mercadorias .....	24
Quadro 5 - Importações de Mercadorias CIF .....	25
Quadro 6 - Distribuição Geográfica das Importações de Bens .....	25
Quadro 7 - Principais Indicadores de Turismo .....	26
Quadro 8 - Nível de Reservas Externas do Banco Central .....	30
Quadro 9 - Principais Indicadores da Situação Monetária .....	31
Quadro 10 - Principais Componentes da Massa Monetária.....	32
Quadro 11 - Principais Indicadores da Situação Monetária.....	33
Quadro 12 - Base Monetária .....	35
Quadro 13 - Volume Global de Procura e Oferta no Mercado Primário .....	42
Quadro 14 - Volume Total de Transacções no Mercado Secundário .....	42
Quadro 15 - Empresas Cotadas nos Segmentos Accionista e Obrigacionista .....	43
Quadro 16 - Principais Indicadores Orçamentais .....	44
Quadro 17 - Receitas da Administração Pública .....	45
Quadro 18 - Despesas da Administração Pública .....	46

Quadro 19 - Dívida Externa por Credores em 2008 .....	51
Quadro 20 - Balança de Pagamentos .....	52
Quadro 21 - Actividade nos principais Aeroportos Internacionais do País.....	54
Quadro 22 - Balança de Serviços .....	56
Quadro 23 - Balança de Rendimentos .....	56
Quadro 24 - Evolução das Remessas de Emigrantes em Divisasl .....	57
Quadro 25 - Balança Financeira .....	58
Quadro 26 - Principais Indicadores da Dívida Externa .....	59
Quadro 27 - Posição de Investimento Internacional .....	59
Quadro 28 - Posição de Investimento Internacional por Sectores Institucionais .....	60
Quadro 29 - Indicadores de Solidez Financeira .....	65
Quadro 30 - Distribuição Sectorial do Crédito Bancário .....	69
Quadro 31 - Transacções dos cartões de pagamentos e terminais de pagamentos .....	70
Quadro 32 - Taxa de Penetração e Densidade do Seguro .....	71
Quadro 33 - Evolução e Estrutura da Carteira .....	72
Quadro 34 - Custos com Sinistros .....	73
Quadro 35 - Resultado Líquido Agregado .....	74
Quadro 36 - Provisões Técnicas .....	75
Quadro 37 - Cobertura das Provisões Técnicas por Activos .....	75
Quadro 38 - Composição dos Investimentos .....	75
Quadro 39 - Margem de Solvência .....	76
Quadro 40 - Cartões e Terminais da Rede Vinti4.....	85
Quadro 41 - Operações liquidadas no Banco de Cabo Verde.....	90
Quadro 42 - Compensação das Transferências Interbancárias por Praça Troca Física 2008 .....	93
Quadro 43 - Circulação Monetária de Notas .....	94
Quadro 44 - Circulação Monetária de Moedas .....	95
Quadro 45 - Depósitos/Levantamentos.....	96
Quadro 46 - Contrafacção de Notas .....	97
Quadro 47 - Emissão de Notas.....	98
Quadro 48 - Nível académico.....	106
Quadro 49 - Participantes em Acções de Formação .....	106
Quadro 50 - Disponibilidades e outra aplicações .....	123
Quadro 51 - Depósitos à ordem no estrangeiro .....	124
Quadro 52 - Aplicações a curto prazo no estrangeiro - ME .....	124
Quadro 53 - Créditos a não Residentes .....	125
Quadro 54 - Carteira de títulos estrangeiros .....	125
Quadro 55 - Activos sobre organismos internacionais .....	126
Quadro 56 - Crédito a Instituições Financeiras .....	126
Quadro 57 - Crédito ao Estado .....	127
Quadro 58 - Crédito a Outras Entidades .....	127
Quadro 59 - Títulos Nacionais .....	128
Quadro 60 - Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis .....	130
Quadro 61 - Contas de Regularização Activas.....	131
Quadro 62 - Notas e Moedas em Circulação .....	131
Quadro 63 - Responsabilidades para com o Exterior .....	132
Quadro 64 - Empréstimos e outros créditos .....	132
Quadro 65 - Responsabilidades para com Instituições Financeiras .....	133
Quadro 66 - Responsabilidades para com o Estado .....	133
Quadro 67 - Contas de Regularização Passivas .....	135
Quadro 68 - Capital .....	136
Quadro 69 - Juros e Proveitos Equiparados .....	137
Quadro 70 - Juros e Custos Equiparados.....	138
Quadro 71 - Rendimentos de Títulos .....	138
Quadro 72 - Lucros em Operações Financeiras .....	139
Quadro 73 - Prejuízos em Operações Financeiras .....	139
Quadro 74 - Resultados de Reavaliação Cambial .....	140
Quadro 75 - Outros Resultados de Exploração .....	140
Quadro 76 - Custos com Emissão e Destruição de Notas e Moedas .....	141
Quadro 77 - Custos com o Pessoal .....	141
Quadro 78 - Fornecimentos e Serviços de Terceiros .....	142

## NOTA PREAMBULAR





## Nota Preambular

A crise financeira que se abateu sobre a economia mundial em 2008, provocou uma viragem na forma como muitos responsáveis políticos, economistas, empresários e cidadãos comuns encaram as questões económicas e o papel do Estado na economia.

Uma característica distintiva do momento actual prende-se com o forte travão esperado na liquidez, associado a uma extrema aversão ao risco, a quase total indisponibilidade de *funding* (afectando empresas, bancos, famílias) e a quase inexistente propensão à despesa por parte do sector privado. Se a crise actual não tem precedentes nas últimas décadas, também os estímulos monetários e orçamentais têm assumido, em muitos casos, uma dimensão e rapidez inéditos, contribuindo para evitar cenários idênticos aos da Grande Depressão dos anos 1930.

Para o desenvolvimento da crise, que teve origem no colapso no mercado imobiliário dos Estados Unidos, vulgarmente conhecido por *subprime*, contribuíram, para além da excessiva desregulamentação do sistema financeiro, essencialmente dois factores: por um lado, as baixas de taxas de juro que a Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) praticou durante anos e por outro, as políticas estatais de incentivo à compra de casa própria por parte das famílias de menores recursos, postas em prática através de duas grandes instituições semi-públicas, que garantiam a maior parte dos créditos à habitação concedidos pela banca nos USA.

Os problemas surgiram quando a FED voltou a subir os juros, em 2005, deixando muitas dessas famílias de menores rendimentos sem a possibilidade de pagarem os seus empréstimos, com os bancos a terem de reconhecer milhões de dólares em crédito mal parado. Simultaneamente, o mercado imobiliário foi subitamente inundado por milhares de casas devolvidas ou penhoradas pelos bancos, o que contribuiu para a descida do preço dos imóveis, cujos valores que serviam de garantia aos empréstimos passaram a ser inferiores aos montantes em dívida.

As consequências imediatas deste colapso ficariam restritas ao sector bancário norte-americano se o risco não se encontrasse disperso por todo o sistema financeiro internacional. Com efeito, o que começou por ser uma crise relacionada com o crédito à habitação nos EUA, alastrou-se pelos diferentes produtos titularizados de uma forma generalizada, uma vez que um montante considerável do crédito concedido foi transformado em títulos (*residential mortgage-backed securities* - RMBS) e mais tarde em instrumentos (*collateralised debt obligations* - CDO), os denominados produtos tóxicos adquiridos na sua grande maioria por instituições financeiras mundiais.

Com o reconhecimento das perdas pelos bancos assistiu-se ao congelamento do mercado interbancário internacional. Ressentindo o sistema da falta de liquidez, os bancos com liquidez receiam emprestar aos outros, mesmo que, em certos casos, os Estados actuem como garantes nesses empréstimos. Deste modo, sem financiamento entre bancos, estes por sua vez não concedem empréstimos às empresas, que sufocadas por insuficiência de apoios de tesouraria, iniciam processos de despedimentos e falências.

Em 2008, a crise revelou-se em todo o seu potencial, alastrando-se ao sector real da maior parte das principais economias mundiais, com os governos a serem forçados a agir

de forma a impedir a falência de todo o sistema financeiro. Porém não impedindo que as economias entrassem numa recessão sem precedentes desde a última grande depressão.

Neste contexto globalmente adverso, seria inevitável que a economia de Cabo Verde não sofresse também arrefecimento, ainda que em 2008 os principais indicadores económicos tenham apresentado um quadro positivo apesar da emergência de sinais negativos que importa acompanhar.

Assim a actividade económica nacional, medida pelo crescimento do PIB real, segundo estimativas do Banco de Cabo Verde (BCV), registou uma desaceleração no seu ritmo de crescimento de 6,7% em 2007 para 5,9% em 2008, enquanto que a taxa de inflação, medida pela taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), revela uma pronunciada aceleração, atingindo no final do ano os 6,8%, reflexo ainda dos aumentos dos preços dos combustíveis mas também impulsionada pela evolução dos preços da sua componente principal, os bens alimentares.

A nível das contas externas, ainda que no quadro de uma menor dinâmica dos sectores do Turismo e do IDE, o défice da conta corrente apresentou uma diminuição do seu peso no PIB, dado a melhoria da balança comercial (desaceleração no crescimento das importações e aceleração das exportações). A conta de capital e operações financeiras apresentou uma evolução positiva, ainda que diminuindo relativamente ao ano transacto permitindo que a balança global permanecesse positiva, tornando possível um reforço das reservas externas oficiais equivalentes a 4,1 prospectivas de bens e serviços.

A posição das contas públicas continuou a apresentar melhorias com moderação no crescimento das despesas e boa performance na arrecadação de receitas, contribuindo para a diminuição das necessidades de financiamento do Estado, com a dívida pública interna (excluindo TCMF) a situar-se nos 19,3% do PIB. Como resultado, assistiu-se à diminuição do saldo global para 0,9% do PIB.

O sistema bancário continuou a evidenciar robustez, conforme os vários indicadores de rendibilidade e de estabilidade. A sua fraca exposição ao mercado internacional constituiu um factor de resiliência, contudo o sector apresentou algumas vulnerabilidades associadas principalmente ao risco de crédito, quando se constatou uma significativa concentração bancária, forte dependência do *funding* nos depósitos de emigrantes e excessiva exposição do crédito no sector imobiliário.

Não sendo de vislumbrar nenhuma bolha imobiliária no segmento habitacional para residentes, o mesmo não se poderá dizer quanto à imobiliária turística. Com efeito, as condições financeiras e, em particular, o acesso ao crédito na Zona Euro, começaram a ter efeitos de contágio na economia cabo-verdiana, em sectores importantes como a construção civil e particularmente na imobiliária turística, com os seus efeitos paralelos no balanço dos bancos.

Acontecimentos que se registaram a nível do sector do turismo e da imobiliária turística, fortemente ancorados no IDE, representaram, por um lado, uma reconfiguração no processo de financiamento do desenvolvimento nacional, fazendo diminuir a forte dependência dos fluxos de remessas e ajuda externa. Por outro lado, apontaram, na esfera monetária e financeira, para as vulnerabilidades existentes a nível da sustentabilidade do regime cambial, fortemente dependente de um nível adequado de reservas externas.

A evolução macroeconómica do país continuou a ser monitorada pelo FMI, no âmbito do acordo de “*Policy Support Instrument*” (PSI), assinado em Julho de 2006, com a duração de três anos, e cujo objectivo é a criação de um ambiente macroeconómico estável, propi-

ciador de um crescimento sustentado, e o apoio na implementação de reformas estruturais, que permitam ao país fortalecer o seu processo de desenvolvimento a médio prazo, reduzir a pobreza e aumentar a resiliência a choques. As missões do FMI realizadas no âmbito do PSI em 2008 avaliaram positivamente o desempenho da economia nacional.

Das avaliações realizadas constatou-se que a economia cabo-verdiana permaneceu forte no período e que o impacto da crise global encontrava-se “sob controlo” graças a importantes almofadas criadas nos últimos anos através de uma gestão macroeconómica prudente, em particular com a criação de alguma poupança corrente na execução da política orçamental. De forma consistente com o programado, os objectivos propostos foram plenamente alcançados, nomeadamente no que respeita à acumulação de reservas externas, crédito líquido ao Governo e redução do *stock* da dívida pública.

Não obstante a evolução económica e financeira positiva registada em 2008, a nível interno o contexto de crise económica e financeira internacional evidenciou as vulnerabilidades estruturais da economia de Cabo Verde, nomeadamente a nível da balança de pagamentos, convocando a necessidade de persistir no esforço de consolidação da estabilidade macroeconómica, com ênfase para as políticas orçamental e monetária, para a salvaguarda da credibilidade do regime cambial, que no ano em referência atingiu uma década de existência. A nível microeconómico ficou mais clara a necessidade de acelerar o processo de superação estrutural, em particular a nível da melhoria da competitividade, da diversificação da base produtiva e da capacidade exportadora, com destaque para a área dos serviços.

O documento ora em apresentação encontra-se estruturado em duas partes, sendo que na primeira é apresentada uma revista económica contendo os desenvolvimentos nos principais sectores da actividade económica nacional e na segunda parte são apresentadas as contas de gerência do Banco.



# Capítulo 1

## EVOLUÇÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA



# Capítulo 1. Evolução Económica e Monetária

## 1. Decisões de Política Monetária

A execução da política monetária pelo Banco de Cabo Verde (BCV) em 2008 reflectiu os efeitos de uma conjuntura internacional desfavorável e uma pronunciada tendência de aceleração dos preços a nível mundial, em consequência do encarecimento das matérias-primas, particularmente dos produtos petrolíferos e dos bens alimentares.

O contexto de implementação da política monetária pelo BCV caracterizou-se pela aceleração dos preços no mercado interno, com a taxa de inflação média anual a atingir os 6,8%, 2,4 p.p acima do valor registado no ano anterior. No entanto, as taxas de variação homóloga inverteram a tendência altista nos três últimos meses do ano, situando-se em 6,7% em Dezembro (10,2% em Outubro de 2008), acompanhando desta forma a tendência de esvaziamento de pressões inflacionistas a nível mundial, justificada pela descida dos preços das matérias-primas, em particular os preços do petróleo.

No tocante à evolução da actividade económica, as estimativas do BCV para o crescimento do PIB real da economia cabo-verdiana para 2008 apontam para uma taxa de crescimento na ordem dos 5,9%, o que representa uma redução de 0,8 p.p. comparativamente a 2007. A moderação no ritmo de crescimento da actividade económica é explicada pela redução do contributo da procura interna para o crescimento económico, particularmente das suas componentes consumo e investimento privado.

Os impactos económicos da crise financeira internacional, traduzidos no abrandamento da actividade económica nas principais economias mundiais, associam-se de alguma forma à redução dos fluxos de capitais provenientes do exterior, nomeadamente a diminuição dos desembolsos da dívida externa privada, a redução do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e das remessas de emigrantes.

Estes desenvolvimentos sobre o exterior estiveram na origem de uma trajectória gradualmente descendente das Disponibilidades Líquidas do Banco de Cabo Verde, para a qual também contribuiu a intensificação das operações no mercado cambial, em resultado de pagamentos externos diversos e de vendas sucessivas de divisas pelo BCV aos bancos comerciais. O menor influxo de reservas externas resultante colocou em risco o cumprimento das metas fixadas no âmbito do acordo PSI, firmado com o FMI.

Neste contexto, a autoridade monetária foi obrigada a adoptar medidas no sentido de corrigir a trajectória das DLX, optando por introduzir sucessivas alterações à sua taxa directora, com reflexos imediatos nas taxas praticadas nos instrumentos de gestão de liquidez, designadamente as facilidades permanentes.

Visando a acumulação de reservas externas, essencial ao cumprimento das metas programadas no quadro do acordo PSI, o BCV decidiu, no mês de Julho, aumentar em 25 pontos base a sua taxa de referência para o mercado (as taxas de juro dos Títulos de Regularização Monetária). A continuidade da queda das reservas externas levou o Banco Central a uma nova alteração na sua taxa directora, com um aumento de 50 pontos base em Setembro e novamente em Outubro, na mesma proporção.

A prevalência de um excedente estrutural de liquidez no sistema bancário, com oscilações frequentes ao longo do ano, levou o BCV a dar continuidade a fortes intervenções de absorção de liquidez com operações tipo *Open Market*, sobretudo a muito curto prazo por preferência dos bancos comerciais. No entanto, as intervenções encetadas pelo BCV não se traduziram na redução da liquidez excedentária que, em 2008, aumentou 66,6% relativamente ao ano anterior, reflectindo os avultados reembolsos dos títulos de intervenção e de regularização monetária vencidos e o impacto menos favorável dos factores autónomos de liquidez.

A execução da política monetária pelo BCV, manteve-se assente nos objectivos de equilíbrio da Balança de Pagamentos via a acumulação de reservas externas, contribuindo assim para o cumprimento da meta traçada no âmbito do PSI para as reservas internacionais líquidas e para a salvaguarda do peg fixo com o Euro.

A gestão da política monetária conduzida pela Autoridade Monetária, com a colocação de títulos próprios no montante de 6.886,6 milhões de ECV, contou com o apoio da política orçamental do Governo, quando o Tesouro manteve em média, e até Novembro, um saldo líquido positivo na sua conta junto ao Banco Central, de 4.000 milhões de CVE. Neste contexto, foi possível a redução dos activos internos líquidos do BCV, mas não o suficiente de modo a possibilitar o cumprimento da meta estabelecida no âmbito do programa PSI para os activos internos líquidos.

## 2. Enquadramento Externo

A economia mundial registou em 2008 um crescimento económico de 3,1% (5,1% em 2007), de acordo com as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), reflectindo um abrandamento global da actividade económica, ocorrido sobretudo nas economias avançadas, que no seu conjunto acusaram um crescimento de 0,8% (2,7% em 2007). Para esta evolução contribuiu decididamente a crise financeira que assolou os mercados financeiros, com início em Agosto de 2007. A ocorrência de vários acontecimentos marcou o auge da crise, nomeadamente a falência da *Lehman Brothers* e o resgate da seguradora *American International Group* (AIG) em Setembro de 2008.

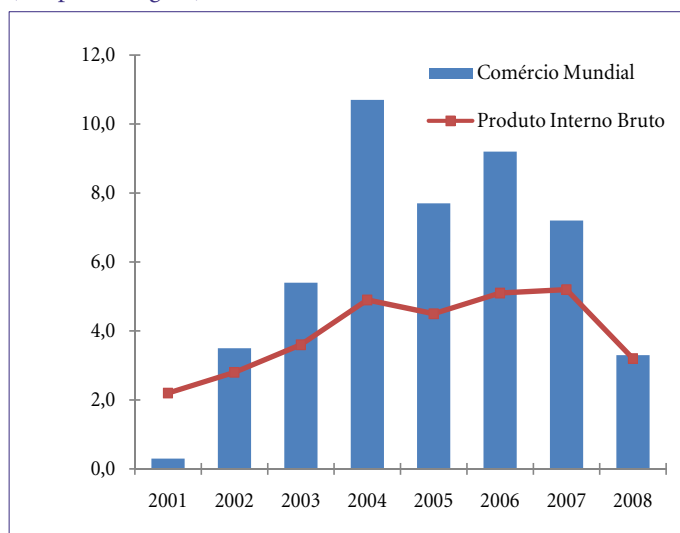
O comércio mundial foi grandemente afectado pela crise financeira porquanto registou-se uma redução considerável das trocas comerciais internacionais, em virtude da diminuição do consumo privado e da produção industrial mundial. Estes desenvolvimentos afectaram sobretudo a economia da Zona Euro e do Japão que acusaram taxas de crescimento de 0,8% e -0,7%, respectivamente, muito abaixo do registado em 2007 (2,7% e 2,3%, respectivamente).

Traduzindo a contracção na actividade económica, assistiu-se a uma redução do nível de preços mundiais de *commodities*, o que provocou um rápido alastramento dos impactos da crise para os mercados emergentes e em desenvolvimento, que no decurso do ano de 2008 cresceram 6% face aos 8,3% registados em 2007.



## Gráfico 1 - Comércio Mundial de Bens e Serviços e PIB

(em percentagem)



Fonte: Fundo Monetário Internacional e BCV

A diminuição do nível de preços de *commodities* aliado ao abrandamento na actividade económica mundial, contribuíram para a redução das pressões inflacionistas, tendo-se observado nos últimos meses de 2008 uma inversão da tendência de crescimento das taxas de inflação verificada no início do ano.

Neste quadro de contracção global da actividade económica, é de notar contudo que a China apresentou um forte ritmo de crescimento, com o PIB a crescer 9% em termos reais em 2008, não obstante representar uma redução significativa de 4 p.p. face a 2007. No que se refere à economia africana, esta cresceu 5,2% em 2008, 2 p.p. abaixo do observado em 2007, segundo as estimativas do FMI.

## Quadro 1 - Produto Interno Bruto e Inflação

	em percentagem					
	PIB			Índice de Preços no Consumidor		
	Taxa de variação			Taxa de variação		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Economia Mundial	5,1	5,1	3,1	3,7	2,9	4,9
Economias Avançadas	3	2,7	0,8	2,7	1,7	3,4
EUA	2,8	2	1,1	3,3	2,1	3,6
Zona Euro	2,9	2,7	0,8	2,5	1,9	3,2
Japão	2	2,3	-0,7	-0,1	0,0	0,7
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	8	8,3	6	5,4	4,9	7,3
China	11,6	13	9	1,5	4,8	5,9
Índia	9,8	9,4	7,3	6,2	6,4	8,3
África	6,1	6,2	5,2	6,3	6,3	10,1

Fonte: Fundo Monetário Internacional

## EUA

Nos EUA, as estimativas do FMI apontam para uma deterioração da taxa de crescimento do PIB para 1,1% em 2008, o que se compara aos 2% registados no ano anterior. Para esta evolução contribuíram, para além da deterioração das condições creditícias e do mercado habitacional, a contracção registada no consumo privado em virtude do fraco desempenho do mercado de trabalho. Com efeito, o nível de consumo das famílias cresceu apenas 0,2%, o que se compara aos 2,8% registados em igual período de 2007.

Cabe referir que o mercado do trabalho foi particularmente atingido pela crise, com a taxa de desemprego a aumentar para os 5,8% em 2008 (4,6% em 2007), constituindo assim, a par das dificuldades de acesso ao financiamento bancário, um dos principais constrangimentos ao crescimento económico da economia norte-americana em 2008.

Neste contexto, ao longo de 2008, a Federal Reserve baixou a *fed fund rate* para valores próximos de 0,25%. Assim, a redução do diferencial de taxas de juros com a Zona Euro se traduziu na inversão da tendência depreciativa do dólar norte-americano no mercado cambial, particularmente face ao euro, que ocorreu a partir do terceiro trimestre do ano de 2008. Assim, a 31 de Dezembro de 2008, o euro esteve a ser cotado por 1,32 dólares.

## Zona Euro

No período em análise a Zona Euro registou uma taxa de crescimento do PIB de 0,8%, segundo as estimativas do FMI, o que representa uma acentuada desaceleração relativamente à evolução verificada no ano de 2007. Essa evolução deveu-se principalmente à forte queda observada tanto a nível da procura externa, com as exportações a diminuírem para 0,9% em 2008 (5,9% em 2007), como do investimento privado, de 4,7% em 2007 para -0,3% em 2008.

A taxa de inflação média na Zona Euro atingiu os 3,2% em 2008, em termos anuais, não obstante a redução das pressões inflacionistas verificada a partir do terceiro trimestre, em resultado da diminuição do nível de preços dos produtos energéticos e agrícolas nos mercados internacionais, em linha com o abrandamento económico mundial. Neste contexto, ao longo do quarto trimestre de 2008, o Banco Central Europeu encetou uma série de cortes, tendo a taxa de *refi* atingido os 2,5% em Dezembro de 2008.

## Japão

O Japão registou uma forte contracção da sua taxa de crescimento económico, atingindo -0,7% em 2008 (2,3% em 2007), de acordo com o FMI. A forte queda da procura externa, no contexto de crise económico-financeira internacional, juntamente com a considerável apreciação do iene, prejudicaram de maneira considerável o sector exportador do país, principal motor da economia japonesa. Adicionalmente, a diminuição do consumo e dos investimentos privados corroboraram ainda mais para a evolução negativa do PIB japonês.

## Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento

As economias emergentes e em desenvolvimento também apresentaram um abrandamento no seu ritmo de crescimento económico (de 8,3% em 2007 para 6% em 2008), em consequência sobretudo do colapso da procura mundial, da diminuição dos preços de *commodities* e da deterioração nas condições financeiras internacionais. Estes

desenvolvimentos afectaram sobremaneira as economias emergentes do continente europeu, dada a sua maior dependência aos influxos de capital dos bancos europeus.

Na Ásia, pelo contrário, cabe destacar a economia chinesa que apresentou um ritmo de crescimento forte em 2008, cerca de 9% em termos reais. No entanto, apesar do impacto da crise na economia ter sido menor, uma vez que as trocas comerciais internacionais representam uma parcela pequena na sua economia, a China foi igualmente afectada pela contracção da procura externa cuja taxa de crescimento diminuiu 4 p.p. relativamente ao ano anterior (13% em 2007).

## África

O desempenho da economia africana foi condicionado pela deterioração do ambiente económico nos países mais avançados. A redução verificada na procura mundial, nos preços das matérias-primas, nas remessas dos emigrantes, nas receitas de turismo, bem como na diminuição dos fluxos de investimento externo, acabaram por afectar as economias africanas. Assim, segundo as estimativas do FMI, a África cresceu 5,2% em 2008, o que compara com o crescimento de 6,2% verificado em 2007. A África subsaariana, em particular, cresceu em torno de 5,5% no período, o que representa uma redução face ao crescimento registado em 2007 (6,7%), entretanto, acima da média africana em cerca de 0.3 p.p..

## Mercado Petrolífero

O mercado petrolífero foi marcado por uma grande volatilidade ao longo de 2008, com o preço do petróleo a atingir sucessivos máximos históricos nos primeiros trimestres do ano. A cotação média do barril de *brent* (petróleo de referência no mercado europeu) aumentou dos USD 72,44 em 2007 para USD 100,5 em 2008. Contudo, os impactos da crise económico-financeira internacional fizeram-se sentir no mercado petrolífero e de outras *commodities*, o que se traduziu na inversão da trajectória ascendente do preço do petróleo nos últimos meses do ano, que fechou o ano cotado por USD 45,59 o barril, de *brent*, após ter atingido o máximo de USD 146,08 em Julho de 2008.

## 3. Actividade Económica Nacional

### 3.1 - Procura e Produção

Num contexto de forte desaceleração da actividade económica mundial e tendo em conta a forte conexão da economia cabo-verdiana, particularmente com a economia da Zona Euro, a economia nacional manteve em 2008 a tendência de abrandamento, com o PIB a crescer 5,9% em termos reais, face aos 6,7% registados em 2007. Este desempenho do produto traduz, essencialmente, o forte abrandamento da procura interna, tendo registado uma redução no seu contributo para o crescimento económico de 15,6 p.p. em 2007 para 6,8 p.p. em 2008, em resultado sobretudo da evolução do consumo e investimento privados.

## Quadro 2 - Composição do Crescimento do PIB\*

	em percentagem			
	Valor	Taxas de crescimento		
	2008	2006	2007	2008
Produto interno bruto real (Optica da Procura)	28.913,0	8,2	6,7	5,9
do qual:				
Procura interna	49.421,6	9,2	8,9	4,0
Consumo Privado	28.827,6	4,8	7,9	1,2
Consumo Público	5.878,6	18,9	1,9	-0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	14.720,8	15,6	14,8	12,0
Exportações Líquidas	-20.508,7			
Exportações	5.624,1	30,9	12,2	1,9
Importações	26.132,8	14,3	12,1	1,5
Produto interno bruto nominal (Optica da Oferta) <sup>1</sup>	130.346,7	16,7	10,9	13,1
do qual:				
Agricultura	6.593,3	-13,2	-8,8	11,6
Industria e energia	8.659,0	13,4	7,9	7,6
Construção	14.411,5	29,4	18,4	27,8
Serviços <sup>2</sup>	86.869,1	18,0	11,7	10,3

Fonte: Banco de Cabo Verde.

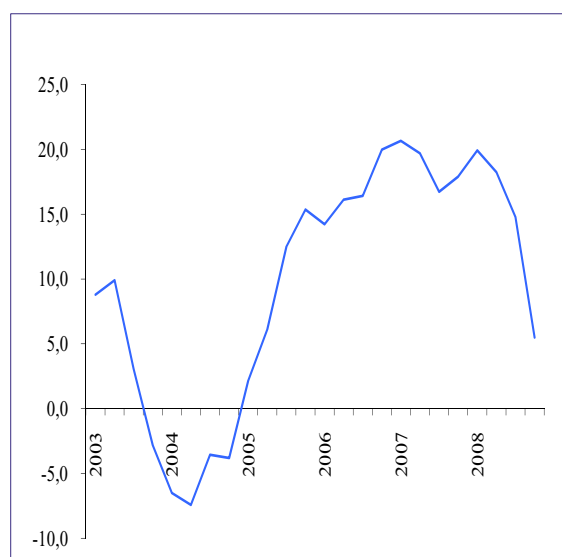
\* Estimativas revistas a partir das contas nacionais definitivas do INE para 2004.

<sup>1</sup> Produto interno bruto a preços de mercado. O valor nominal do PIB inclui além dos VAB sectoriais, as taxas e impostos sobre as importações (+) e os serviços bancários intermediários (-).

<sup>2</sup> Serviços excluindo os serviços bancários intermediários.

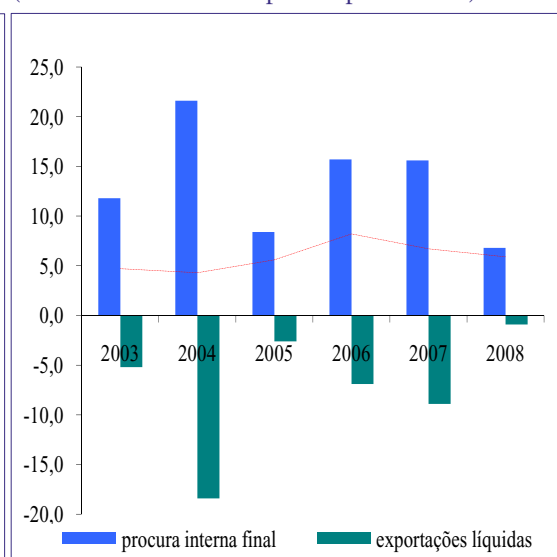
Confirmando a evolução menos favorável do produto, o indicador de clima económico do INE apresentou em 2008 uma trajectória descendente, tendo o seu índice registado no último trimestre do ano uma variação de -0,5% (0,9% no mesmo período em 2007). A evolução deste indicador económico resultou do enfraquecimento do nível de confiança na quase generalidade dos sectores de actividade, sobretudo nos sectores do comércio, construção e turismo.

**Gráfico 2 - Indicador de Clima Económico**  
(s.r.e. em mm3, em percentagem)



Fonte: INE

**Gráfico 3 - Contributos para o crescimento anual do PIB real**  
(contributos anuais em pontos percentuais)



Fonte: INE

Com efeito, o abrandamento da actividade económica foi visível na quase generalidade dos sectores de actividade, mas sobretudo ao nível dos serviços e, em particular, dos subsectores do comércio, turismo, transportes e serviços de telecomunicações, que evidenciaram sinais de uma desaceleração no ritmo de seu crescimento em 2008. Realça-se, contudo, o bom desempenho ao nível do sector da construção e obras públicas, não obstante o enfraquecimento do nível de confiança neste sector, em grande parte impulsionado pela dinâmica dos investimentos em obras públicas.

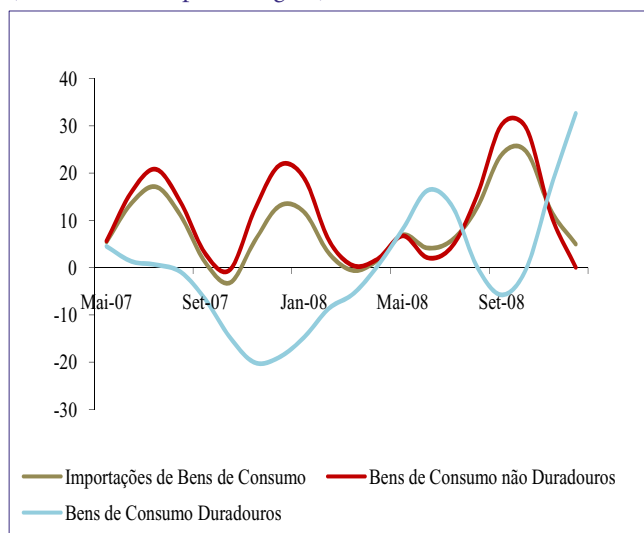
### 3.1.1 - Consumo

Analisando a evolução dos principais componentes da procura interna, constata-se que o consumo privado acusou um abrandamento significativo no seu ritmo de crescimento em 2008, com um aumento de cerca de 1,2%, o que compara aos 7,9% conseguidos em 2007. A evolução dos preços internos em resultado dos elevados custos dos produtos energéticos e dos bens alimentares, os encargos excessivos das famílias com os juros de crédito bancário, o fraco crescimento verificado ao nível das transferências líquidas do exterior, nomeadamente das remessas de emigrantes, terão sido os factores explicativos de tal evolução.

Se ao longo do ano registou-se uma evolução mista nas principais componentes das importações de bens de consumo, contudo, para o final do ano, o comportamento do indicador global é de queda quando comparado com o período homólogo. Adicionalmente, os indicadores resultantes dos inquéritos de conjuntura ao comércio realizados pelo INE apontam para uma desaceleração da taxa de variação do índice de volume de vendas no comércio a retalho no último trimestre de 2008, confirmando assim a desaceleração do consumo privado.

#### Gráfico 4 - Indicadores de Consumo

(mm3-t.v.h, em percentagem)



Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde

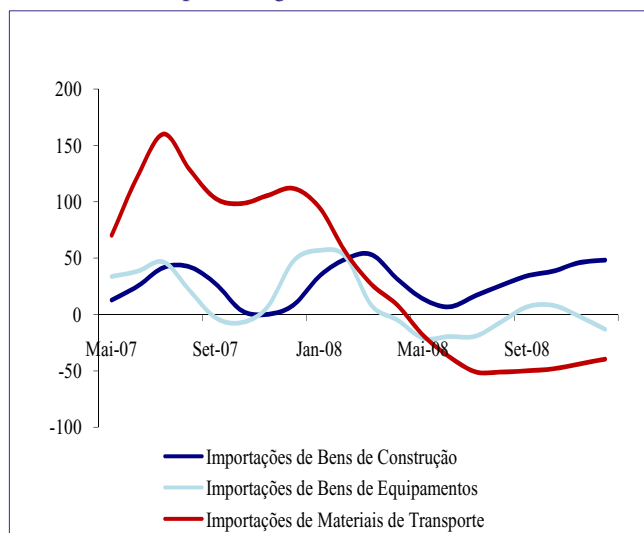
O consumo público, por sua vez, após um ligeiro aumento na ordem dos 1,9% em 2007, registou uma redução de 0,5% em termos reais, reflectindo mais uma vez uma política de moderação do sector público, nomeadamente no que se refere aos gastos com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços.

### 3.1.2 - Investimento

Em linha com a evolução do produto, o investimento desacelerou em 2008 ao acusar um crescimento de 12% face aos 14,8% em 2007. Esta desaceleração reflectiu, em particular, o comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em bens de equipamentos e materiais de transporte. Indicadores avançados como as importações de bens de equipamentos e de materiais de transporte registaram uma redução de 12,6% e 37,5% em termos homólogos, respectivamente. As importações de bens de construção, *proxy* da FBCF em Construção, pelo contrário, registaram um aumento em termos homólogos de 33,8% (contra os 19,4% em 2007).

**Gráfico 5 - Indicadores de Investimento**

(mm3-t.v.h, em percentagem)

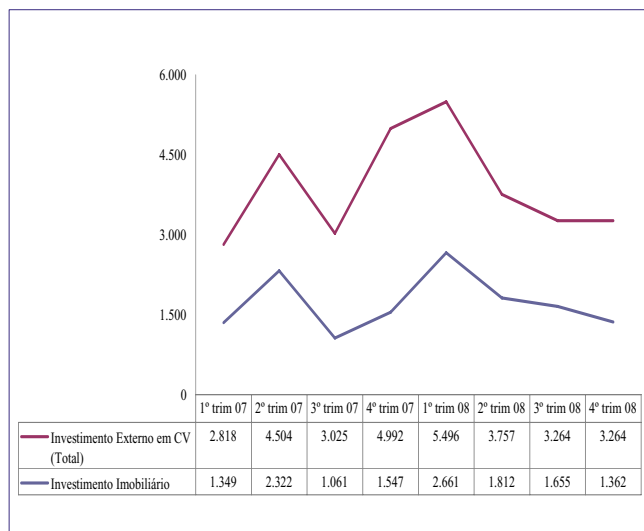


Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; BCV

O comportamento do investimento privado, na sua componente investimento privado estrangeiro (IDE) encontra-se condicionado pelas perspectivas de evolução do mercado, quer interno quer externo, quando se constatou uma queda das expectativas dos agentes económicos e a manutenção de condições de financiamento desfavoráveis, não obstante a trajectória de descida que se regista nas taxas de juro. É assim que após ter atingido cerca de 5 mil milhões de escudos no final de 2007, constatou-se uma redução significativa ao longo do ano, situando-se em 3.064 milhões de escudos em finais de Dezembro, reflexo sobretudo da evolução da sua componente direccionada para o sector da imobiliária nacional.

## Gráfico 6 - Investimento Directo Externo

(milhões de escudos)



Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; BCV

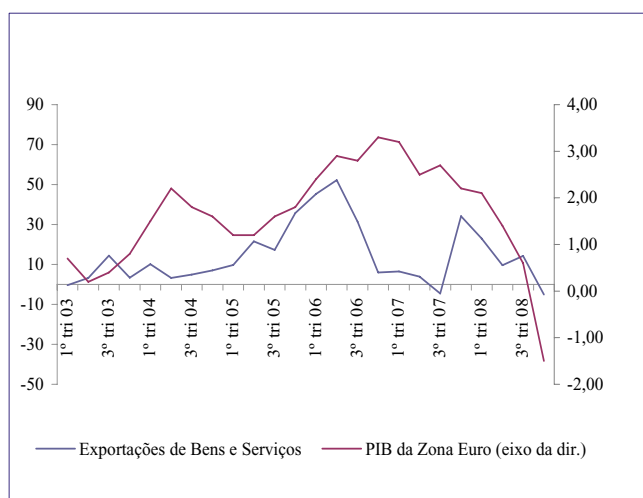
Realça-se contudo que apesar do abrandamento do investimento, o crescimento deste agregado em termos reais foi superior ao do produto, impulsionado em grande medida pelos investimentos do sector público, em particular na construção de obras públicas, investimentos que registaram em termos homólogos um crescimento de 16,5%.

### 3.1.3 - Comércio Externo de Bens e Serviços

O forte abrandamento da actividade económica mundial naturalmente reflectiu-se na diminuição dos fluxos do comércio internacional. Assim, traduzindo a retracção conjuntural dos nossos principais parceiros comerciais, as exportações cabo-verdianas de bens e serviços apresentaram uma trajectória descendente no seu crescimento, que se explica sobretudo pelo significativo abrandamento no ritmo de crescimento das exportações líquidas de serviços.

## Gráfico 7 - Exportações Cabo-verdianas e Actividades na Zona Euro

(taxa de variação homóloga em percentagem)



Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Banco Cabo Verde; Banco de Portugal

Contudo a procura externa líquida apresentou uma melhoria significativa no seu contributo para o crescimento económico relativamente ao ano anterior (de -8,9 p.p para -0,9 p.p.), em resultado de um maior abrandamento no ritmo de crescimento das importações relativamente ao registado nas exportações.

As exportações de bens e serviços registaram em 2008 uma desaceleração significativa em relação ao ano anterior, passando de uma taxa de crescimento de 12,2% para 1,9%, em termos reais. Este abrandamento reflectiu, essencialmente, a redução no ritmo de crescimento das exportações de serviços (de 17,5% para 5,7%, em termos nominais), porquanto as exportações de bens inverteram a tendência decrescente do ano anterior, passando de uma redução de 22,4% para um aumento expressivo de 32,1% em termos nominais.

Por categorias de bens verifica-se que o aumento expressivo das exportações deveu-se essencialmente ao acréscimo das reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos internacionais (25,8%) e das exportações de bens tradicionais, nomeadamente de pescado (aumento superior a 100%). Pelo contrário, as exportações de produtos transformados, nomeadamente de vestuário e calçado, diminuíram 3,4 %.

### Quadro 3 - Exportações de Mercadorias

	milhões de escudos		
	2006	2007	2008
Reexportações	6.426,1	4.786,5	6.021,1
Produtos Transformados	786,0	912,6	881,8
Produtos Tradicionais	889,1	564,2	1.421,2
Outros Produtos	143,9	70,3	109,3
<b>Total</b>	<b>8.245,1</b>	<b>6.333,5</b>	<b>8.433,5</b>

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas

Por mercados de destino, e excluindo as reexportações de combustíveis e víveres, verifica-se que as exportações cabo-verdianas continuam a ser direccionadas essencialmente para os países da Zona Euro, que importaram em 2008 cerca de 78% dos produtos nacionais.

### Quadro 4 - Distribuição Geográfica das Exportações de Mercadorias

	2006		2007		2008	
	Milhões de CVE	Estrutura em %	Milhões de CVE	Estrutura em %	Milhões de CVE	Estrutura em %
Portugal	905,9	49,8	901,7	58,3	979,8	40,6
EUA	25,0	1,4	21,5	1,4	8,6	0,4
Espanha	496,8	27,3	322,6	20,9	895,7	37,1
Países Baixos	10,5	0,6	3,7	0,2	12,5	0,5
Outros	380,9	20,9	297,4	19,2	515,8	21,4
<b>Total</b>	<b>1.819,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1.547,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2.412,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde

As importações de bens e serviços apresentaram, por seu turno, uma desaceleração significativa em relação ao ano anterior, aumentando 1,5% em termos reais, que compara ao aumento de 12,1% em 2007. Esta evolução reflectiu no essencial o abrandamento da procura interna, particularmente do consumo das famílias e do investimento privado.



Com efeito, registou-se uma desaceleração significativa das importações de bens, que cresceram 3,8% em termos nominais em 2008, face aos 21,7% conseguidos em 2007. Para esta situação contribuíram a redução das importações de bens de capital (31,7%) e o crescimento menos acentuado das importações de combustíveis (10,3% em 2008, que compara aos 55,4% em 2007).

#### Quadro 5 - Importações de Mercadorias CIF

	milhões de escudos		
	2006	2007	2008
Bens de Consumo	18.898,1	20.488,3	22.365,5
Bens Intermédios	12.063,2	14.053,1	17.649,6
Bens de Capitais	8.302,1	14.239,8	9.729,2
Combustíveis	4.110,1	6.387,8	7.046,6
Outros	4.205,4	4.660,2	5.519,6
<b>Total</b>	<b>47.578,9</b>	<b>59.829,3</b>	<b>62.310,5</b>

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas

As importações de serviços também abrandaram, mas a um ritmo menos acentuado de 7,8% em termos nominais em 2007 para 5,2% em 2008.

Portugal destacou-se como o principal fornecedor de mercadorias para o país, representando cerca de 50,3% das importações cabo-verdianas, seguido pelos Países Baixos. A Espanha e o Brasil tiveram também algum peso enquanto países de origem das importações cabo-verdianas.

#### Quadro 6 - Distribuição Geográfica das Importações de Bens

	2006		2007		2008	
	Milhões de CVE	Estrutura em %	Milhões de CVE	Estrutura em %	Milhões de CVE	Estrutura em %
Portugal	14.711,8	30,9	27.059,3	45,0	31.369,7	50,3
Países Baixos	6.331,0	13,3	9.771,2	16,2	10.576,2	17,0
Bélgica	712,7	1,5	695,0	1,2	608,7	1,0
Brasil	2.571,9	5,4	3.743,3	6,2	3.528,7	5,7
Itália	2.004,9	4,2	2.275,1	3,8	1.695,5	2,7
Alemanha	428,5	0,9	853,9	1,4	975,2	1,6
Espanha	3.608,1	7,6	2.666,5	4,4	4.533,3	7,3
E.U.A	6.102,4	12,8	697,8	1,2	539,1	0,9
França	1.184,1	2,5	5.721,7	9,5	1.256,1	2,0
Reino Unido	649,5	1,4	621,4	1,0	559,7	0,9
Suécia	682,0	1,4	616,8	1,0	270,8	0,4
Outros	8.592,0	18,1	5.413,3	9,0	6.397,5	10,3
<b>Total</b>	<b>47.578,9</b>	<b>100,0</b>	<b>60.135,3</b>	<b>100,0</b>	<b>62.310,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; Banco de Cabo Verde

### 3.1.3.1 - Turismo

As receitas do turismo aumentaram 7,8% em 2008 (34,3% em 2007), passando a representar 19,4% do PIB (20,4% em 2007). Esta desaceleração das receitas das viagens de turismo é explicada pela conjuntura de abrandamento da actividade económica em mercados de origem de turistas com destino a Cabo Verde, nomeadamente a Itália, Portugal e a Alemanha. Com efeito, de acordo com informações do Instituto Nacional de Estatísticas, em 2008 registou-se um aumento de 6,7% no número de entradas de turistas não residentes nos estabelecimentos hoteleiros, quando em 2007 este crescimento foi de 10,5%. No entanto, as dormidas nos estabelecimentos hoteleiros aumentaram significativamente em relação ao ano anterior (30,9%). Para esta evolução contribuiu o aumento expressivo das dormidas de turistas provenientes do Reino Unido, responsáveis por 24,7% das dormidas.

**Quadro 7 - Principais Indicadores de Turismo**

	2006	2007	2008
Hóspedes	241.742	267.188	285.141
Dormidas	1.261.497	1.307.558	1.711.875
Receitas de Turismo* (milhões CVE)	17.495,4	23.495,5	25.334,4
Receitas do Turismo em % PIB	16,8%	20,4%	19,4%
Participação nos Serviços**	52,2%	59,7%	60,8%

Fonte: Banco de Cabo Verde

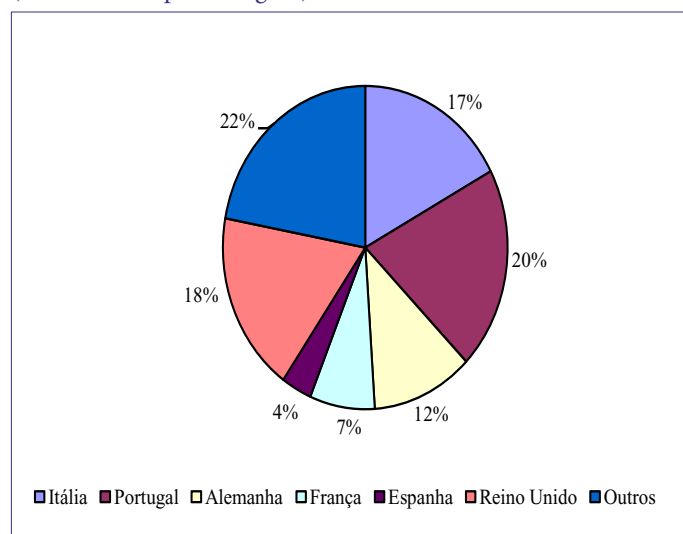
\* Crédito de viagens de turismo, Balança de Pagamentos

\*\* Crédito viagens de turismo/crédito total dos serviços

A procura turística é liderada por países europeus, nomeadamente Portugal, com 20% dos turistas que entraram em Cabo Verde em 2008, seguindo-se-lhe o Reino Unido com 18%, Itália e Alemanha com 17 e 12% respectivamente. Em termos de estadia média, os turistas provenientes do Reino Unido são os que permaneceram mais tempo em Cabo Verde (7,9 noites), seguidos pelos turistas da Alemanha (7 noites) e os da Itália (6,7 noites).

**Gráfico 8 - Procura Turística**

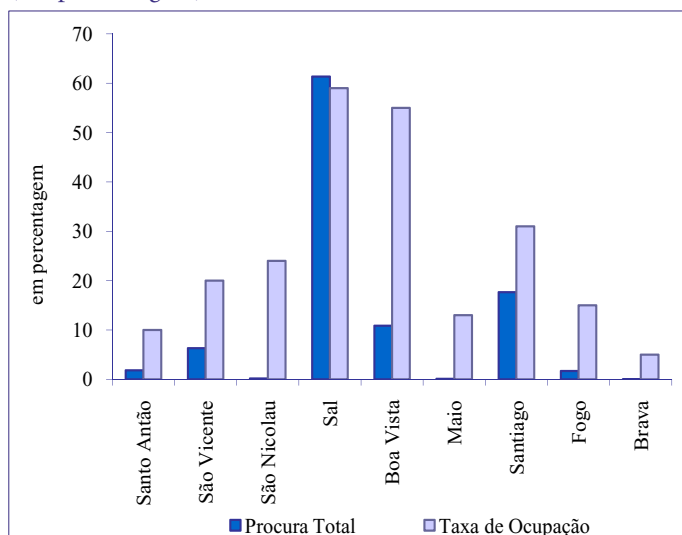
(estrutura em percentagem)



Fonte: INE, BCV

A distribuição turística por ilhas é ainda bastante assimétrica, visto que o principal destino dos turistas que visitam Cabo Verde continua a ser a ilha do Sal, que recebeu em 2008 mais de 60% do total. A segunda ilha mais visitada pelos turistas é Santiago, com um peso de 17,6% nas entradas de turistas, seguida da Boavista, com 10,9%. As taxas de ocupação também são maiores nestas ilhas, com a ilha do Sal a liderar com uma taxa de ocupação de 59%, a Boavista com 55% e Santiago com 31%.

**Gráfico 9 - Procura e Taxas de Ocupação por Ilhas**  
(em percentagem)



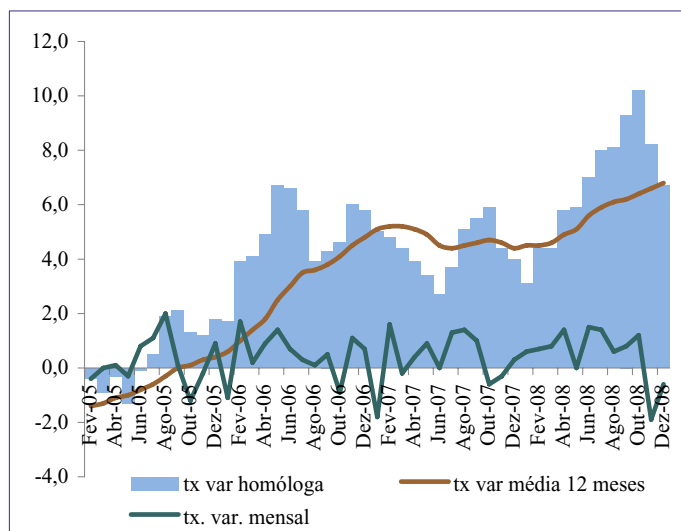
Fonte: INE, BCV

Do lado da oferta turística, observou-se em 2008 um aumento do número de estabelecimentos hoteleiros (5,3%), assim como da capacidade de alojamento que aumentou 18,7%. Este aumento verificou-se essencialmente na ilha da Boavista, onde foram construídos cinco novos estabelecimentos hoteleiros.

### 3.2 - Preços

Em 2008, a Taxa de Inflação medida pelo índice de preços no consumidor (IPC) apresentou uma pronunciada tendência de aceleração, com a taxa de variação média 12 meses a atingir os 6,8%, 2,4 p.p. acima do valor registado no ano anterior. A taxa de variação homóloga acumulou altas sucessivas até ao 3º trimestre do ano atingindo em Outubro os 10,2%, o valor mais elevado dos últimos anos. Após este período, a taxa de variação homóloga inverteu a sua tendência ascendente, para se situar em 6,7% no final do ano.

**Gráfico 10 - Índice de Preços no Consumidor**  
(em percentagem)

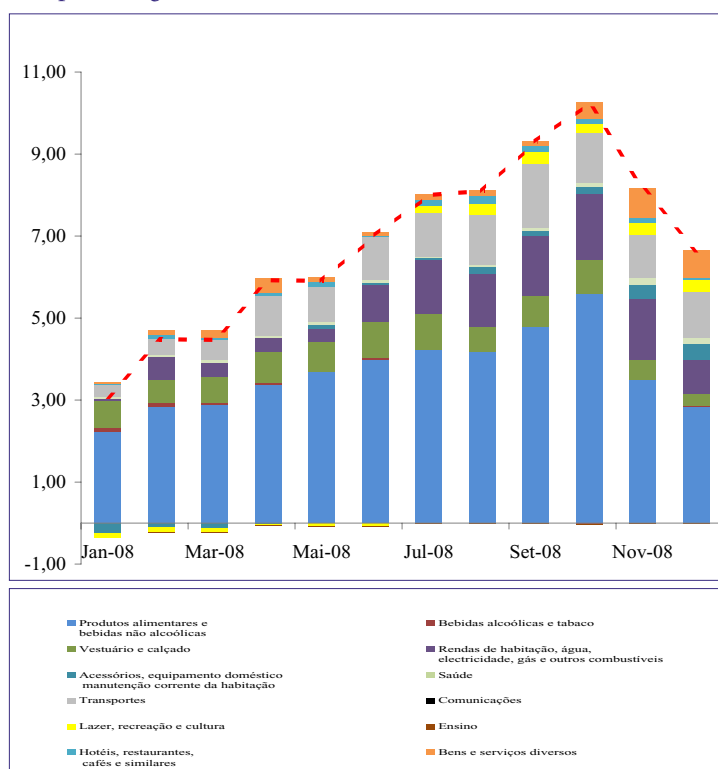


Fonte: INE, BCV

A variação do índice de preços traduziu, em larga medida, o comportamento dos preços dos produtos energéticos e dos bens alimentares transformados, que registaram um perfil ascendente no período em análise. Para além de factores de ordem interna, o comportamento dos preços na economia cabo-verdiana reflectiu factores de natureza externa, nomeadamente o preço de petróleo e seus derivados.

Os maiores contributos para a variação homóloga da inflação advieram das classes dos “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, dos “transportes”, das “rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” que contribuíram com cerca de 72% para a formação do IPC nacional.

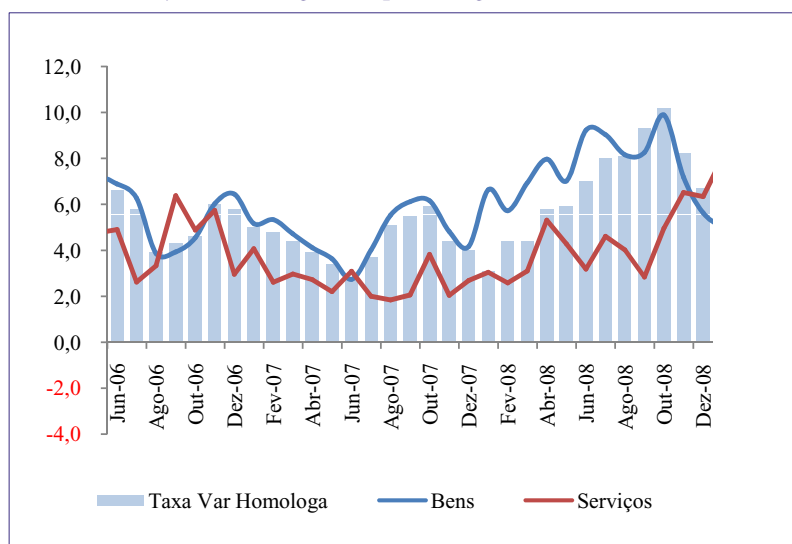
**Gráfico 11 - Contributos das principais componentes para a Inflação medida pelo IPC**  
(em percentagem)



Fonte: INE, BCV

A decomposição da inflação pelas suas componentes bens e serviços deixa transparecer que os bens, regra geral, registaram taxas de variação mais elevadas do que os serviços, com um andamento similar à trajectória da inflação homóloga. No entanto, no último trimestre, a situação inverte-se uma vez que enquanto a variação homóloga dos bens vinha decrescendo, a dos serviços continuou aumentando, espelhando o comportamento evidenciado pelas classes dos “transportes”, das “rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” e “Bens e serviços diversos” no período.

**Gráfico 12 - Índice de Preços no Consumidor**  
(taxas de variações homólogas, em percentagem)



Fonte: INE, BCV

A pressão inflacionista verificada ao longo do ano de 2008 foi evidenciada através do comportamento das medidas de “core inflation” (inflação subjacente), enquanto indicador da tendência da inflação. Salienta-se que a taxa de variação homóloga permaneceu praticamente durante todo o ano muito acima da taxa de variação homóloga, excluindo energia e bens alimentares.

## 4. Evolução dos Agregados Monetários

Em 2008 o ritmo de expansão monetária foi moderado, o que traduziu no essencial o menor ritmo de acumulação de reservas externas e uma redução bastante inferior, em termos homólogos, do crédito Líquido ao Sector Público Administrativo. A Base Monetária também cresceu menos comparativamente ao mesmo período de 2007 (8,4% que compara aos 9,6% de 2007) mas continuaram a contar com os Activos Externos Líquidos, como principal fonte de alimentação, que no final do período se situavam em 29.750 milhões de escudos, representando um rácio de cobertura de 82% equivalente à soma da base monetária (circulação monetária e depósitos dos bancos no Banco Central), do stock de títulos de política monetária e dos depósitos do Governo no BCV.

## Quadro 8 - Nível de Reservas Externas do Banco Central

	(percentagem, unidade)				
	2004	2005	2006	2007	2008
	em percentagem				
Reservas/Base Monetária	57,9	72,4	93,4	115,1	114,6
Reservas/Base Monetária <sup>1</sup>	54,4	63,7	73,3	79,3	81,7
	em meses de importação				
Reservas/Importações prospectivas	2	3	3	4	4
Reservas/Importações prospectivas permanentes <sup>2</sup>	2,6	3,8	4,3	5,2	5,4

Fonte: BCV

<sup>1</sup> Inclui os títulos do BCV em posse das OIM e depósitos do Governo no BCV

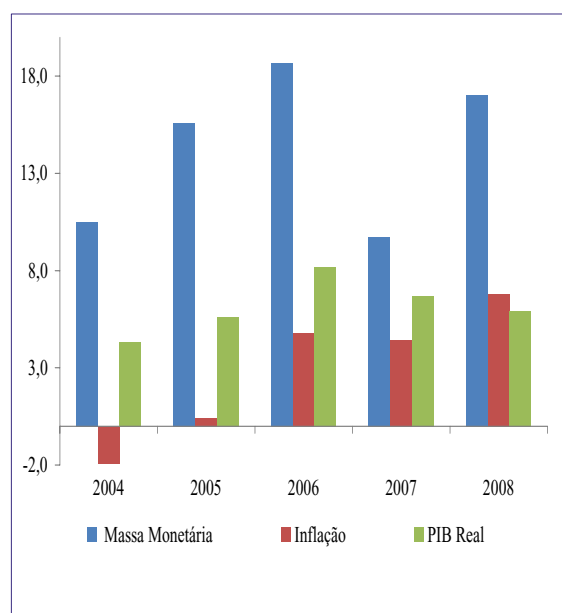
<sup>2</sup> Importações permanentes é igual a importações menos metade do IDE e das exportações de turismo

### 4.1 - Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

Em 2008, os desenvolvimentos na esfera monetária, reflectiram, em certa medida, os efeitos da conjuntura internacional desfavorável. O abrandamento do ritmo de acumulação de reservas externas por parte do Banco de Cabo Verde e a redução dos activos externos dos bancos comerciais foram factores decisivos para a desaceleração do crescimento da massa monetária registada em 2008. Com a posição externa líquida do sistema a acusar uma diminuição na ordem dos 6,3% em Dezembro de 2008, foi o crescimento no crédito à economia de 28% que amorteceu o ritmo de expansão da oferta monetária.

**Gráfico 13 - Massa Monetária, PIB Real e Inflação**

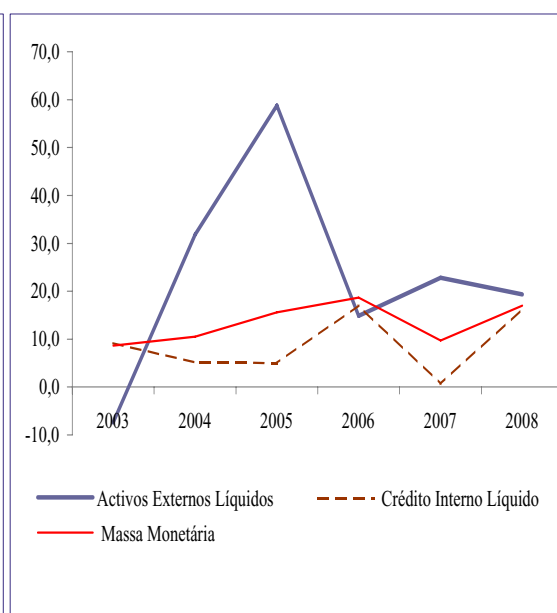
(taxas de crescimento)



Fonte: BCV

**Gráfico 14 - Massa Monetária, Activos Externos Líquidos e Crédito Interno Líquido**

(taxas de crescimento)



Fonte: BCV

## Quadro 9 - Principais Indicadores da Situação Monetária

	(milhões de escudos)		
	2006	2007	2008
<b>Activo Externo Líquido</b>	<b>25.137,7</b>	<b>30.879,0</b>	<b>28.923,8</b>
Activo Externo Líq. do BCV	20.390,3	27.569,4	29.750,3
Activo Externo Líq. dos Bancos Comerciais	4.747,4	3.309,6	-826,5
<b>Crédito Interno Líquido</b>	<b>70.486,7</b>	<b>70.897,4</b>	<b>84.224,2</b>
Crédito Líquido ao SPA	25.631,8	19.093,0	17.551,2
Crédito à Economia	44.839,2	51.798,6	66.672,7
Crédito às Instituições Financeiras n/Monetárias	15,7	5,8	0,3
<b>Outros activos líquidos</b>	<b>-9.408,7</b>	<b>-7.168,5</b>	<b>-11.059,1</b>
<b>Activos = Passivos</b>	<b>86.215,8</b>	<b>94.607,9</b>	<b>102.088,9</b>
<b>Massa Monetária</b>	<b>86.215,8</b>	<b>94.607,9</b>	<b>102.088,9</b>
<b>(a) Passivos Monetários (M1)</b>	<b>35.853,9</b>	<b>40.339,5</b>	<b>42.170,4</b>
Moeda em circulação	7.731,2	8.399,2	8.712,7
Depósitos á Ordem em M/N	28.122,7	31.940,3	33.457,7
<b>(b) Passivos Quase Monetários</b>	<b>50.361,9</b>	<b>54.268,4</b>	<b>59.918,5</b>
Depósitos de Poupança	2.956,0	2.784,8	2.835,9
Depósitos a prazo em M/N	14.230,2	15.812,8	21.071,1
Depósitos em divisas de residentes	3.753,3	4.730,1	3.558,8
Depósitos de emigrantes	27.250,4	28.424,2	29.384,3
Outros	2.172,0	2.516,5	3.068,5

Fonte: Banco de Cabo Verde

## 4.2 - Evolução do Agregado Monetário M2

Em Dezembro de 2008, a taxa de crescimento homóloga da Massa Monetária situou-se nos 7,9%, abaixo dos 9,7% registados em igual período do ano anterior, o que confirma o abrandamento da expansão monetária verificado ao longo de 2008. A redução gradual das taxas de variação homólogas deste agregado acompanhou a redução dos fluxos de reservas externas que, por sua vez, explica a diminuição do contributo dos Activos Externos Líquidos para a expansão monetária.

### 4.2.1 - Principais Componentes do M2

A evolução do M2 reflectiu ao longo do ano a evolução das suas componentes, com os passivos quase monetários a contribuírem em 6% para o seu crescimento porquanto os passivos monetários (M1) explicam apenas em 1,9% o andamento da massa monetária.

Em termos absolutos, a massa monetária totalizou 102.088,9 milhões de escudos, em Dezembro de 2008, um crescimento de 7,9% mas abaixo dos 9,7% registados no ano anterior. Analisando particularmente a estrutura dos meios de pagamentos, verifica-se uma contínua redução do peso da circulação monetária no M2 8,5%) devido em parte à expansão dos meios de pagamentos electrónicos da rede Vinti4. Não obstante algum abrandamento, os depósitos em moeda nacional mantêm, de certa forma, o seu peso relativo (cerca de 32,8%). Em termos homólogos, cresceram 4,8% reflexo, sobretudo, dos depósitos efectuados pelo sector privado (80,8%) e pelos emigrantes (14,6%).

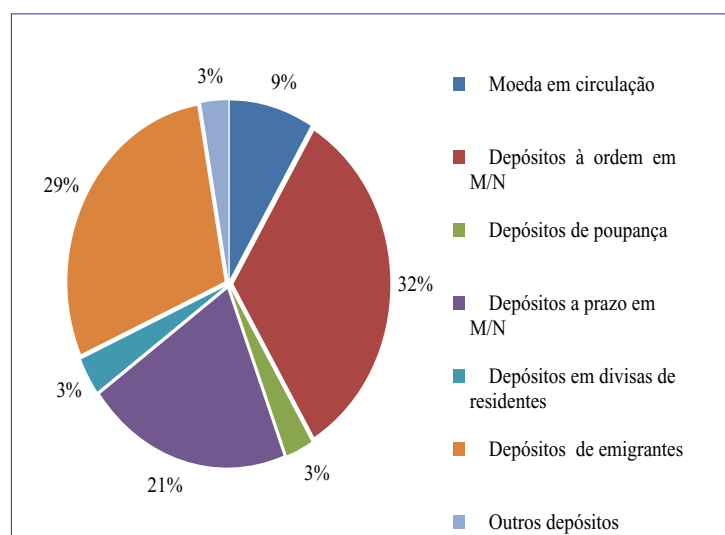
**Quadro 10 - Principais Componentes da Massa Monetária**  
(taxas de crescimento em relação a Dezembro)

	Dez-07	Mar-08	Jun-08	Set-08	Dez-08
<b>M1</b>	<b>2,5</b>	<b>4,8</b>	<b>6,7</b>	<b>8,11</b>	<b>4,5</b>
Moeda em circulação	8,6	-7,1	-9,4	-9,6	3,7
Depósitos à Ordem em M/N	13,6	7,9	10,9	12,8	4,8
<b>Quase Moeda</b>	<b>7,8</b>	<b>0,3</b>	<b>5,6</b>	<b>6,2</b>	<b>10,4</b>
Depósitos de Poupança	-5,8	0,6	2,6	1,2	1,8
Depósitos a prazo em M/N	11,1	8,6	13,9	13,4	33,3
Depósitos em divisas residentes	26	-25,3	14,2	13,5	-24,8
Depósitos de emigrantes	4,3	0,4	1,0	2,9	3,4
Outros depósitos	5,9	-5,41	-7,2	-10,7	21,9
<b>M2 = M1+Quase Moeda</b>	<b>9,7</b>	<b>2,2</b>	<b>6,1</b>	<b>7,0</b>	<b>7,9</b>

Fonte: BCV

Os passivos quase monetários, a componente menos líquida da massa monetária, apresentam uma evolução positiva relativamente ao período homólogo (10,4% contra os 7,8% em igual período do ano anterior), mesmo num contexto de desaceleração no ritmo de constituição dos depósitos dos emigrantes fruto, provavelmente, da conjuntura internacional desfavorável. Com efeito, os depósitos dos emigrantes para prazos mais alargados, o componente mais representativo dos passivos quase monetários, crescerem 3,4% em termos homólogos, abaixo dos 4,3% registados em 2007. De realçar porém, a recuperação da dinâmica dos depósitos a prazo em moeda nacional, que apresentam um crescimento homólogo em torno dos 33,3%, contribuindo para o aumento do peso relativo da Quase-moeda no total dos meios de pagamentos.

**Gráfico 15 - Composição da Massa Monetária**



Fonte: BCV



## 4.2.2 - Principais Contrapartidas do M2

A criação monetária em 2008 resultou da forte dinâmica de crescimento do crédito à economia (15,7%), porquanto o contributo dos Activos Externos Líquidos foi negativo (2,1%), invertendo a estrutura anterior, quando os AEL determinavam a evolução desta variável.

**Quadro 11 - Principais Indicadores da Situação Monetária**  
(contribuição para a taxa de crescimento do M2)

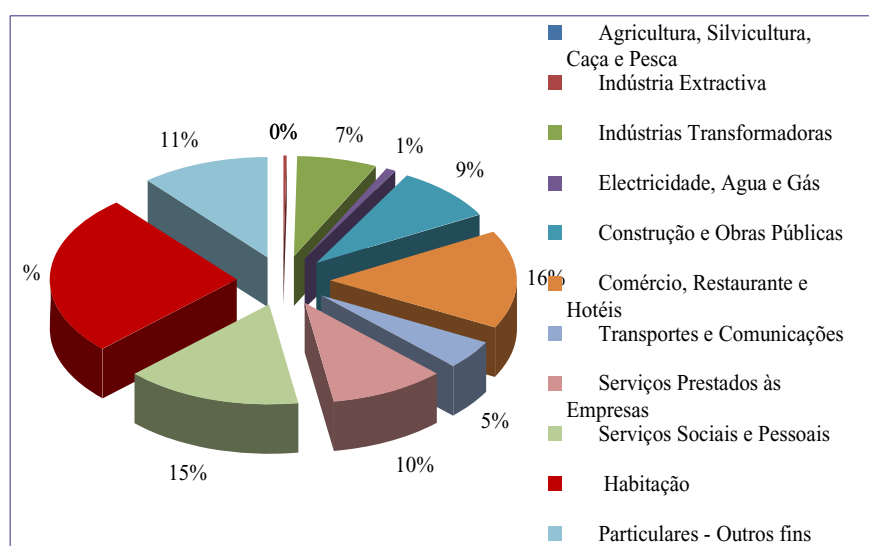
	2005	2006	2007	2008
<b>1. Activos externos líquidos</b>	<b>-12,9</b>	<b>4,5</b>	<b>6,7</b>	<b>2,1</b>
AEL do Banco de Cabo Verde	7,3	7,0	8,3	2,3
AEL dos Bancos Comerciais	5,6	-2,5	-1,7	-4,4
<b>2. Crédito líquido ao SPA</b>	<b>0,0</b>	<b>-0,1</b>	<b>-7,6</b>	<b>-1,6</b>
<b>3. Crédito à economia</b>	<b>4,6</b>	<b>14,3</b>	<b>8,1</b>	<b>15,7</b>
<b>4. Crédito a IFNM</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>5. Outros activos, líq.</b>	<b>-1,7</b>	<b>0,1</b>	<b>2,4</b>	<b>-3,9</b>
<b>6. Variação percentual nos agregados Monetários (1+2+3+4+5)</b>	<b>15,8</b>	<b>18,7</b>	<b>9,5</b>	<b>8,2</b>

Fonte: BCV

O Crédito Interno Total, contrapartida do crescimento monetário, regista um aumento em termos homólogos de 18,8%, que contrasta de forma acentuada com a taxa de 0,6% registada em igual período do ano anterior. Na origem deste comportamento estiveram, em simultâneo, a forte expansão do crédito à economia (28,7%, que se contrapõe aos 15,5% em período homólogo), e uma redução bastante inferior em termos homólogos do crédito Líquido ao Sector Publico Administrativo.

O aumento do crédito à economia continua a reflectir a evolução positiva do crédito concedido ao sector privado em 29,5% comparativamente aos 15,9% em período homólogo. A repartição do crédito por sectores de actividade revela taxas de crescimento positivas na sua globalidade, destacando-se o crédito a particulares, que representa cerca de 53,7% do total concedido, com um crescimento de 19,2%, repartido pelo crédito à Habitação (21,4%) e Crédito destinados a outros fins (15,5%).

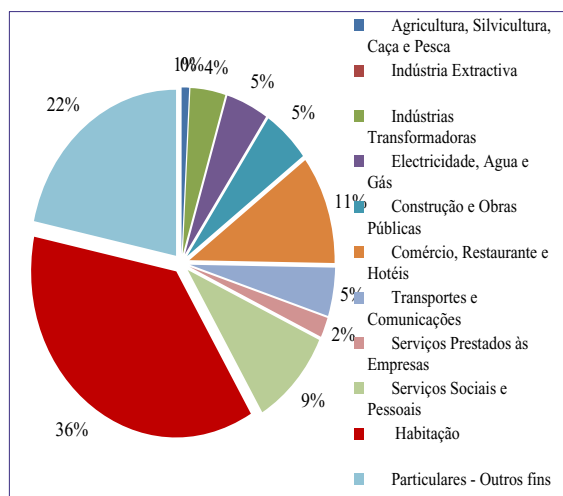
**Gráfico 16 - Contribuição Sectorial para a Taxa de Crescimento do Crédito**



Fonte: BCV

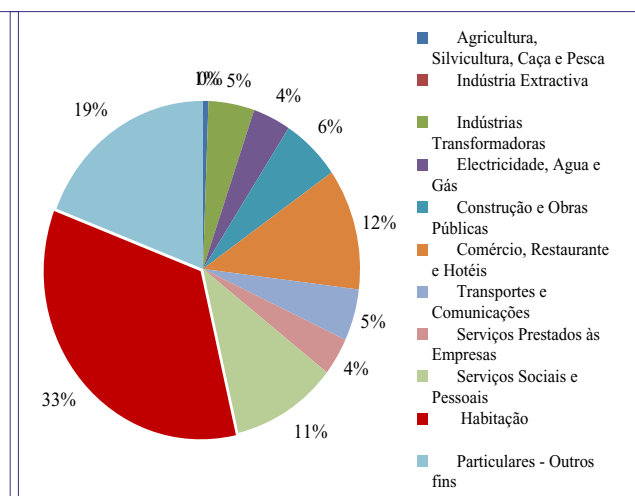
Em Dezembro de 2008 o decréscimo do CLSPA foi de 8,5%, inferior à diminuição de 25,5% ocorrida 2007. Na origem desta evolução esteve o crescimento moderado dos depósitos do SPA (7,8% em 2008, quando haviam crescido excepcionalmente 61,4 % no ano anterior).

**Gráfico 17 - Distribuição Sectorial do Crédito (2007)**



Fonte: BCV

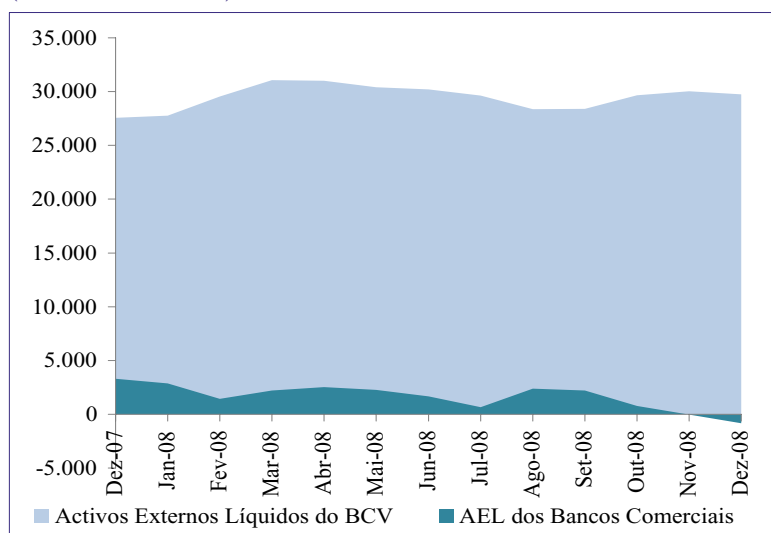
**Gráfico 18 - Distribuição Sectorial do Crédito (2008)**



Fonte: BCV

A posição externa líquida do sistema Bancário deteriorou-se relativamente a 2007, com os Activos Externos Líquidos do Sistema a apresentarem uma taxa de crescimento homóloga negativa de 6,3% em 2008, quando em 2007 cresciam 22,8%. Neste particular destaca-se o abrandamento no ritmo de constituição de reservas externas pelo Banco de Cabo Verde, com períodos em que terá ocorrido alguma perda de reservas (Maio a Setembro de 2008), ao que se seguiu um período de recuperação após a adopção de medidas de política monetária correctivas. A taxa de crescimento homóloga dos AEL do BCV situou-se em 7,9%, o que contrasta com a evolução de 35,2% registada em 2007. Adicionalmente registou-se em 2008 uma forte desmobilização das aplicações externas pelos bancos comerciais, cujas disponibilidades líquidas sobre o exterior diminuíram mais de 100% (30,7% em 2007).

**Gráfico 19 - Activos Externos Líquidos do Sistema (milhões de escudos)**



Fonte: BCV

### 4.3 - Base Monetária

As informações do balanço do Banco de Cabo Verde em 2008 relativas ao comportamento da Base Monetária, revelam um crescimento desta rubrica do passivo do BCV de 9,4%, ligeiramente inferior à taxa registada em igual período de 2007 (9,6%). Os Activos Externos Líquidos, a sua principal fonte de alimentação, situam-se no final do período em 29.750 milhões de escudos, representando um rácio de cobertura de 82% da soma da base monetária (circulação monetária e depósitos dos bancos no Banco Central) do stock de títulos de política monetária e dos depósitos do Governo no BCV.

**Quadro 12 - Base Monetária**

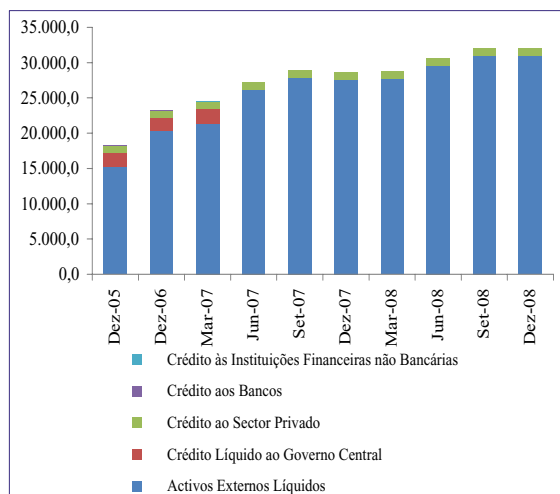
	(milhões de escudos)					
	<b>Dez-06</b>	<b>Dez-07</b>	<b>Mar-08</b>	<b>Jun-08</b>	<b>Set-08</b>	<b>Dez-08</b>
A. Base Monetária	<b>21.842,1</b>	<b>23.948,4</b>	<b>24.216,0</b>	<b>24.701,9</b>	<b>24.925,3</b>	<b>25.951,8</b>
B. Componentes da Base Monetária	<b>21.842,1</b>	<b>23.948,4</b>	<b>24.216,0</b>	<b>24.701,9</b>	<b>24.925,3</b>	<b>25.951,8</b>
Emissão Monetária	<b>9.188,0</b>	<b>9.982,8</b>	<b>9.202,7</b>	<b>9.105,1</b>	<b>9.194,4</b>	<b>10.349,8</b>
Notas e moedas em poder do público	7.731,2	8.399,2	7.827,8	7.634,5	7.571,1	8.712,7
Notas e moedas em caixa nos bancos comerciais	1.456,8	1.583,6	1.375,0	1.470,6	1.623,2	1.637,1
Depósitos de Instituições Financeiras	<b>12.654,1</b>	<b>13.965,6</b>	<b>15.013,3</b>	<b>15.596,8</b>	<b>15.730,9</b>	<b>15.602,1</b>
Reserva legal m/n	12.637,0	13.961,9	14.996,4	15.589,0	15.709,2	15.575,8
Reserva legal m/e	17,1	3,7	16,9	7,8	21,7	26,2
Outros passivos para com Bancos de Depósitos (TIM/TRM)	0,0					
Depósitos de Instituições não Bancárias	0,0					
C. Fontes da Base Monetária	<b>21.842,1</b>	<b>23.948,4</b>	<b>24.216,0</b>	<b>24.701,9</b>	<b>24.925,3</b>	<b>25.951,8</b>
Activos Externos Líquidos	20.390,3	27.569,4	31.058,2	30.194,8	28.392,5	29.750,3
Crédito Líquido ao Governo Central	1.748,1	-607,1	-2.766,4	-1.224,4	-348,5	177,2
Crédito ao sector privado	1.091,0	1.046,0	1.029,1	1.027,0	1.019,3	992,5
Crédito às Empresas Públicas Não Financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crédito aos Bancos	9,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crédito às Instituições Financeiras não Bancárias	9,4	3,3	1,7	0,1	0,1	0,0
Outros Passivos, Líquidos	-1.406,2	-4.063,2	-5.106,5	-5.295,5	-4.138,0	-4.968,3

Fonte: BCV

O volume de moeda emitida foi consideravelmente menor no período em referência, com a taxa de crescimento a situar-se nos 3,7%, quando em 2007 cresceu 8,7%. Este comportamento poderá estar associado a um possível efeito menos favorável na procura de moeda resultante de alguma moderação no ritmo de evolução da actividade económica.

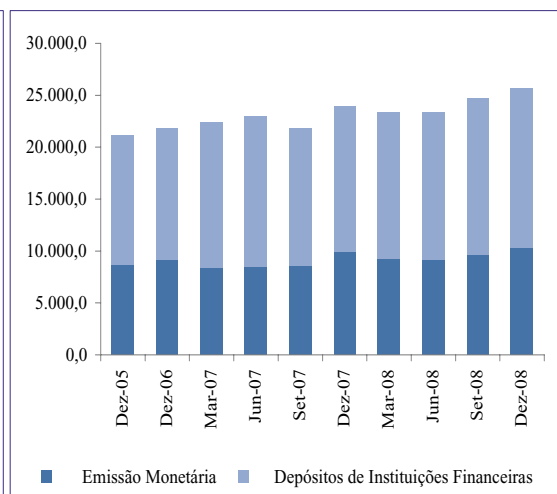
Por sua vez, os depósitos dos bancos comerciais no banco central (reservas obrigatórias e reservas livres) cresceram 11,7% em 2008 (10,4% em 2007). Esta evolução reflecte o comportamento dos depósitos em moeda nacional, dos passivos quase monetários e a venda de moeda estrangeira pelos bancos comerciais.

**Gráfico 20 - Fontes da Base Monetária**  
(milhões de escudos)



Fonte: BCV

**Gráfico 21 - Composição da Base Monetária**  
(milhões de escudos)



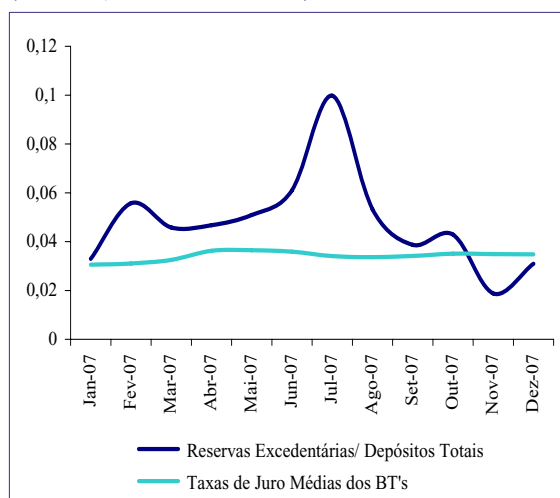
Fonte: BCV

A inexistência de alternativas de colocação da liquidez em excesso, cuja evolução ao longo do ano justificou a continuidade das operações de esterilização no mercado conduzidas pelo BCV através de operações de tipo “*open-market*”, o motivo precaução que leva as sociedades de depósitos à constituição de reservas livres destinadas a cobrir eventuais desequilíbrios no seu balanço, são factores explicativos da decisão dos bancos comerciais em manter reservas excedentárias para além das obrigatórias, não obstante a forte dinâmica de crescimento do crédito à economia.

A evolução das reservas livres foi irregular, marcada por frequentes oscilações, com particular destaque para os meses de Agosto e Setembro de 2008, nos quais se registou uma forte redução seguida de imediata recuperação nos três últimos meses do ano, período em que se verificou uma redução significativa dos activos externos líquidos dos bancos comerciais resultante da desmobilização das suas aplicações externas e de vendas de divisas ao Banco Central.

**Gráfico 22 - Reservas Excedentárias/ Depósitos Totais**

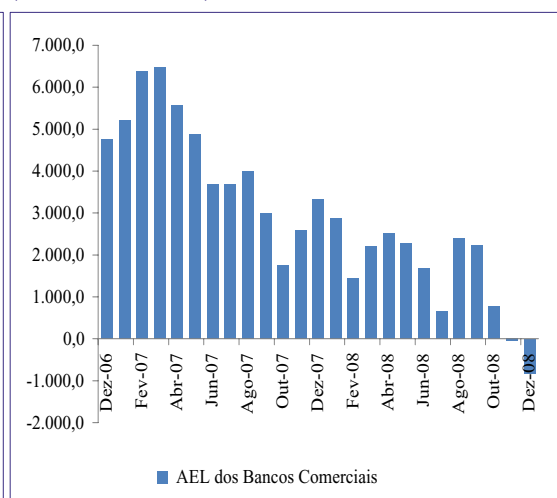
(Taxas de Juros Médias dos BT)



Fonte: BCV

**Gráfico 23 - Activos Externos Líquidos dos Bancos Comerciais**

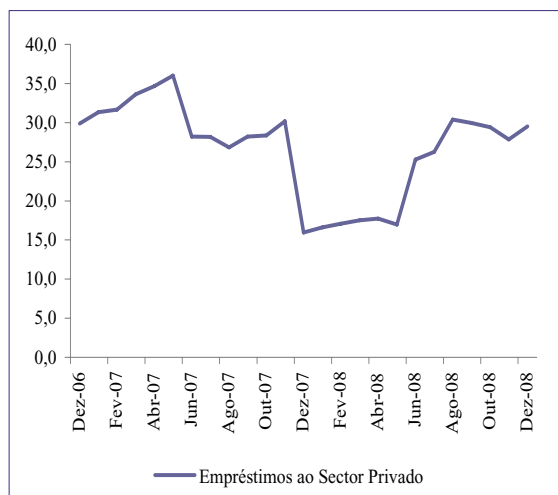
(milhões de escudos)



Fonte: BCV

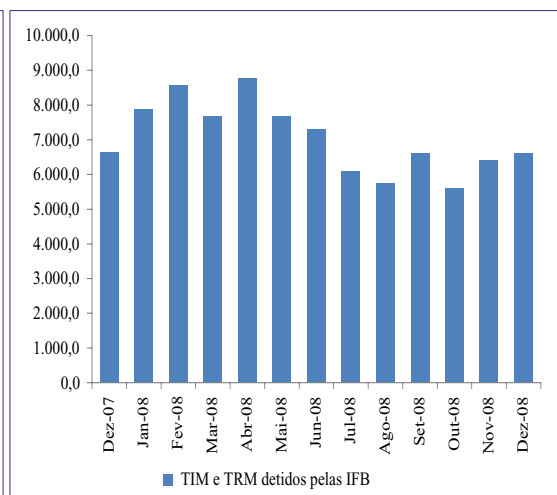
À contínua colocação de Títulos de Intervenção e Regulação Monetária pelo Banco Central, subscritos em montantes significativos pelos bancos comerciais, se juntou as facilidades permanentes, de cedência e absorção, no processo de secagem da liquidez excedentária do sistema.

**Gráfico 24 - Empréstimos ao Sector Privado**  
(Taxas Homólogas)



Fonte: BCV

**Gráfico 25 - Stock de TIM e TRM detidos pelas IFB**  
(milhões de escudos)



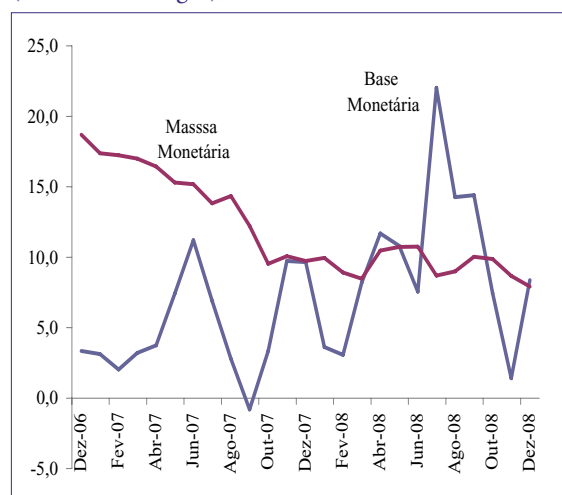
Fonte: BCV

A Base Monetária apresentou um ritmo de crescimento moderado (8,4%), igualando a tendência de evolução da oferta de moeda (M2), cujo ritmo de crescimento foi também menor (7,9%). Os desenvolvimentos registados por estas variáveis reflectem em simultâneo os efeitos da redução dos influxos de capitais externos e, enquanto o M2 também se ressentiu de uma menor redução do crédito líquido ao sector público, a expansão do *stock* de moeda primária foi controlada pelo impacto das operações de esterilização de liquidez do banco central.

O contributo dos Activos Externos Líquidos para o crescimento da base monetária foi de 8% e o do crédito líquido ao governo central de 3%, sendo o contributo das restantes variáveis negativo. O valor do multiplicador monetário de 4,8 mantém-se muito próximo do registado no ano anterior, (4,9 em 2007), o que pode estar relacionado com a manutenção do coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa em 14%, tendo em conta que este é o factor que maior volatilidade introduz no multiplicador. Os acréscimos registados no coeficiente de reservas excedentárias foram pontualmente compensados por reduções no rácio de depósitos (depósitos a prazo/ depósitos totais), que oscilou entre os 61% e os 63%.

**Gráfico 26 - Massa Monetária e Base Monetária**

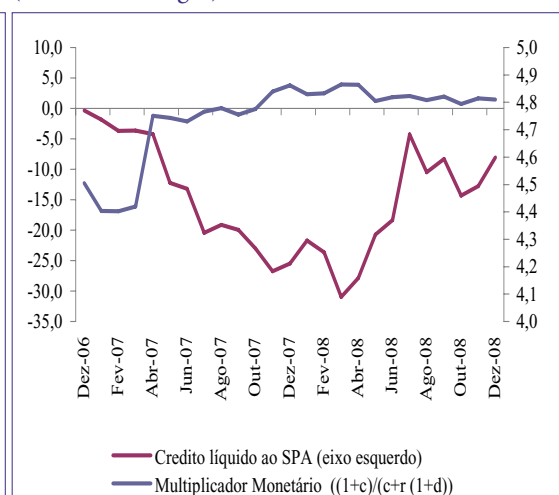
(Taxas Homólogas)



Fonte: BCV

**Gráfico 27 - Crédito Líquido ao SPA e Multiplicador Monetário**

(Taxas Homólogas)

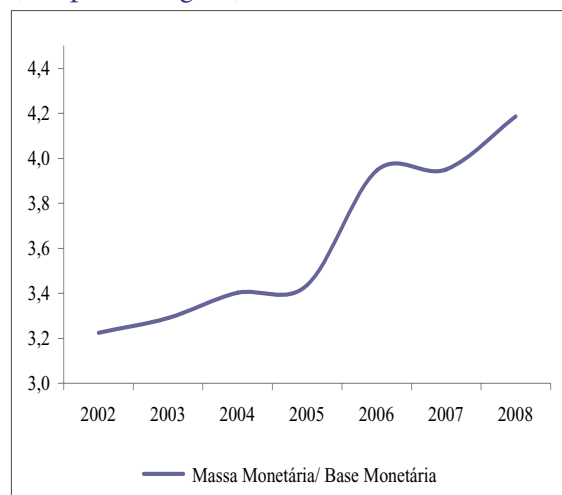


Fonte: BCV

A velocidade da circulação monetária na economia cabo-verdiana, medida pela relação entre o PIB nominal e o *stock* de moeda M2 anterior, foi de 1,29 no período em referência, 0,06 p.p acima do valor registado no período homólogo, sugerindo que a proporção do crescimento da massa monetária relativamente ao rendimento nominal não se alterou de forma significativa.

**Gráfico 28 - Massa Monetária / Base Monetária**

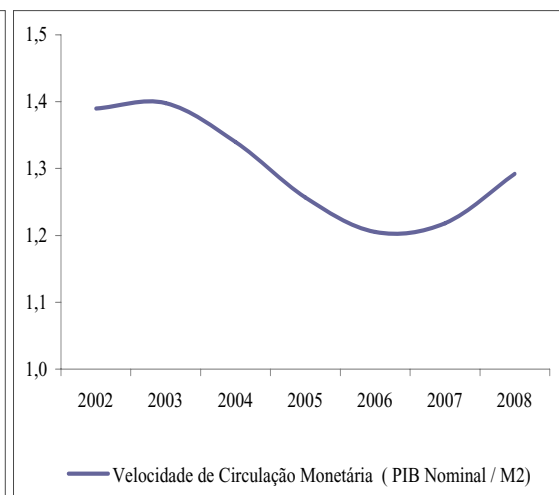
(em percentagem)



Fonte: BCV

**Gráfico 29 - Velocidade de Circulação Monetária**

(em percentagem)



Fonte: BCV

## 5. Mercado Financeiro

### 5.1 - Mercado Monetário

Visando corrigir a trajectória desfavorável das reservas oficiais externas e simultaneamente atingir os objectivos acordados com o FMI, o BCV introduziu alterações sucessivas na sua taxa directora, com repercussões imediatas nos instrumentos de gestão de liquidez, nomeadamente nas facilidades permanentes de liquidez.

Assim, após ter efectuado uma primeira subida em 25 pontos base em Julho de 2008, o BCV efectuou em Setembro novo aumento em 50 pontos base na sua taxa de referência. Neste contexto, em Setembro de 2008, as taxas de juro das facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez fixaram em 7,75% e 2,25%, respectivamente. O efeito positivo destas medidas correctivas adoptadas pelo BCV justificou nova subida da taxa de referência em Outubro de 2008, novamente em 50 pontos base, fixando as taxas de juro das facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez em 8,25% e 2,75%, respectivamente.

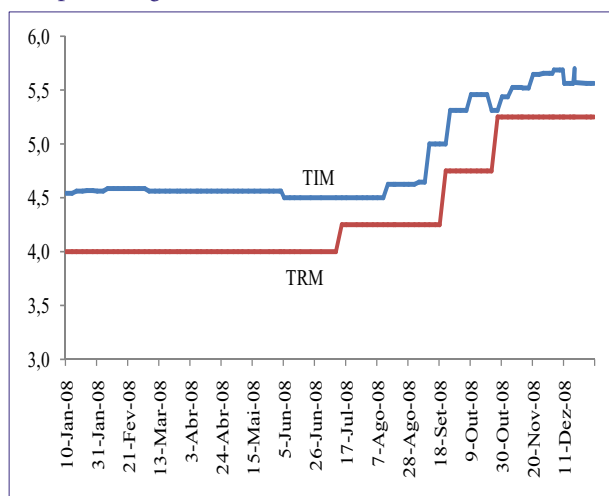
Adicionalmente, à semelhança do registado no ano anterior, as intervenções do BCV no mercado monetário também foram orientadas para o objectivo de absorção do excedente estrutural de liquidez existente no mercado bancário cabo-verdiano. Neste contexto, ao longo do ano, a Autoridade Monetária levou a cabo fortes intervenções no mercado através de operações de “tipo *Open Market*”, sobretudo a muito curto prazo e à utilização de facilidades permanentes, cedendo e absorvendo fundos, com vista a gerir a posição líquida das Instituições Financeiras Bancárias (IFB).

O recurso a aplicações financeiras em depósitos *Overnight* pelas instituições bancárias continuou a ser uma alternativa de absorção muito utilizada, constituindo uma via para colmatar o fraco dinamismo do Mercado Monetário Interbancário (MMI).

Ao longo do período em análise, nas operações de tipo *Open Market*, a taxa de colocação dos TIM oscilou entre os 4,50% e os 5,69% (60, 90 e 180 dias), induzindo os bancos comerciais a uma maior apetência na sua subscrição. Por seu turno, as taxas de colocação dos TRM oscilaram no intervalo [4%-5,25%].

**Gráfico 30 - Emissões de TIM e TRM**

(em percentagem)

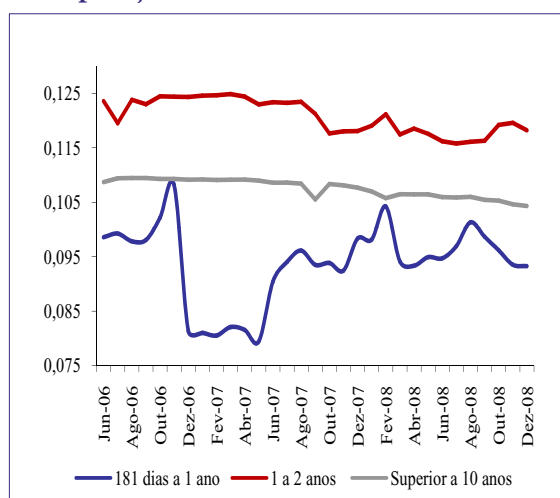


Fonte: BCV

O conjunto das intervenções encetadas pelo BCV no entanto não se traduziu na redução da liquidez excedentária que em 2008 aumentou 66,6% relativamente ao ano anterior, reflectindo os avultados reembolsos dos Títulos de Intervenção e de Regularização Monetária vencidos e o impacto desfavorável dos factores autónomos de liquidez.

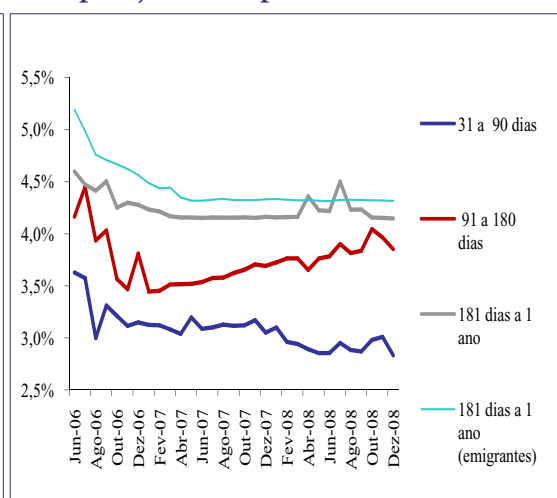
Reflexo das condições de liquidez no sistema e de certa forma da situação de incerteza vivida no país devido à crise internacional, as taxas de juro para as operações de crédito sobre os saldos apresentaram em 2008 uma tendência decrescente na maioria dos prazos. Comparativamente ao período homólogo, em Dezembro de 2008 as taxas de juros para os prazos 6-12 meses e 2-5 anos acusaram um decréscimo de 0,51 p.p. e 0,88 p.p. respectivamente, enquanto para os prazos 5-10 anos e superior a 10 anos a redução foi de 0,45 p.p e 0,34 p.p. respectivamente. Igualmente, no mesmo período, as taxas passivas apresentaram uma tendência de redução, ainda que ligeira.

**Gráfico 31 - Taxas de Juros Efectivas praticadas nas Operações de Crédito**



Fonte: BCV

**Gráfico 32 - Taxas de Juros Efectivas praticadas nas Operações de Depósitos**



Fonte: BCV

Esta evolução traduziu-se, em larga medida, numa maior concessão de crédito por parte dos bancos sobretudo ao sector privado. O excedente de liquidez existente no sistema e as limitações de alternativas disponíveis para a sua colocação, terão de alguma forma justificado o dinamismo do crédito à economia, no período em referência. Igualmente, a crise financeira internacional que obrigou os bancos centrais internacionais a baixar as suas taxas de juro, terá induzido os bancos comerciais nacionais à desmobilização das suas aplicações externas, libertando liquidez adicional, que por falta de alternativas de colocação, contribuiu também para o aumento do crédito à economia.

## 5.2 - Mercado da Dívida Pública

No mercado da dívida pública assistiu-se ao longo de 2008 a alguma estabilização das taxas de juro tanto das Obrigações do Tesouro (OT) como dos Bilhetes do Tesouro (BT), que para todos os prazos não apresentaram grandes oscilações nas taxas médias.

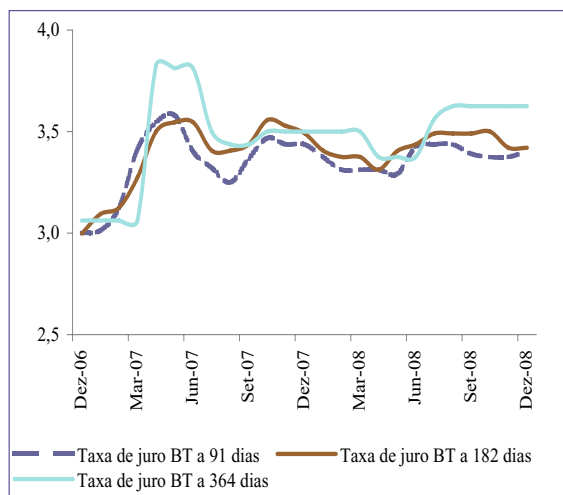
Em 2008 a emissão de Bilhetes do Tesouro evidenciou uma tendência de utilização menos intensiva, tendo acusado uma redução significativa, com o montante total de Bilhetes emitidos a situar-se em 8.000 milhões de escudos (8.936 milhões de escudos em 2007). Assim, em termos líquidos, o montante em circulação de Bilhetes do Tesouro diminuiu e



o reportado a 31 de Dezembro de 2008 atingiu 3.155 milhões de escudos, representando um decréscimo de 1.370 milhões de escudos relativamente ao período homólogo.

Em resultados destes desenvolvimentos, a taxa de colocação dos Títulos da Dívida Pública a 91 dias não registou grandes alterações, situando-se em 3,40 % em Dezembro de 2008 (3,44% em Dezembro de 2007). A taxa de colocação de BT a 182 dias atingiu os 3,42 %, comparativamente aos 3,49% em Dezembro de 2007, enquanto a de BT a 364 dias fixou-se nos 3,5% no período em análise. A taxa de emissão e colocação de OT manteve-se estável, com taxas médias à volta dos 5,4%.

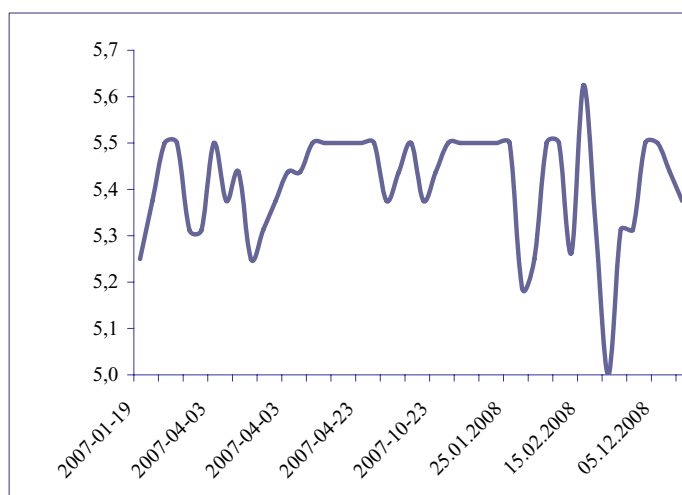
**Gráfico 33 - Taxas de Juros no Mercado Primário**  
(em percentagem)



Fonte: BCV

A taxa de emissão e colocação de OT manteve-se estável e ligeiramente acima do ano anterior, com taxas médias à volta dos 5,4%.

**Gráfico 34 - Taxas de Juros de Obrigações do Tesouro**  
(em percentagem)



Fonte: BCV

### 5.3 - Mercado de Valores Mobiliários

Apesar da crise financeira internacional ter afectado fortemente os principais Mercados de Valores Mobiliários durante o ano de 2008, com impacto negativo na rentabilidade e solvabilidade de múltiplas instituições financeiras internacionais, o Mercado de Valores Mobiliários Cabo-verdiano não sofreu os reflexos negativos desta crise.

Neste contexto, a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC) apresentou em 2008 uma capitalização bolsista de 18.210,2 milhões de escudos, dos quais 9.971,6 milhões são originárias do segmento accionista e os restantes 8.238,6 milhões do segmento obrigacionista último. A BVC contou neste período com 4 empresas cotadas no segmento accionista, enquanto no segmento obrigacionista, além das 12 Obrigações do Tesouro, estavam cotadas 8 tipos de Obrigações Corporate, emitidas pela Electra, Tecnicil, ASA e Banco Interatlântico.

**Quadro 13 - Volume Global de Procura e Oferta no Mercado Primário**

(em escudos cabo-verdianos)		
Descrição	Oferta	Procura
OPS Banco Interatlântico - 1ª Tranche	500.000.000	1.063.745.000
OPS IFH - 1ª Tranche*	420.000.000	669.047.000
OPS SOGEI*	1.500.000.000	1.502.647.000
<b>Total</b>	<b>2.420.000.000</b>	<b>3.235.439.000</b>

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde

\* Operação terminada em Janeiro de 2009

Assim, em finais de 2008 a BVC conseguiu movimentar no mercado primário um volume global de procura no valor de 3.235,4 milhões de escudos, superando largamente o volume total de oferta de 2.420,0 milhões de escudos. No período em análise, de entre as principais operações no mercado primário realizadas pela BVC, destaca-se as seguintes:

- (1) Realização de uma Oferta Pública de Subscrição (OPS) de 100.000 Obrigações do Banco Interatlântico, onde a procura foi duas vezes superior à oferta disponível, ao preço de 5.000 escudos por obrigação;
- (2) Lançamento da Oferta Pública de Subscrição (OPS) da 1ª série de 420.000 Obrigações da IFH, sendo o preço de subscrição de 1.000 escudos cada e a maturidade de 5 anos;
- (3) Lançamento da Oferta Pública de Subscrição (OPS) de 1.500.000 Obrigações da SOGEI, no âmbito dos projectos BAI Center e Salinas Beach Resort.

**Quadro 14 - Volume Total de Transacções no Mercado Secundário**

Unidade: em contos		
Titulos	Segmentos	Volume de Negócios
BCA	Accionista	8.149.900
CEC	Accionista	1.820.000
SCT	Accionista	929.500
ENA	Accionista	853.091.241
ASA	Obrigacionista	17.533.500
ELEA	Obrigacionista	6.200.113
ELEC	Obrigacionista	40.000.000
<b>Total</b>	-----	<b>927.724.254</b>

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde

No Mercado Secundário, por seu turno, o volume total de transacções neste mercado atingiu o montante de 927,7 milhões de escudos em 2008. No segmento accionista, o título mais transaccionado e com maior volume de negócios foi o da Empresa Nacional de Combustíveis (ENA) e o título com menor volume de negócios foi o da Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos (SCT).

#### Quadro 15 - Empresas Cotadas nos Segmentos Accionista e Obrigacionista

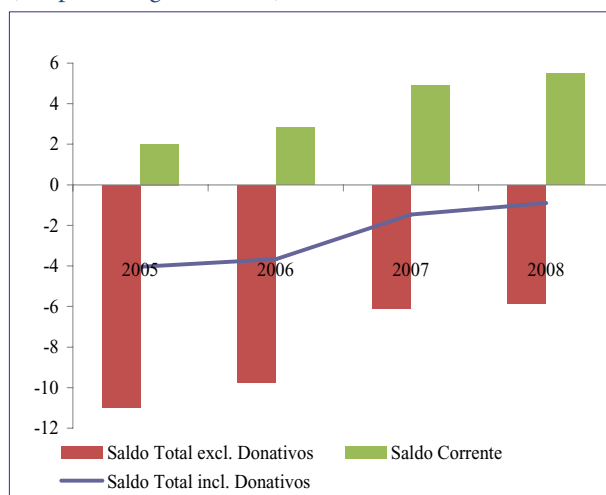
(em escudos cabo-verdianos)			
<b>Segmento Accionista</b>			
<b>Titulos</b>	<b>Nº de Acções cotadas</b>	<b>Cotação</b>	<b>Capitalização</b>
Sociedade Caboverdiana de Tabacos (SCT)	87.240	6.700	514.367.040
Caixa Economica de Cabo Verde (CEC)	208.800	6.100	1.357.200.000
Banco Comercial do Atlantico (BCA)	375.000	3.400	1.200.000.000
Enacol (ENA)	1.000.000	7.000	6.900.000.000
<b>Total</b>	<b>1.671.040</b>	<b>-----</b>	<b>9.971.567.040</b>
<b>Segmento Obrigacionista</b>			
<b>Titulos</b>	<b>Nº de Obrigações cotadas</b>	<b>Cotação</b>	<b>Capitalização</b>
Electra - Obrigação A: 6,121% 2012	1.142.405	1.078	1.231.284.109
Electra - Obrigação B: 6,65% 2017	1.139.698	1.000	1.139.698.000
Electra - Obrigação C: Euribor/TBA + 2% 2027	2.270.249	1.000	2.270.249.000
Tecnicil - Obrigação A: Euribor + 2,216%	350.000	1.000	350.000.000
Tecnicil - Obrigação B: Euribor + 2,216%	200.000	1.000	200.000.000
Tecnicil - Obrigação C: Euribor + 2,216%	200.000	1.000	200.000.000
ASA - Obrigação - Euribor/TBA + 2,25%	600.000	1.129	677.400.000
Banco Interatlântico - 1ª série Euribor + 0,9% 6 anos	500.000	1.000	500.000.000
Obrigações do Tesouro	20		1.670.000.000
<b>Total</b>	<b>6.402.372</b>	<b>-----</b>	<b>8.238.631.109</b>

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde

## 6. Política Orçamental e Fiscal

A situação das contas públicas tem vindo a apresentar melhorias consideráveis, com os principais saldos orçamentais a registarem desempenhos favoráveis, reflectindo, por um lado, uma politica de maior rigor ao nível das despesas e, por outro, uma boa performance ao nível da arrecadação de receitas. Assim, conforme dados da execução orçamental de 2008, disponibilizados pelo Ministério das Finanças, o défice orçamental global incluindo donativos apresentou um montante de 1.174,5 milhões de escudos, cerca de 0,9% do PIB (1,5% do PIB em 2007), representando uma melhoria de 0,6 p.p. relativamente ao ano anterior.

**Gráfico 35 - Operações Financeiras do Estado**  
(em percentagem do PIB)



Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

**Quadro 16 - Principais Indicadores Orçamentais**

	2006	2007	2008	
	em % do PIB	em % do PIB	em % do PIB	Variação (p.p.)
Receitas Totais	31,4	30,8	30,8	0,0
Despesas Totais	35,1	32,3	31,7	-0,6
Saldo Global incluindo Donativos	-3,7	-1,5	-0,9	0,6
Componente Cíclica	0,0	0,2	0,1	-0,2
Saldo Ajustado das Flutuações Cíclicas	-3,7	-1,7	-1,0	0,7
Saldo Global excluindo Donativos	-9,7	-6,1	-5,8	0,2
Saldo Primário	-7,9	-4,4	-4,4	0,0
Saldo Primário incluindo donativos	-1,9	0,1	0,2	0,1
Rácio da Dívida	84,9	77,4	69,0	-8,4

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

Nota: a componente cíclica do saldo orçamental foi calculada com base nas estimativas do PIB elaboradas pelo Banco de Cabo Verde

A análise da evolução do saldo orçamental ajustado das flutuações cíclicas sugere que os factores de natureza cíclica tiveram pouca expressão na melhoria do défice global (apenas 0,1 p.p.), na medida em que, quando ajustado das flutuações cíclicas, o défice orçamental representa aproximadamente 1% do PIB. O défice primário (excluindo donativos) estabilizou-se ao nível do registado no ano anterior, ou seja, nos cerca de 4,4% do PIB, reflectindo essencialmente o abrandamento ao nível das receitas orçamentais, que de 26,2% do PIB passa para 25,9% do PIB, correspondendo uma redução de 0,4 p.p. relativamente ao ano anterior.

O peso do Sector Público Administrativo (SPA) na economia, medido pelo rácio despesas total/PIB diminuiu de 32,3% para 31,7% do PIB, reflectindo mais uma vez a política orçamental prudente seguida. Do ponto de vista do financiamento, o Estado recorreu em grande parte aos recursos externos nomeadamente, aos desembolsos dos organismos multilaterais, à ajuda orçamental concedida por parceiros bilaterais.

## 5.1 - Receitas e Despesas Públicas

### 5.1.1 – Receitas

Em 2008, as receitas totais do Sector Público Administrativo (SPA) atingiram os 40.129,2 milhões de escudos (35.522,5 milhões em 2007), traduzindo-se num crescimento anual de 13%. A evolução positiva das receitas traduziram em larga medida o comportamento das receitas correntes, que impulsionadas pelo bom desempenho ao nível da arrecadação, acusaram um crescimento de 11,4%.

A evolução das receitas fiscais (que representaram 73,7% das receitas totais) resultou da boa cobrança da generalidade dos impostos, dos quais se destaca o Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) em 11,4%, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) não deduzido dos reembolsos em 18,2% e o Imposto sobre as Transacções Internacionais em 9,5%. Por seu turno as receitas não fiscais registaram, mais uma vez, uma variação negativa de 2,5%, que se deveu essencialmente à redução registada na rubrica “Cotizações para Providência Social” (41,2%), em resultado dos efeitos da transferência dos descontos efectuados pelos funcionários públicos ao INPS.

Os donativos, importante rubrica da componente das receitas (representando 16% das receitas totais), totalizaram 6.429,7 milhões de escudos, invertendo a sua tendência relativamente ao ano anterior, crescendo 21% em 2008. Do montante referido, 4.572,7 milhões destinaram-se a projectos de investimento e 1.640,2 milhões de escudos ao Orçamento do Estado.

**Quadro 17 - Receitas da Administração Pública**

	Em milhões de escudos			Taxa de Crescimento (em percentagem)			em percentagem do PIB		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Receitas Correntes	25.725,0	28.908,2	32.205,1	23,6	12,4	11,4	24,8	25,1	24,7
Receitas Fiscais	22.805,7	26.219,7	29.584,9	23,0	15,0	12,8	22,0	22,8	22,7
Imposto s/ o rendimento	6.921,5	7.655,4	8.524,8	18,9	10,6	11,4	6,7	6,6	6,5
Imp. Único s/ rendimentos	6.921,5	7.655,4	8.524,8	18,9	10,6	11,4	6,7	6,6	6,5
IUR pessoas singulares	3.828,7	4.505,2	4.823,6	8,9	17,7	7,1	3,7	3,9	3,7
IUR pessoas colectivas	3.123,7	3.150,2	3.701,2	35,5	0,8	17,5	3,0	2,7	2,8
Impostos sobre a Despesa	15.748,8	18.427,2	20.875,6	25,1	17,0	13,3	15,2	16,0	16,0
Imposto s/ o Valor Acrescentado (IVA)	8.438,9	9.917,4	11.723,5	28,8	17,5	18,2	8,1	8,6	9,0
Imposto s/ Bens e Serviços	1.163,6	1.654,0	1.798,3	17,1	42,1	8,7	1,1	1,4	1,4
Imposto s/ Transacções internacionais	5.106,8	5.376,4	5.888,2	20,7	5,3	9,5	4,9	4,7	4,5
Direitos de importação	5.106,8	5.376,4	5.888,2	20,7	5,3	9,5	4,9	4,7	4,5
Imposto de Selo	1.039,5	1.479,4	1.465,7	28,3	42,3	-0,9	1,0	1,3	1,1
Receitas não Fiscais	2.919,3	2.688,5	2.620,2	29,0	-7,9	-2,5	2,8	2,3	2,0
Licenças e taxas diversas	1.292,0	1.862,5	1.819,6	-8,8	44,2	-2,3	1,2	1,6	1,4
Rendtos de Propriedade/Rendtos Financeiros	223,1	550,0	522,1	140,7	146,5	-5,1	0,2	0,5	0,4
Cotização p/ Fundo de Previdência	497,5	86,5	50,8	-6,7	-82,6	-41,2	0,5	0,1	0,0
Outras receitas não fiscais	777,8	90,0	147,7	511,0	-88,4	64,1	0,7	0,1	0,1
Donativos	6.290,5	5.312,3	6.429,7	1,3	-15,6	21,0	6,1	4,6	4,9
<b>Receitas Totais</b>	<b>32.673,4</b>	<b>35.522,5</b>	<b>40.129,2</b>	<b>16,7</b>	<b>8,7</b>	<b>13,0</b>	<b>31,4</b>	<b>30,8</b>	<b>30,8</b>

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

### 5.1.2 - Despesas

Em 2008 as despesas totais do SPA atingiram os 41.303,6 milhões de escudos (37.207,8 milhões em 2007), o que representa um crescimento de 11% relativamente ao ano anterior. Esta evolução resultou sobretudo do aumento das despesas de investimento (16,5%) porquanto as despesas correntes evidenciaram um crescimento mais moderado (7,7%).

O aumento das despesas correntes, cujo montante ascende a 25.040,1 milhões de escudos em 2008, decorreu do acréscimo verificado nas rubricas “despesas com pessoal” (3,4%), em virtude de novos recrutamentos e actualização salarial da função pública, no avanço das “transferências correntes” (18,7%), que resultado do pagamento de subvenções relativas às eleições autárquicas ocorridas no período e do aumento das pensões em parte pela actualização das pensões ao abrigo do regime não contributivo, e no crescimento de 23,1% na rubrica “outras despesas correntes”, justificado pelas restituições do IUR e do IVA e pela regularização de algumas dívidas acumuladas em anos anteriores. De realçar que o montante respeitante às despesas de funcionamento poderá alterar-se com a afectação dos valores referentes aos órgãos de soberania, que se encontram ainda por regularizar.

As despesas de investimento por sua vez atingiram um montante de 16.263,6 milhões de escudos (13.963 milhões em 2007), apresentando um crescimento de 16,5% relativamente ao ano anterior. Estas despesas foram financiadas na sua maior parte por recursos externos (cerca de 92,5%), e foram direccionadas sobretudo para os projectos no domínio da infra-estruturação, desenvolvimento do capital humano e promoção da boa governação/Reforma do Estado.

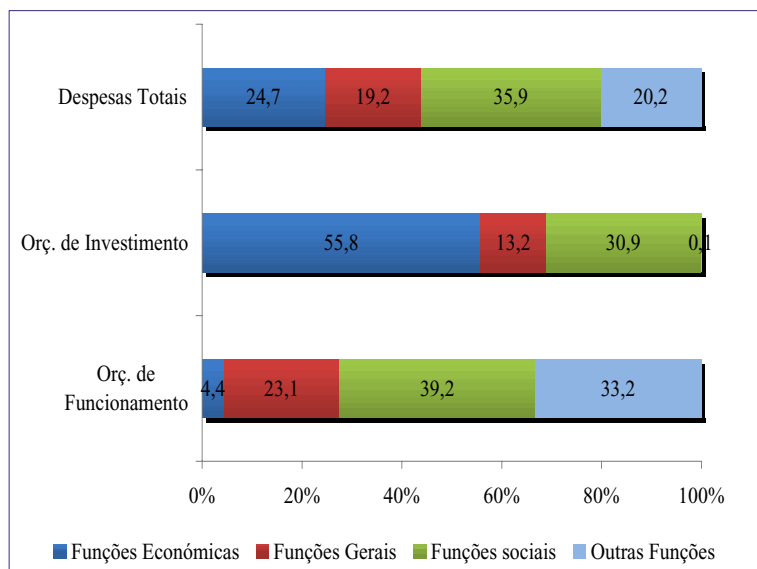
**Quadro 18 - Despesas da Administração Pública**

	Em milhões de escudos			Taxa de Crescimento (em percentagem)			em percentagem do PIB		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Despesas correntes	22.776,0	23.244,8	25.040,1	19,8	2,1	7,7	21,9	20,2	19,2
Salários e vencimentos	10.490,8	10.901,8	11.273,1	20,0	3,9	3,4	10,1	9,5	8,6
Bens e serviços	1.646,3	2.163,4	2.048,2	46,8	31,4	-5,3	1,6	1,9	1,6
Juros correntes	1.920,0	1.880,9	1.896,4	-0,5	-2,0	0,8	1,8	1,6	1,5
Domésticos	1.398,0	1.359,7	1.347,2	1,0	-2,7	-0,9	1,3	1,2	1,0
Externos	521,9	521,2	549,2	-4,4	-0,1	5,4	0,5	0,5	0,4
Transferências Correntes	7.117,9	5.183,0	6.154,0	70,2	-27,2	18,7	6,9	4,5	4,7
Empresas Públicas	83,5	0,0	0,0	0,0	--	--	0,1	0,0	0,0
Sector Público	4.505,0	2.700,9	3.064,6	185,2	-40,0	13,5	4,3	2,3	2,4
Outras entidades	2.529,4	2.482,1	3.089,4	0,4	-1,9	24,5	2,4	2,2	2,4
Subsídios	0,0	336,9	931,9			176,6		0,3	0,7
Outras despesas correntes	1.601,0	2.123,4	2.516,2	0,0	32,6	18,5	1,5	1,8	1,9
Valor a regularizar	0,0	0,0	220,2	----	----	----	0,0	0,0	0,2
Despesas de Investimento	13.702,8	13.963,0	16.263,6	17,9	1,9	16,5	13,2	12,1	12,5
<b>Despesas Totais</b>	<b>36.478,8</b>	<b>37.207,8</b>	<b>41.303,6</b>	<b>15,4</b>	<b>2,0</b>	<b>11,0</b>	<b>35,1</b>	<b>32,3</b>	<b>31,7</b>

Fonte: Ministério das Finanças; Banco de Cabo Verde

Analisando as despesas por uma perspectiva funcional, que consubstanciando as prioridades do Governo, nos mostra a área e /ou o sector em que cada componente da despesa está afectada, constata-se que a maior fatia das despesas tem sido atribuída nos últimos anos às Funções Económicas e Sociais.

**Gráfico 36 - Distribuição Funcional das despesas em 2008**  
(em percentagem)



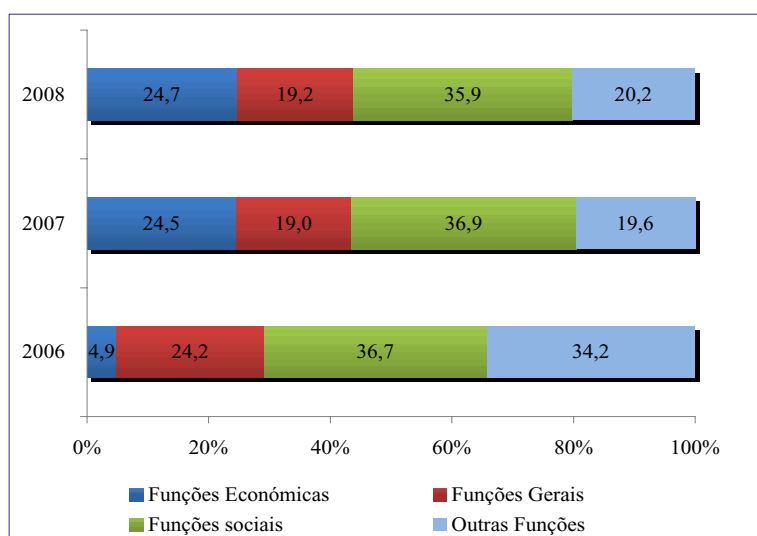
Fonte: Orçamento do Estado 2008, BCV

No orçamento de 2008 a maior fatia das despesas foi atribuída às Funções Sociais e Económicas, com 35,9% e 24,7% respectivamente.

De realçar a importância que as Funções Económicas vêm ganhando nos últimos dois anos, comparativamente aos anos anteriores, em detrimento das outras funções, o que poderá indiciar alguma reafectação de recursos entre áreas de actuação.

Dentro das componentes Funções Sociais, as áreas responsáveis pelas maiores proporções são a Educação com 50,8% do total, seguido pela Saúde e Segurança e Assistência Social com 21% e 15,4% respectivamente. No que se refere às Funções Económicas as componentes mais expressivas são os Transportes e Comunicações (28,1%), Agricultura, Silvicultura e Pesca (22,6%) e Combustíveis e Energia (21,9%). De realçar que esses sectores são dos mais contemplados pelo orçamento de investimento, em função dos projectos em curso e em carteira do Sector Público Administrativo, principalmente no domínio da infra-estruturação.

**Gráfico 37 - Distribuição Funcional das despesas**



Fonte: Orçamento de Estado, BCV

## 6.2 - Dívida Pública

No âmbito do “Policy Support Instrument” assinado com o FMI prevê-se para o final de 2009 uma redução do rácio stock da dívida pública em percentagem do PIB para cerca de 70%. Em 2008 este indicador atingiu o valor de 69% do PIB, uma evolução satisfatória que revela o cumprimento antecipado da meta fixada. Na origem deste comportamento destaca-se a trajectória descendente da dívida interna (excluindo TCMF's), que representava em 2008 19,3% do PIB, valor em consonância com o que se prevê como meta do PSI, a sua redução para valores próximos dos 20% do PIB.

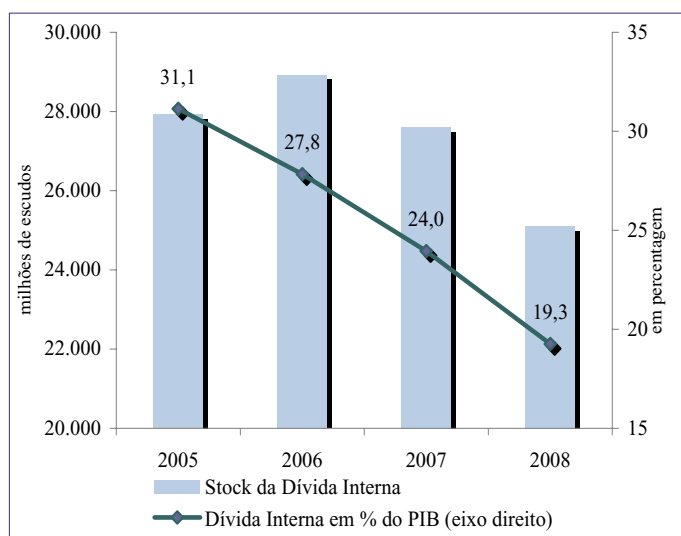
Em 2008, o stock da dívida pública ascende a 78.546,8 milhões de escudos, sendo a dívida interna (excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira - TCMF) de 25.103,5 milhões de escudos (19,3% do PIB) e a dívida externa efectiva de 53.443,3 milhões de escudos (41% do PIB).

### 6.2.1 - Dívida Interna

O stock da dívida pública interna prosseguiu uma nítida trajectória de redução e atingiu em 2008 25.103,5 milhões de escudos, face aos 27.602,1 milhões de 2007, o que representou um decréscimo de 9,1% (4,6% em 2007).

Analisando a evolução da dívida interna relativamente ao PIB constata-se que este rácio atingiu em 2008 o valor de 19,3%, uma redução de 4,7 p.p. face ao ano anterior, o que traduziu os efeitos conjugados do crescimento nominal do produto e diminuição do stock da dívida em termos absolutos. Esta evolução do rácio da dívida em termos do PIB, um indicador de sustentabilidade habitualmente utilizado, evidencia a trajectória de melhoria, situando-se ligeiramente abaixo do limite inferior do intervalo de referência de 20 a 25%.

Gráfico 38 - Stock da Dívida Interna



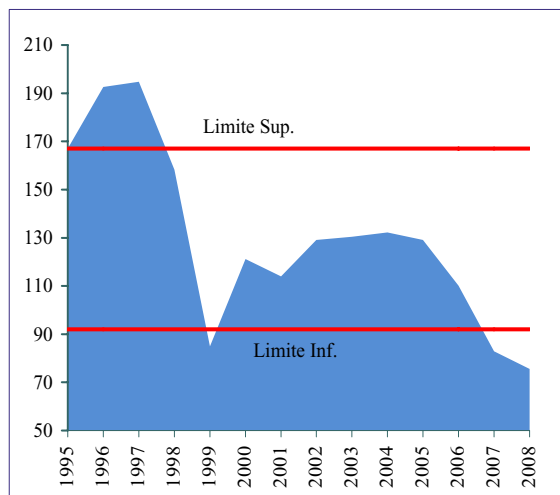
Fonte: BCV

O nível de endividamento interno, em relação à capacidade do Estado de efectuar o reembolso situou-se ligeiramente abaixo do limiar de sustentabilidade do intervalo de referência. O valor do *stock* da dívida interna inferior ao nível das receitas arrecadadas internamente, espelha o reforço da capacidade de pagamento do Estado, o que por sua vez traduz a boa *performance* das receitas internas nos últimos anos.



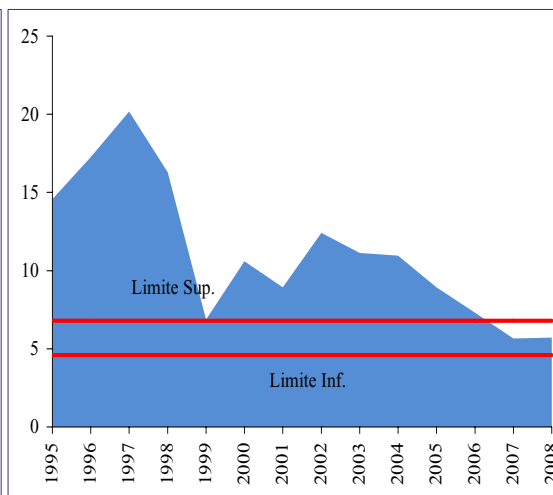
O rácio juros/receitas orçamentais internas, um indicador do custo dos juros da dívida interna, tem-se situado no intervalo de referência (5,7% em 2008 para um intervalo de referência de 4,6%-6,8%), tornando os custos dos juros da dívida interna compatíveis com o nível de receitas arrecadadas.

**Gráfico 39 - Stock da dívida interna/Receitas orçamentais**  
(em percentagem)



Fonte: BCV

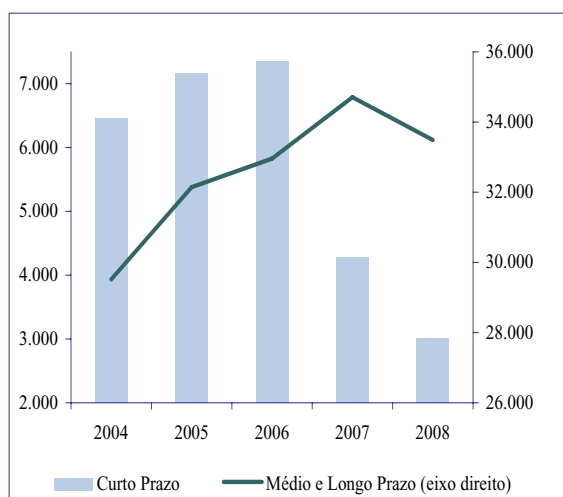
**Gráfico 40 - Juros da dívida interna/Receitas orçamentais**  
(em percentagem)



Fonte: BCV

Desagregando a dívida interna em termos de maturidade e excluindo os TCMF, constata-se que a maior parte da dívida está concentrada em obrigações de médio e longo prazos, com um termo médio de reembolso de 5,6 anos. Em termos absolutos, verifica-se que a dívida interna diminuiu em 2008, reflexo da redução que ocorreu nas dívidas para todos os prazos, quais sejam 30% para as dívidas de curto prazo e 3,5% para as dívidas de maturidade a médio e longo prazo.

**Gráfico 41 - Dívida Pública Interna**  
(milhões de escudos)



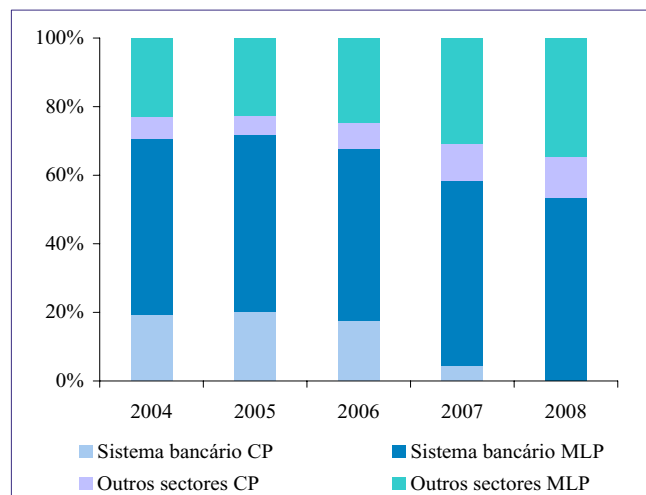
Fonte: BCV

Por sectores institucionais, o sistema bancário detinha a maior parcela da dívida interna do país, não obstante notar-se o peso crescente de outros sectores institucionais, nomeadamente o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). No final do período verificou-se que no geral há uma maior apetência por títulos de prazo mais alargado e de

maior rentabilidade. As instituições financeiras praticamente desfizeram-se da sua posição em termos de BT's enquanto que nos outros sectores ocorreu um ligeiro recuo de 0,7%. Nas OT's enquanto as instituições bancárias reduziram o seu stock de títulos em 11,2%, os outros sectores reforçaram a sua posição em 7,5%.

O posicionamento das instituições bancárias pode ser justificado pelas subscrições de TIM e TRM, uma outra alternativa de aplicação dos seus excedentes com muito maior rentabilidade durante o período.

**Gráfico 42 - Distribuição da Dívida Pública Interna por Sectores Institucionais**



Fonte: BCV

## 6.2.2 - Dívida Externa

A dívida externa efectiva do sector público administrativo em Cabo Verde cresceu 6,4% em 2008, atingindo 53.443 milhões de ECV (83 milhões de USD). A dívida contratada em 2008 foi maioritariamente realizada com credores bilaterais (98%) e com credores multi-laterais (1,9%).

Os desembolsos e as amortizações de capital, realizados ao longo do ano aumentaram 23,5% e 4,7%, respectivamente, em relação ao ano anterior, ascendendo aos 5.122 milhões de ECV e 1.906 milhões de ECV, respectivamente. Por seu turno, o pagamento dos juros de dívida apresentou uma relativa estabilização em relação a 2007 com um aumento de cerca de 1%, atingindo os 525 milhões de ECV.

## Quadro 19 - Dívida Externa por Credores em 2008

	em milhões de escudos		
	Montante Desembolsado	Montante Reembolsado	Dívida Efectiva
Credores Multilaterais	2.668,9	1.315,6	31.010,0
Credores Bilaterais	2.453,5	1.116,2	8.559,0
Governo	2.324,1	657,2	8.061,2
Instituições Financeiras	129,4	459,0	497,8
Empresas Privadas	0,0	0,0	240,8
Outros	0,0	0,0	13.633,5
<b>Total</b>	<b>5.122,4</b>	<b>2.431,8</b>	<b>53.443,2</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

\* Para o cálculo do valor em escudos de Cabo Verde, utilizou-se a taxa de câmbio de fim de período.

## 7. Taxas de Câmbio e Balança de Pagamentos

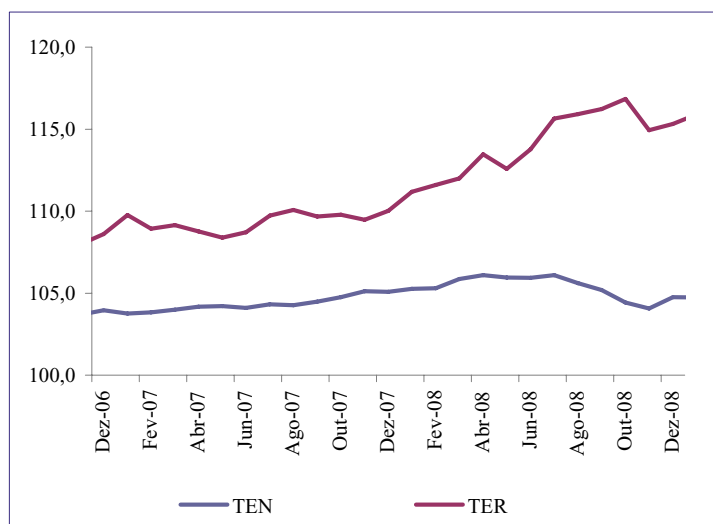
### 7.1 - Taxas de Câmbio

No mercado cambial internacional o euro reforçou, durante os primeiros meses do ano de 2008, a tendência de apreciação que vinha demonstrando desde o quarto trimestre de 2005. No entanto a partir do terceiro trimestre do ano em análise, o euro inverteu a referida tendência, desvalorizando-se face ao dólar americano, reflectindo essencialmente o diferencial das taxas de juro entre as duas maiores regiões económicas mundiais. Assim, a 31 de Dezembro de 2008, o euro esteve a ser cotado por 1,32 dólares.

No mercado interno, reflectindo o comportamento do euro, moeda com a qual o escudo mantém uma paridade fixa, verificou-se, em termos médios, uma depreciação nominal do escudo relativamente ao dólar americano e à libra esterlina de 6,5% e 13% respectivamente.

Assim, o índice da taxa de câmbio efectiva nominal apresentou uma taxa de variação negativa de 0,3% relativamente a 2007. O índice da taxa de câmbio efectiva real, um indicador da competitividade da economia cabo-verdiana, observou uma apreciação de 4,8%. O comportamento do índice da taxa de câmbio efectiva real foi determinado pela evolução menos desfavorável do índice de preços no consumidor do país, que se traduziu num diferencial positivo de preços relativamente aos principais parceiros comerciais.

**Gráfico 43 - Índice de Taxa de Câmbio Efectivas Nominais e Real**



Fonte: BCV

## 7.2 - Evolução da Balança de Pagamentos

**Quadro 20 - Balança de Pagamentos**

	(mil milhões)				
	2004	2005	2006	2007	2008 <sup>2</sup>
<b>CONTA CORRENTE</b>	<b>-11,8</b>	<b>-3,6</b>	<b>-7,2</b>	<b>-15,8</b>	<b>-16,2</b>
Balança Comercial	-33,7	-31,0	-40,7	-53,2	-53,5
Exportações de Bens	5,1	7,9	8,4	6,5	8,6
Importações de Bens	-38,7	-38,9	-49,1	-59,8	-62,1
Balança de Serviços	2,8	5,4	11,6	15,8	16,8
Balança de Rendimentos	-1,7	-3,0	-3,5	-2,5	-3,5
Transferências Correntes	20,7	24,9	25,4	24,2	24,0
<b>CONTA DE CAPITAL E FINANCEIRA</b>	<b>10,8</b>	<b>3,5</b>	<b>8,0</b>	<b>15,6</b>	<b>23,7</b>
Investimento Directo Estrangeiro	6,0	7,2	11,5	15,3	15,7
Investimento de Carteira	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0
Outros Investimentos	6,0	-0,6	0,0	5,0	8,0
Activos de Reserva	-3,3	-5,0	-5,0	-7,1	-2,3
<b>Balança Global</b>	<b>3,2</b>	<b>5,1</b>	<b>5,0</b>	<b>7,1</b>	<b>1,9</b>
<i>Por memória</i>					
Balança Corrente + Balança de Capital	-9,7	-1,7	-5,7	-13,6	-14,2
<i>Memorandum Items</i>					
Taxa de Cobertura <sup>1</sup> (%)	46,0	55,5	59,1	55,1	57,8
Défi ce Corrente incluindo Transferências Correntes em % PIB	14,4	4,0	6,9	13,7	12,4
Défi ce Corrente excluindo Transferências Correntes em % PIB	39,6	23,8	31,4	34,7	30,8
Importações de Bens e Serviços em % PIB	69,6	64,0	68,4	72,4	66,7
Remessas de Emigrantes em % PIB	11,0	13,1	11,0	9,3	8,5
Dívida Pública Externa em % PIB (liq.)	0,6	2,6	2,2	2,0	2,5
Reservas Internacionais Líquidas do BCV (meses de Importação)	2,4	2,8	3,2	4,1	4,2

Fonte: BCV

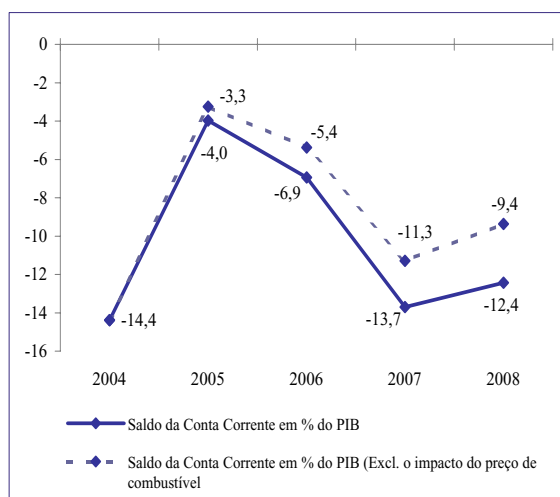
<sup>1</sup> Taxa de cobertura das importações de bens e serviços pelas exportações de bens e serviços

<sup>2</sup> Dados Provisórios

Em 2008 os indicadores da balança de pagamentos da economia cabo-verdiana reflectiram uma evolução globalmente positiva, com a redução do défice da conta corrente (para 12,4% do PIB, face aos 13,7% registados 2007), a continuação do reforço das reservas cambias para 4,2 meses de importação (4,1 em 2007) e, por último, a redução das necessidades de financiamento externo da economia cabo-verdiana, medida pelo défice conjunto da balança de capital e corrente, para 10,8% do PIB (menos 1 p.p. em relação a 2007).

O abrandamento económico de 2008 também contribuiu para este desempenho, condicionando a evolução das importações, que em termos do PIB situou-se em torno de 66,7% (72,4% em 2007). A evolução da conta corrente continuou sendo afectada pelo comportamento dos preços de petróleo a nível internacional, cuja cotação média do barril de Brent (petróleo de referência no mercado europeu) atingiu os USD 100,5 em 2008. Na verdade, excluindo o impacto dos preços de combustíveis, verifica-se que o défice da conta corrente atinge, tanto em 2007 como em 2008, os 11,3% e 9,4% do PIB respectivamente.

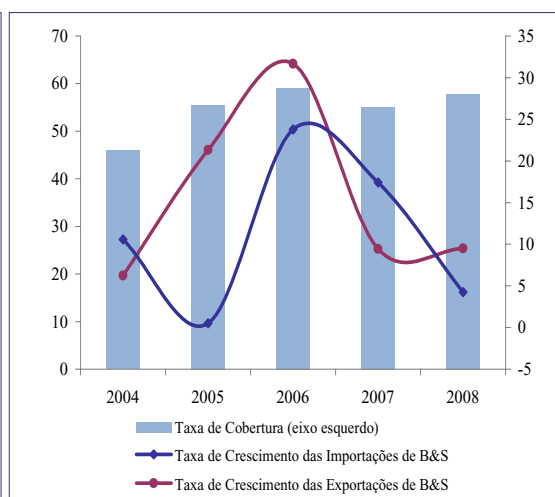
**Gráfico 44 - Saldo da Conta Corrente em % PIB & o Impacto dos Preços de Combustíveis**



Fonte: BCV

(1) O impacto dos preços de combustíveis na Conta Corrente no período 2005-2008 foi calculado utilizando os preços de 2004 para calcular o valor das importações e o seu impacto na Conta Corrente.

**Gráfico 45 - Taxas de Crescimento das Exportações e Importações e o Rácio de Cobertura (%)**



Fonte: BCV

As exportações de bens e serviços aumentaram 9,5% em 2008, mantendo a mesma taxa de crescimento de 2007, enquanto as importações de bens e serviços, que tinham aumentado 17,4% em 2007, apresentaram uma desaceleração significativa em 2008, com um aumento de apenas 3,4%. A taxa de cobertura das exportações pelas importações aumentou 2,8 p.p. em 2008 (de 55,1% em 2007 para 57,8% em 2008).

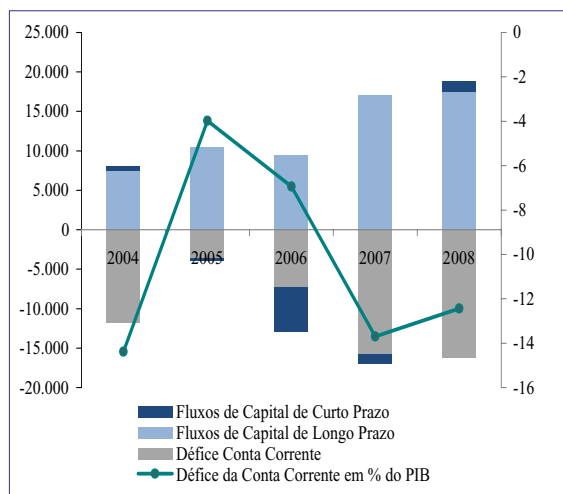
O excedente da balança de serviços, outra componente da Conta Corrente, cresceu 6,5% em 2008, o que representa no entanto uma desaceleração significativa relação a 2007, quando a taxa de crescimento foi de 35,7%. Esta desaceleração reflectiu essencialmente a evolução das receitas de turismo, que foi menos significativa em relação ao ano anterior (de 34,3% em 2007 para 7,8% em 2008). Em relação às restantes componentes da Conta Corrente, enquanto a balança de rendimentos registou um agravamento do seu défice em cerca de 40%, a balança de transferências manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior, com uma redução de apenas 0,89% no seu excedente.

A análise dos fluxos de financiamento da Conta Corrente sugere que as componentes mais importantes foram os fluxos de capitais de longo prazo, de entre os quais se destacou

o investimento directo estrangeiro, que representou a grande maioria destes fluxos. Com efeito, é possível constatar através do gráfico 4 que o IDE apresentou um ritmo de crescimento bastante expressivo de 2004 a 2007, tendo no entanto, em 2008, apresentado uma desaceleração significativa, com uma taxa de crescimento de apenas 2,8%, reflexo da crise financeira internacional.

**Gráfico 46 - Déficit da Conta Corrente e Fluxos de Capital**

(em milhões de escudos, em percentagem)

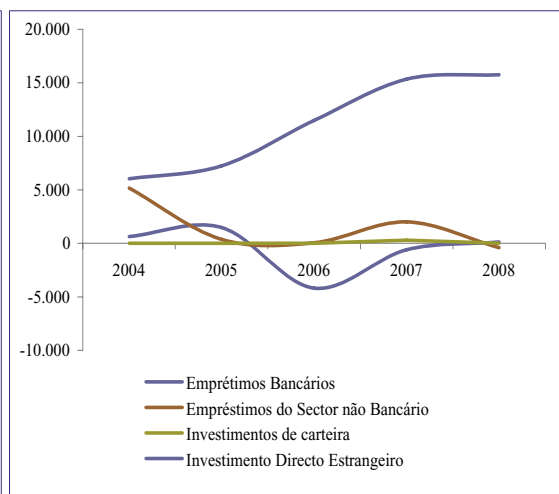


Fonte: BCV

- (1) Os fluxos de capitais de longo prazo são compostos pelo Investimento directo estrangeiro, títulos de dívida do Governo e dos Bancos, empréstimos de longo prazo e depósitos de longo prazo no Banco Central.
- (2) Os fluxos de capitais de curto prazo compõem-se do investimento de carteira, empréstimos de curto prazo e outros passivos de curto prazo.

**Gráfico 47 - Principais itens de financiamento do déficit em Conta Corrente**

(em milhões de escudos)



Fonte: BCV

- (1) Empréstimos Bancários – Empréstimos líquidos de curto e longo prazo obtidos pelo Sector bancário junto ao exterior.
- (2) Empréstimos do Sector não Bancário – Empréstimos líquidos de curto e longo prazo do sector não bancário obtidos junto ao exterior.
- (3) Investimento Directo Estrangeiro – Fluxos de entradas de IDE.
- (4) Investimento de Carteira – valor líquido dos Títulos de participação e títulos de dívida

De forma geral, o deficit da conta corrente resultante das actividades económicas do sector privado tem sido financiado por fundos de longo prazo obtidos principalmente pelo sector privado, incluindo bancos.

#### Quadro 21 - Actividade nos principais Aeroportos Internacionais do País

	2006	2007	2008
Número de Passageiros	671.559	654.564	735.672
Número de Aeronaves	7.715	7.894	8.877
Receitas de Transporte Aéreo*	10.327,2	9.693,5	9.791,1
Receitas de Viagens*	18.319,6	24.395,4	26.349,6
Viagens de Turismo*	17.495,4	23.495,5	25.334,4

Fonte: ASA e BCV

\* em milhões de escudos

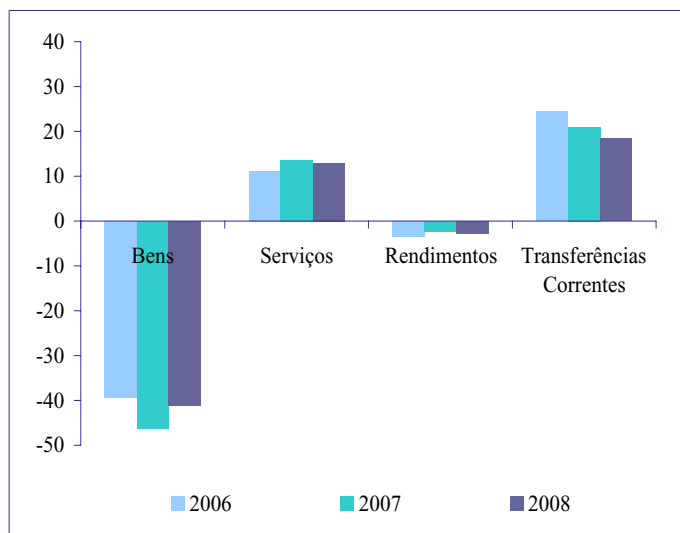
#### 7.2.1 - Balança Corrente

A evolução do déficit da conta corrente resultou essencialmente do abrandamento no ritmo de crescimento das exportações líquidas de serviços, que cresceram 6,6% em 2008 (35,7% em 2007) porquanto o déficit da balança de bens e o excedente da balança de

transferências correntes mantiveram-se constantes. De referir igualmente o agravamento do défice da balança de rendimentos (38,3%), que no entanto não influenciou de forma significativa o défice da conta corrente dado o seu peso marginal no conjunto da conta corrente.

#### Gráfico 48 - Balança Corrente (Composição)

(em percentagem do PIB)



Fonte: BCV

A desaceleração no ritmo de crescimento das importações, com um aumento de apenas 3,9% (21,7% em 2007), conjugada com o aumento expressivo das exportações em 32,1% face aos 22,4% verificados em 2007, explicam a estagnação do défice da balança de bens.

O crescimento menos acentuado das importações de bens resultou do decréscimo significativo das importações de bens de capital (31,7%) e da desaceleração no ritmo de crescimento das importações de combustíveis (10,3% em 2008 face aos 55,4% em 2007). Pelo contrário, as categorias “bens de consumo” e “bens intermédios” registaram aumentos de 9,2% e 25,6% respectivamente.

A evolução das exportações de bens reflectiu essencialmente o aumento expressivo das reexportações de combustível e víveres nos portos e aeroportos internacionais (25,8%), rubrica de maior peso nas exportações de bens, invertendo a evolução negativa de 2007 (25,5%).

Na balança de serviços registou-se um aumento de 6,6% das exportações líquidas, que representa uma desaceleração significativa em relação a 2007, quando as exportações líquidas cresciam em 35,7%. Este desempenho reflectiu, essencialmente, a desaceleração das viagens de turismo, cujas receitas cresceram 7,8%, que compara ao crescimento de 34,3% verificado em 2007.

As exportações de serviços ligados aos transportes aéreos apresentaram um ligeiro aumento em 2008 (de 1%, que compara ao decréscimo de 6,1% em 2007), em resultado essencialmente do aumento das receitas de serviços prestados a companhias aéreas estrangeiras (34,7%). As receitas de serviços prestados a passageiros não residentes, pelo contrário, registaram um decréscimo significativo (22,2%).

As importações de serviços por seu turno acusaram um aumento de 5,2% em 2008, possivelmente relacionado com o evoluir do ambiente de negócios em Cabo Verde. De facto, verificou-se em 2008 aumentos significativos das viagens por motivos de negócios

(13,1%), das importações de serviços de comunicação (50,3%), serviços financeiros (9%) e outros serviços empresariais (37,6%).

#### Quadro 22 - Balança de Serviços

	milhões de CVE		
	2006	2007	2008
<b>Balança de Serviços</b>	<b>11.612,0</b>	<b>15.762,1</b>	<b>16.803,7</b>
Tranportes	-337,0	-377,1	-66,2
Marítimos	-4.150,4	-4.946,2	-5.735,4
Aéreos	3.813,4	4.569,1	5.669,2
Viagens	11.110,5	15.819,5	16.382,8
Turismo	13.353,9	18.546,3	19.293,4
Serv. Comunicações	1.707,6	1.748,2	1.796,3
Serv. Construções	0,0	9,2	0,6
Serv. Seguros	-481,8	-672,7	-607,4
Serv. Financeiros	-135,4	-24,5	-25,3
Serv. Informática e de Informação	-312,6	-706,9	-367,0
Royalties	-0,2	-100,1	-2,4
Outros Serv. Empresariais	-1.003,6	-1.006,8	-1.531,8
Serv. Pessoais, Culturais e Recreativos	-61,5	13,8	-38,3
Serv. Governamentais	1.126,2	1.059,6	1.262,4

Fonte: Banco de Cabo Verde

No que concerne às restantes balanças da conta corrente, registou-se um agravamento considerável do défice da balança de rendimentos em relação a 2007 (40%), traduzindo o aumento da distribuição de lucros e dividendos aos investidores estrangeiros e, sobretudo, o acréscimo observado no pagamento de juros da dívida externa privada (principalmente de outros sectores) relativamente ao ano anterior. Quanto à dívida pública, mantém-se a tendência de estabilização dos juros pagos, porquanto, o serviço da dívida pública externa (pagamento de juros e amortização de capital) aumentou cerca de 4% em 2008, tendo em conta o cumprimento do serviço da dívida contratada em anos anteriores.

#### Quadro 23 - Balança de Rendimentos

	milhões de CVE		
	2006	2007	2008
Rendimentos	-3.515,4	-2.529,5	-4.119,55
Remuneração de Empregados	10,7	-84,6	-113,00
Rendimentos de Investimentos	-3.526,0	-2.444,9	-4.006,55
Investimento Directo	-2.082,9	-2.216,5	-2.769,13
Investimento de Carteira	358,8	322,3	377,58
Outros Investimentos (Juros DE)	-1.802,0	-550,7	-1.615,00

Fonte: Banco de Cabo Verde

A estagnação verificada na balança de transferências correntes resultou da evolução pouco significativa das remessas de emigrantes (2,4%), da diminuição registada nos fluxos para outros sectores da economia (redução de 35,7% nas “outras transferências para particulares e empresas”), porquanto o aumento expressivo das transferências oficiais

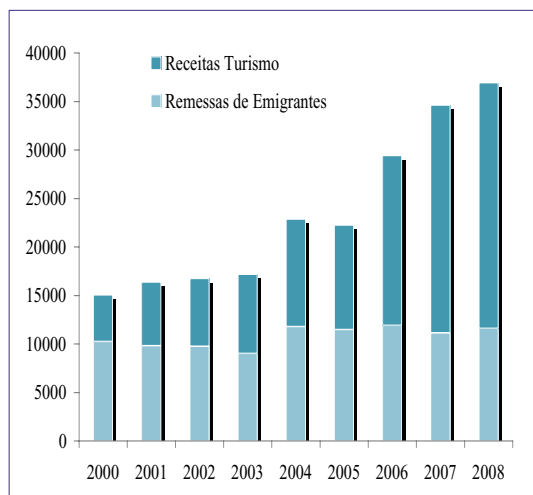


(43,7%), em resultado de desembolsos de ajudas orçamentais e de fundos do MCA, não foi suficiente para melhorar o saldo da balança de transferências correntes.

A evolução das remessas de emigrantes poderá estar relacionada com a tendência de depreciação do dólar americano, verificada sobretudo no 1º semestre de 2008. Com efeito, verificou-se uma redução significativa das remessas provenientes dos EUA (11,8%), que no primeiro semestre do ano diminuíram 27,9%, enquanto no segundo semestre, com a inversão da tendência de depreciação do dólar, apresentaram uma evolução positiva de 7,3%. Por outro lado, as remessas provenientes da Zona Euro cresceram 4,1% no ano de 2008, apresentando um comportamento mais homogéneo ao longo do ano.

#### Gráfico 49 - Receitas de Turismo e Remessas de Emigrantes

(em milhões de escudos)



Fonte: BCV

Por país de origem, constatou-se que Portugal continuou a ser o principal país de proveniência das remessas de emigrantes, representando estes fluxos 2,4% do PIB. As remessas com origem na França e nos EUA tiveram também um peso importante no total das remessas, representando em 2008 1,7% e 1,1% do PIB respectivamente.

#### Quadro 24 - Evolução das Remessas de Emigrantes em Divisas

	2006	2007	2008
	em milhões de CVE		
EUA	2.100,2	1.672,9	1.474,9
P. Baixos	963,1	1.039,3	1.206,9
França	2.476,8	2.253,6	2.276,6
Portugal	3.095,9	3.094,1	3.138,9
Outros	2.191,6	2.099,2	2.327,0
Total	10.827,6	10.159,0	10.424,3
	em percentagem do PIB		
EUA	2,0	1,5	1,1
P. Baixos	0,9	0,9	0,9
França	2,4	2,0	1,7
Portugal	3,0	2,7	2,4
Outros	2,1	1,8	1,8
Total	10,4	8,8	8,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

## 7.2.2 - Balança Financeira

A Balança Financeira, que representa os fluxos geradores de financiamento externo da economia, registou em 2008 um aumento da entrada líquida de fundos para 16,6% do PIB (11,7% em 2007), beneficiando sobretudo do fluxo de investimento directo estrangeiro realizado no país (12,2% do PIB em 2008).

Com efeito, a realização de projectos de investimento externo em Cabo Verde aumentou 3% relativamente ao ano anterior, fixando-se nos 15.780 milhões de ECV, sendo na sua grande maioria direccionada para o sector dos serviços imobiliários, mais concretamente, para a imobiliária turística. De salientar contudo, a diminuição observada nos investimentos dos emigrantes (20,3%), o que poderá ser explicada pela degradação da conjuntura económica internacional que afectou os principais países de destino da emigração cabo-verdiana.

**Quadro 25 - Balança Financeira**

	milhões de CVE			em percentagem do PIB		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
<b>Balança Financeira</b>	6.431,9	13.466,7	21.657,5	6,2	11,7	16,6
Investimento Directo	11.484,1	15.309,8	15.934,1	11,1	13,3	12,2
Outros Investimentos	0,0	0,0	8.006,1	0,0	0,0	6,1
Créditos Comerciais	243,0	430,7	1.115,7	0,2	0,4	0,9
Empréstimos	-2.254,0	4.393,6	2.211,8	-2,2	3,8	1,7
Moeda e Depósitos	587,2	1.437,7	440,4	0,6	1,2	0,3
Outros Activos e Passivos	1.402,9	-16,6	4.238,3	1,4	0,0	3,3
Activos de Reserva	0,0	0,0	-2.292,7	0,0	0,0	-1,8
Por sector Institucional Residente						
<b>Autoridade Monetária</b>	-5.086,4	-7.180,6	-2.390,8	-4,9	-6,2	-1,8
<b>Governo Central</b>	2.266,0	2.326,3	3.216,1	2,2	2,0	2,5
<b>Bancos</b>	-2.543,3	454,0	4.169,0	-2,4	0,4	3,2
<b>Outros Sectores</b>	11.796,6	19.125,4	16.663,1	11,4	16,6	12,8

Fonte: Banco de Cabo Verde

O investimento de carteira registou um saldo líquido de 10 milhões de ECV, representando uma redução considerável em relação ao ano anterior.

Relativamente aos outros instrumentos de financiamento da economia, de salientar nos “outros investimentos”, a queda observada nos activos financeiros do país detidos pelas instituições financeiras monetárias que passou a representar -3,1% do PIB. Nos passivos financeiros registou-se igualmente uma importante diminuição, reflexo da degradação verificada nos desembolsos líquidos da dívida externa de outros sectores (que decresceram mais de 100%).

Por outro lado, os desembolsos líquidos da dívida pública aumentaram 38,25% em relação a 2007, segundo informações provisórias do Ministério das Finanças, traduzindo o aumento das necessidades de financiamento do sector público, associado sobretudo à execução de projectos de infra-estruturação do país. No final de 2008 a dívida externa efectiva acumulada pelo sector público ascendia a 53.443,3 milhões de CVE (o equivalente a 683 milhões de USD<sup>1</sup>), sendo 58% contratada com credores multilaterais.

<sup>1</sup> Câmbio de fim de período

## Quadro 26 - Principais Indicadores da Dívida Externa

	Unidade	2006	2007	2008
Reservas Internacionais Líquidas / Dívida Externa Efectiva	em %	44,5	56,6	57,5
Dívida Externa Efectiva/ PIB a preços correntes	em %	46,1	43,6	41,0
Serviço da Dívida / Exportação de Bens e Serviços	em %	5,9	3,7	4,5
Serviço da Dívida/ PIB preços Correntes	em %	2,4	1,5	1,8
Reservas Internacionais líquidas./ Import. de Bens e Serviços	em meses	3,1	3,9	4,2

Fonte: Banco de Cabo Verde

Sendo assim, o aumento dos fluxos geradores de financiamento externo associado à diminuição verificada nas necessidades de financiamento da economia, permitiram à Autoridade Monetária, no âmbito dos objectivos estabelecidos pelo *Policy Support Instruments*, reforçar o *stock* de reservas internacionais líquidas do país em 2.293 milhões de ECV relativamente ao ano anterior. Deste modo, em Dezembro de 2008, o *stock* de reservas internacionais líquidas do Banco de Cabo Verde era de 278,75 milhões de euros, permitindo garantir mais de 4 meses das importações observadas em 2008.

No que se refere aos indicadores de sustentabilidade externa, constata-se que não obstante o aumento do rácio do serviço da dívida pública/exportações de bens e serviços, manteve-se a tendência de redução do coeficiente da dívida (dívida efectiva acumulada/ PIB), que tende a aproximar-se do limiar de 40%.

## 7.3 - Posição de Investimento Internacional

Em 2008 a posição internacional líquida negativa de Cabo Verde atingiu os 101.435 milhões de ECV (correspondente a 77,8% do PIB de 2008), traduzindo uma acumulação líquida de passivos externos de 21.588 milhões de CVE. O *stock* dos activos financeiros externos detidos pelos residentes permitiam cobrir apenas 33,3% do total dos passivos financeiros externos.

## Quadro 27 - Posição de Investimento Internacional

	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Activos</b>	<b>28.707,6</b>	<b>39.991,1</b>	<b>43.997,6</b>	<b>51.914,2</b>	<b>50.604,8</b>
Investimento Directo	0,0	0,0	0,0	29,6	27,7
Investimento de Carteira	0,0	0,0	11,2	43,9	43,9
Outro Investimento	17.411,9	23.730,7	22.682,3	23.416,5	19.816,2
Activos de Reserva	11.295,7	16.260,4	21.304,0	28.424,3	30.717,1
<b>Passivos</b>	<b>86.350,8</b>	<b>100.094,9</b>	<b>108.795,7</b>	<b>131.761,8</b>	<b>150.127,6</b>
Investimento Directo	26.424,3	33.655,7	45.139,8	60.479,1	76.154,0
Investimento de Carteira	5,9	5,9	30,6	353,4	363,4
Outro Investimento	59.920,6	66.433,3	63.625,4	70.929,3	73.610,2
<b>Posição Internacional Líquida**</b>	<b>-57.643,3</b>	<b>-60.103,8</b>	<b>-64.798,1</b>	<b>-79.847,5</b>	<b>-99.522,8</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

\* o sinal (+) indica um aumento dos activos ou passivos e o sinal (-) indica uma diminuição. A convenção de registo em termos de sinais difere da convenção aplicada pelas estatísticas da balança de pagamentos

\*\* activos (-) passivos

Por sector institucional de referir que a posição líquida dos outros sectores (sociedades não bancárias e particulares) foi a que mais contribuiu para a posição devedora do país em 2008, em cerca de 86%, e particularmente, o investimento directo estrangeiro realizado no país em 76%, aproximadamente.

O sector público (Governo em geral) contribuiu igualmente de maneira significativa para a posição devedora do país em 2008 em cerca de 41%, com o *stock* de endividamento externo a ascender os 53.443 milhões de ECV.

A posição monetária externa líquida do país manteve-se positiva, representando 22% do PIB em 2008, em função da acumulação de reservas internacionais por parte da Autoridade Monetária, não obstante a redução dos activos externos líquidos das instituições financeiras monetárias. A acumulação de reservas internacionais líquidas do BCV indicia um bom ambiente de investimento do país, além de melhorar a capacidade em enfrentar choques externos.

#### Quadro 28 - Posição de Investimento Internacional por Sectores Institucionais

	(em milhões de escudos)				
	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Activos</b>	<b>28.707,6</b>	<b>39.991,1</b>	<b>43.997,6</b>	<b>51.914,2</b>	<b>50.604,8</b>
Autoridade Monetária	11.522,4	16.518,6	21.535,9	28.632,2	30.933,7
Governo	12.035,4	12.235,4	12.235,4	12.235,4	12.235,4
Instituições Financeiras Monetárias	4.903,0	10.549,0	9.502,4	10.079,1	6.484,2
Sociedades Não Bancárias	246,8	688,0	723,9	967,5	951,5
<b>Passivos</b>	<b>86.350,8</b>	<b>100.094,9</b>	<b>108.795,7</b>	<b>131.761,8</b>	<b>150.127,6</b>
Autoridade Monetária	828,2	1.214,8	1.145,6	1.062,5	1.182,3
Governo	44.054,2	45.548,1	47.909,3	50.231,3	53.443,7
Instituições Financeiras Monetárias	2.296,7	4.996,6	5.907,4	6.938,2	7.512,2
Sociedades Não Bancárias	39.171,7	48.335,5	53.833,4	73.529,7	87.989,3
<b>Posição Internacional Líquida**</b>	<b>-57.643,3</b>	<b>-60.103,8</b>	<b>-64.798,1</b>	<b>-79.847,5</b>	<b>-99.522,8</b>
Autoridade Monetária	10.694,2	15.303,9	20.390,3	27.569,7	29.751,4
Governo	-32.018,9	-33.312,7	-35.673,9	-37.995,9	-41.208,4
Instituições Financeiras Monetárias	2.606,3	5.552,4	3.595,0	3.140,9	-1.028,1
Sociedades Não Bancárias	-38.924,9	-38.924,9	-38.924,9	-38.924,9	-38.924,9

Fonte: Banco de Cabo Verde

\* o sinal (+) indica um aumento dos activos ou passivos e o sinal (-) indica uma diminuição. A convenção de registo em termos de sinais difere da convenção aplicada pelas estatísticas da balança de pagamentos

\*\* activos (-) passivos

## Capítulo 2

### ESTABILIDADE E SUPERVISÃO DO SISTEMA FINANCEIRO



## **Capítulo 2 - Estabilidade e Supervisão do Sistema Financeiro**

### **1. Estabilidade do Sistema Financeiro**

O Banco de Cabo Verde tem, de entre as suas atribuições, a função de promover e supervisionar o bom funcionamento e estabilidade do sistema financeiro nacional, condição fundamental para a promoção do desenvolvimento de actividades económicas. Neste contexto, através de uma supervisão prudencial das instituições de crédito, focalizada nomeadamente em aspectos relacionados com a concentração do crédito, constituição de provisões e fundos próprios, analisa os riscos para a estabilidade financeira, avaliando a capacidade de absorção de choques no sistema financeiro.

As actividades de supervisão incidem essencialmente sobre os bancos e as seguradoras, dado que estes continuam a ser os principais intermediários de fundos e, por conseguinte, potencialmente o principal canal de risco no sistema financeiro. Ao mesmo tempo, a crescente integração internacional e a importância de outras instituições e mercados financeiros e suas interligações com o sistema bancário nacional, exigem uma maior supervisão macro prudencial das instituições do sistema, com o objectivo de se avaliar a sua capacidade de absorver eventuais choques num contexto de crescente exposição a riscos sectoriais.

Contrariamente à tendência adversa que se registou a nível internacional em 2008, o sistema financeiro em Cabo Verde continuou a evidenciar uma situação robusta, com um crescimento do activo líquido do sistema bancário de 10,4% e um aumento de 15,3% do volume de prémios no sistema segurador. A rentabilidade do sistema bancário, medida pelos rácios de Rendibilidade dos Activos (ROA) e Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) continuou a aumentar, situando-se em 1,67% e 28,1 respectivamente, o que reflectiu por um lado, a evolução positiva do produto bancário evidenciada pela progressão positiva da margem financeira e por outro lado, a contínua melhoria da eficiência medida pelo rácio Cost to Income, que registou um valor de 52,30%, menos 0,82 p.p que em 2007, o que mostra uma ligeira melhoria associada a ganhos de eficiência.

Considerando o universo das instituições autorizadas e em pleno funcionamento, o sistema financeiro comportava, em 2008, do lado da banca, cinco instituições de crédito, seis instituições para-bancárias e catorze instituições financeiras internacionais, sendo que doze (12) delas estão licenciadas para operar em actividades bancárias como Instituições Financeiras Internacionais - IFI's - e duas (2) como Parabancárias, em actividades de Gestão de Fundos Mobiliários e de Pensões - designadas Sociedades Gestoras de Fundos (SGF's). A evolução recente na estrutura do sector bancário cabo-verdiano ficou a dever-se à instalação de novas instituições, em particular, sucursais de instituições financeiras internacionais.

## **2. Sistema Bancário**

### **2.1 - Situação Geral**

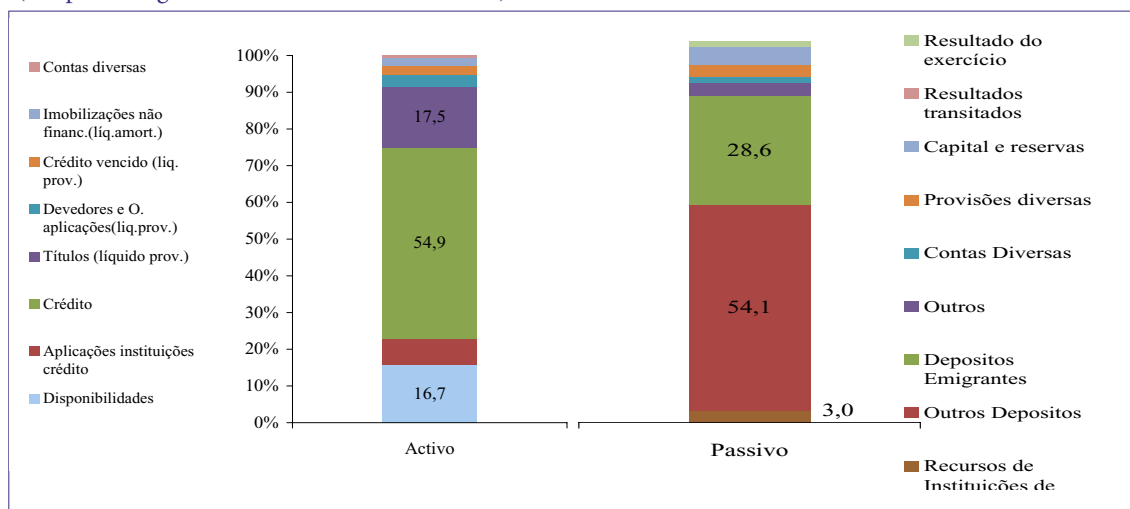
Em termos gerais, o sector bancário cabo-verdiano manteve em 2008 uma evolução positiva, com um crescimento do activo líquido em 10,4%, ainda que em ritmo de abran-

damento relativamente aos dois anos anteriores (18,3% em 2006 e 13% em 2007). Ao longo do ano, não obstante uma ligeira deterioração da situação de liquidez no sistema bancário, os indicadores de solidez financeira apresentaram em geral um desempenho favorável. A ligeira redução no rácio de adequação global dos fundos próprios reflectiu, essencialmente, a significativa expansão da actividade. Por outro lado, as avaliações das agências de rating internacionais nomeadamente, da Doing Business e da Fitch Ratings, no concernente ao sector foram bastante positivas.

O crédito a clientes, principal componente do activo, representando 54,9% do total do activo, evidenciou um crescimento significativo de 30,3% em 2008 (contra os 17,5% em 2007), situando-se nos 65.968,2 milhões de escudos. Esta evolução, que reflectiu a manutenção do dinamismo no mercado interno e, conseqüentemente, a expansão da actividade bancária, deveu-se essencialmente à evolução do crédito normal, já que os créditos e juros vencidos decresceram ligeiramente em 0,3%. Realça-se contudo que, o saldo de créditos e juros vencidos continua elevado quando comparado aos anos anteriores, reflectindo ainda o impacto da reforma introduzida pelo Aviso nº4/2006 ao nível do regime de classificação de operações de crédito e constituição de provisões que entrou em vigor em Junho de 2007, revogando o anterior Aviso 9/98. Por sua vez, os títulos da dívida pública em carteira das instituições, que ocupam o segundo lugar na preferência das aplicações representando 17,5% do total do activo, apresentaram uma redução de 11,3% (contra um crescimento de 6,7% no ano transacto), situando-se nos 20.959,5 milhões de escudos.

#### Gráfico 50 - Principais Rubricas do Activo e Passivo do Sistema Bancário

(em percentagem do total do Activo e Passivo)



Fonte: BCV

Em resultado de uma política contínua de expansão da rede comercial com reflexos na angariação de novos clientes, os depósitos de clientes registaram em 2008 um acréscimo de 7,5%, ainda que a um ritmo inferior ao verificado nos dois anos anteriores (20,1% em 2006 e 12,8% em 2007), situando-se nos 99.266,3 milhões de escudos. Esta desaceleração registada no ritmo de crescimento dos depósitos de clientes pode estar relacionada com a maior diversificação de produtos, em resultado da dinamização de outros eixos de mercado, nomeadamente, o mercado obrigacionista com a emissão de obrigações por parte de empresas privadas financeiras e não financeiras.

No que se refere aos resultados do exercício, o sector bancário apresentou no final de 2008, em termos líquidos um montante total da ordem dos 1.571,3 milhões de escudos, apresentando uma variação positiva de 232,2 milhões de escudos. Contudo, em termos



percentuais, esta evolução representa uma forte desaceleração relativamente ao resultado registado no ano anterior (17,3% em 2008 contra os 72,1% em 2007). Na origem desta evolução menos favorável, está o abrandamento registado ao nível do produto bancário, que aliado ao aumento dos custos de funcionamento, contribuiu igualmente para o abrandamento no ritmo de crescimento do Cash-Flow de exploração relativamente ao ano anterior.

A evolução do produto bancário traduziu, em grande parte, a forte desaceleração no ritmo de crescimento da margem financeira para 21,8% (44,3% em 2007), reflectindo menores ganhos na margem de intermediação e na rentabilidade dos títulos. A margem complementar, por sua vez, reflectindo o dinamismo da actividade global, aumentou 19,9% em 2008 (18,8% em 2007), traduzindo um ligeiro acréscimo do volume de actividades relativamente ao ano transacto. Realça-se, por outro lado, o aumento expressivo das comissões por proveitos líquidos em operações financeiras, de 26,1% em 2007 para 84% em 2008, tendo os lucros superado os prejuízos líquidos das operações financeiras.

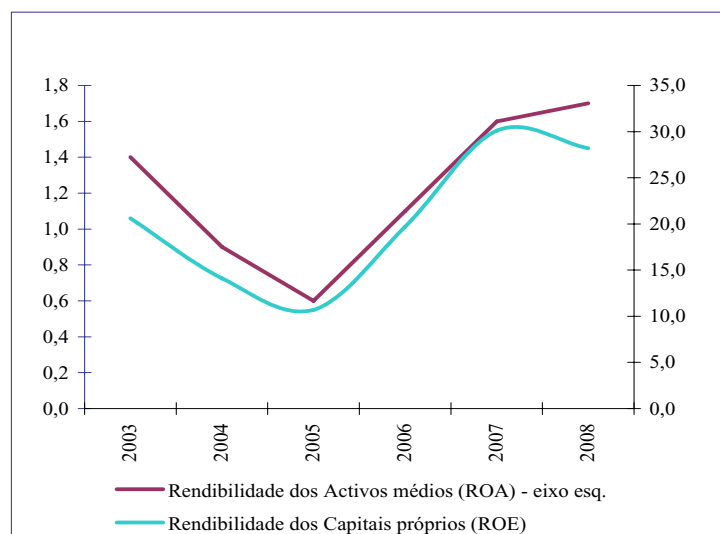
#### Quadro 29 - Indicadores de Solidez Financeira

	Rácios em percentagem		
	2006	2007	2008
<b>Adequação do Capital</b>			
Capital regulador por Activos ponderados em função do risco	11,1	11,4	10,7
Capital regulador de nível I (Tier I) por Activos ponderados em função do risco	11,3	11,8	10,3
Capital por Activos	4,5	4,5	5,4
<b>Qualidade dos Activos</b>			
Credito mal parado por Credito total	3,9	13,5	10,3
Credito mal parado líq. de provisões / Capital	-1,7	91,1	52,3
Provisões por Credito mal parado	104,1	35,0	50,6
Provisões mais Crédito abatido / Crédito mal parado	216,3	71,5	95,1
<b>Rendibilidade</b>			
Rentabilidade dos activos (ROA) <sup>1</sup>	1,1	1,6	1,7
Rentabilidade dos capitais (ROE) <sup>1</sup>	19,7	30,1	28,2
Margem financeira no produto bancario	67,2	71,3	71,6
Produto bancário por Activos médios	4,6	5,4	5,9
Receitas não Financeiras no Produto bancário	32,8	28,7	28,4
Despesas não Financeiras no Produto bancário	83,8	77,4	79,2
Rendimentos de Comissões no Produto bancário	21,1	18,4	16,7
Custos operacionais no produto bancario	54,5	46,1	45,3
Encargos com pessoal / Despesas não Financeiras	34,0	30,7	29,5
<b>Liquidez</b>			
Activos líquidos no total de activos	18,3	17,7	17,0
Activos líquidos por passivos de curto prazo	46,1	42,9	45,1
Depositos por Activos	85,1	84,9	82,3
Credito por Depositos	52,3	54,8	66,5
<b>Eficiência</b>			
<i>Cost to income</i>	63,3	53,1	52,3

Fonte: Banco de Cabo Verde

Analisando o sistema bancário na óptica da estabilidade, verifica-se que os efeitos das perturbações nos mercados financeiros internacionais começaram a repercutir-se negativamente sobre a evolução dos resultados do sistema bancário cabo-verdiano, nomeadamente através do aumento do custo de financiamento dos bancos, traduzido numa redução do contributo da margem financeira, da diminuição dos rendimentos com comissões líquidas, e da redução do valor da carteira de títulos da dívida. Com efeito, a rentabilidade dos bancos viu-se afectada, invertendo ligeiramente a sua tendência de evolução dos últimos anos, pelo que a taxa de rentabilidade dos activos médios (ROA) praticamente se estabilizou, aumentando apenas 0,04 p.p. enquanto que a taxa de rentabilidade dos capitais próprios (ROE) registou uma redução de 1,9 p.p.

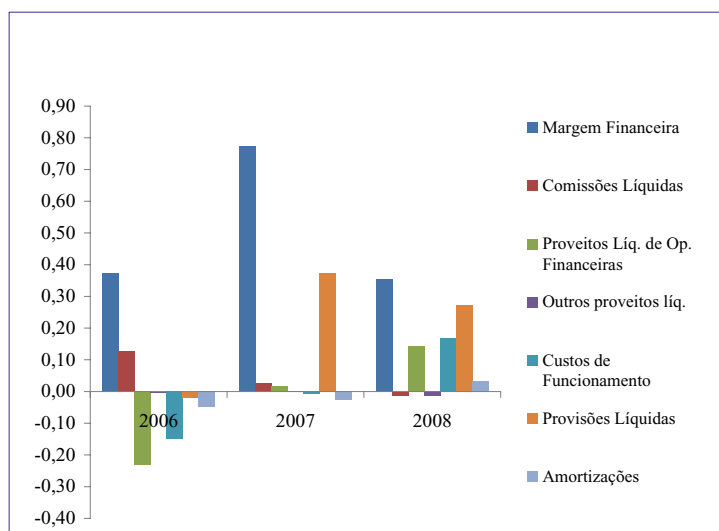
**Gráfico 51 - Rentabilidade do Activo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE)**  
(em percentagem)



Fonte: BCV

A variação da rentabilidade foi em larga medida condicionada negativamente pela evolução da margem financeira, dos custos de funcionamento e das comissões líquidas e, em sentido contrário, destacam-se os progressos ao nível dos proveitos líquidos de operações financeiras. A margem financeira, principal componente dos resultados e que corresponde a 71,6% do produto bancário, apresentou em 2008 um menor contributo na variação da rentabilidade face ao observado no ano anterior. Contudo, realce-se que não obstante a evolução menos favorável da rentabilidade, a margem financeira em termos do produto bancário apresenta um ligeiro aumento de 0,3 p.p., o rácio custos de funcionamento no produto bancário decresce em 0,8 p.p. indiciando alguma melhoria da eficiência e o rácio Cost to Income manteve a sua tendência descendente situando-se em 52,3% (-0,8 p.p.) indiciando, igualmente, ganhos de eficiência.

**Gráfico 52 - Rendibilidade do Activo – ROA**  
(decomposição dos contributos em pontos percentuais)

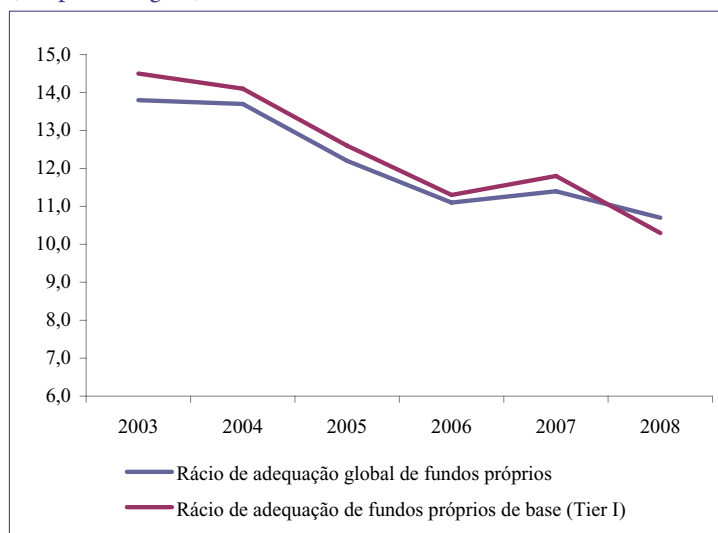


Fonte: BCV

A solvabilidade do sistema bancário em 2008, dada pela evolução do rácio de adequação global dos fundos próprios do sistema bancário e do rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier I), baixou ligeiramente em 2008. Contudo, realce-se em termos gerais que, os rácios de solvabilidade mantêm-se acima do mínimo requerido internamente em termos regulamentares (10%), o que traduz uma certa preocupação dos bancos em preservar um nível adequado de capital para garantir a solidez e a manutenção da capacidade de absorção de eventuais perdas futuras.

Assim, o rácio de adequação global de fundos próprios do sistema bancário e o rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier I) registaram um decréscimo de 0,7 p.p. e 1,5 p.p., respectivamente, traduzindo não só o aumento dos requisitos de fundos próprios, apenas parcialmente compensado pelo aumento dos fundos próprios totais, e em parte uma alteração no quadro normativo a partir de Janeiro de 2008, impondo exigências de capital para risco operacional e de exposição cambial, mas também o aumento observado nos activos ponderados pelo risco, em linha com o grande crescimento registado na carteira de crédito total com elevada pressão sobre a solvabilidade do sistema bancário. Contudo, realce-se que não obstante esta evolução, verifica-se uma tendência favorável do rácio capital por activos que aumentou em 0,9 p.p., o que pode ser indício de uma menor exposição ao risco, sem eventuais e possíveis problemas de adequação do capital.

**Gráfico 53 - Rácio de Adequação de Fundos Próprios**  
(em percentagem)



Fonte: BCV

Cabe destacar contudo que na ausência de uma rápida normalização da situação nos mercados financeiros internacionais, a redução da rentabilidade tenderá a ser mais notória, não apenas no contexto de um previsível abrandamento do crédito e de alguma deterioração da sua qualidade, como também da redução do valor da carteira de títulos dos bancos. Esta última evolução tenderá também a repercutir-se de forma mais efectiva na compressão dos fundos próprios. Neste contexto, surge como extremamente importante que os bancos reforcem os seus fundos próprios, repondo-os em níveis adequados, que permitam, de forma permanente, fazer face a choques adversos adicionais, de natureza e magnitude incertos.

Relativamente à evolução global dos indicadores de liquidez, dada pela evolução dos rácios de cobertura do total de activos por activos líquidos e dos passivos de curto prazo por activos líquidos, esta apontou para uma ligeira redução da posição de liquidez do sistema bancário, com os actuais níveis dos dois rácios a situarem-se abaixo da média histórica. Com efeito, o rácio de cobertura do total de activos por activos líquidos diminuiu em 0,7 p.p., situando-se nos 17% em 2008 (contra uma média histórica de 20%) e o rácio de cobertura de passivos de curto prazo por activos líquidos, não obstante ter aumentado em 2,2 p.p., situa-se nos 45,1% (contra uma média histórica de 60%). Por outro lado, o rácio de transformação crédito-depósitos com um aumento de 11,7 p.p. traduz por um lado a reconfiguração da carteira de activos dos bancos com forte crescimento da carteira de crédito mas também a desaceleração no ritmo de crescimento dos depósitos.

De realçar que o sistema bancário cabo-verdiano tem mantido uma relativa expansão da actividade, reflectindo, em larga medida, o crescimento da carteira de crédito. As principais contrapartidas desta evolução são essencialmente os recursos de clientes (os depósitos), cuja importância relativa nas diferentes fontes de financiamento dos bancos (avaliadas em percentagem do crédito) tem-se diminuído gradualmente nos últimos anos. Em particular, o rácio depósitos de emigrantes no total dos passivos tem-se reduzido nos últimos anos atingindo em 2008 os 28,5% contra os 32,7% em 2006 e 30,6% em 2007. Neste quadro, mais uma vez, realce-se que a manutenção da robustez dos sistemas internos de avaliação, gestão e controlo do risco de liquidez, envolvendo nomeadamente planos de contingência para cenários em que se registem dificuldades no acesso aos mercados de financiamento habituais, nomeadamente no acesso aos depósitos de emigrantes, é crucial para assegurar-se que o sistema bancário continue a desempenhar cabalmente as suas funções de intermediação de fundos para a economia. Os depósitos bancários

captados junto do público e sobretudo os depósitos de particulares, incluindo os de emigrantes, continuaram a representar a principal fonte de financiamento da actividade creditícia, o que tem contribuído em certa medida favoravelmente para a estabilidade dos recursos de clientes.

Relativamente à qualidade dos activos, a exposição do sistema bancário cabo-verdiano ao risco de crédito e a sua concentração nas suas diferentes vertentes, constitui um dos elementos de risco que importa analisar com particular atenção. Assim, observa-se que apesar do aumento do peso do crédito a empresas não financeiras (sobretudo, nos sectores da construção, comércio e serviços) no total do crédito concedido, este continua ainda concentrado no segmento crédito a particulares, nomeadamente, no subsector da Habitação. Apesar de estes créditos terem em regra associados activos reais como garantia, o que lhes confere uma taxa de recuperação elevada em caso de incumprimento, a concentração creditícia pode ser indício de um importante factor de vulnerabilidade dos bancos relativamente à actividade, preços e rentabilidade deste sector. Por outro lado, verifica-se que apesar de uma redução do peso do crédito à habitação no total do crédito concedido, em contrapartida há um aumento do peso do crédito para consumo e outros fins. Ora, estes empréstimos para consumo e outros fins na ausência de garantias reais, geralmente originam requisitos de capital mais elevados, quando comparados com os empréstimos para aquisição de habitação.

### Quadro 30 - Distribuição Sectorial do Crédito Bancário

(em percentagem do total do crédito concedido)			
	2006	2007	2008
<b>CRÉDITO CONCEDIDO A EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS</b>	<b>42,9</b>	<b>41,3</b>	<b>46,3</b>
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	0,8	0,7	0,6
Indústria Extractivas	0,0	0,0	0,1
Indústrias Transformadoras	3,6	4,0	4,7
Electricidade, Água e Gás	11,3	4,8	3,9
Construção e Obras Públicas	4,1	5,2	6,0
Comércio, Restaurante e Hotéis	9,6	10,6	11,8
Transportes e Comunicações	5,5	4,8	4,8
Serviços Prestados às Empresas	0,9	1,9	3,8
Serviços Sociais e Pessoais	7,0	9,4	10,7
<b>CRÉDITO CONCEDIDO A PARTICULARES (inclui créditos a emigrantes)</b>	<b>57,1</b>	<b>58,7</b>	<b>53,7</b>
Habitação	47,2	45,3	34,4
Outros fins	9,9	13,4	19,3
<b>TOTAL DE CRÉDITOS CONCEDIDOS</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

Nota: 2006 passa a incluir o crédito concedido pela CECV

A carteira de crédito vencido dos bancos no total do crédito apresentou um decréscimo de 13,5% em 2007 para 10,3% em 2008, fazendo-se acompanhar pela mesma tendência pelo rácio crédito vencido líquido de provisões sobre o capital. Apesar da carteira de créditos vencido ter diminuído, o nível de provisões para crédito vencido aumentou significativamente de 35% em 2007 para 50,6% em 2008, indiciando desse modo uma maior ponderação dos bancos quanto aos riscos de incumprimento, antevendo uma maior cautela no seu posicionamento face a situações de incerteza. Contudo, realce-se mais uma vez, a necessidade premente de melhorias permanentes nos sistemas de gestão e um maior controlo do risco do crédito, fazendo-se possível um acompanhamento contínuo da evolução do crédito mal parado, tentando analisar-se as suas interligações com algumas variáveis macroeconómicas relevantes.

## 2.2 - Desenvolvimento Institucional e Quadro Regulamentar

No decurso do ano de 2008, a cobertura bancária no país, à semelhança dos anos anteriores, registou significativas melhorias, derivadas tanto do aumento do número de agências e de usuários, como de oferta de novos produtos e serviços financeiros que têm vindo a proporcionar mais alternativas de acesso ao mercado financeiro.

Assim, o sistema financeiro nacional, no segmento de mercado *on shore*, em finais de 2008 comportava as seguintes instituições: cinco (5) instituições de crédito (Banco Comercial do Atlântico, Caixa Económica de Cabo Verde, Banco Interatlântico, Banco Caboverdiano de Negócios e Banco Africano de Investimentos, cinco (5) instituições parabancárias (uma Sociedade Gestora de Capital de Risco – A Promotora, duas agências de câmbios – Cotacâmbios de Cabo Verde e a ECV Serviços de Câmbios, uma Sociedade Interbancária de Sistemas de pagamentos – SISP e uma sociedade de leasing – Cabo Leasing Internacional). Por seu turno, no segmento de mercado *off shore*, o sistema bancário nacional comportava oito (8) Instituições Financeiras Internacionais (IFI's) e duas (2) instituições a operarem em actividades de gestão de fundos mobiliários e de pensões, designadas por Sociedades Gestoras de Fundos (SGF's).

Do universo das instituições autorizadas mas ainda inactivas, o sistema financeiro incluía ainda, em finais de 2008, mais uma (1) instituição parabancária (a Sociedade de Gestão Financeira - Aurigest) e quatro (4) Instituições Financeiras Internacionais autorizadas a operarem em actividades bancárias. De referir que a cobertura da rede bancária foi alargada com a instalação de mais dezassete (17) agências, elevando-se assim para oitenta e um (81) o número total de agências do sistema bancário nacional.

Para além desses factores que contribuíram positivamente para a melhoria da performance do sistema financeiro em 2008, realce-se ainda nesse processo a intensificação da estratégia dos bancos nos meios electrónicos de distribuição de produtos e serviços financeiros, tendo-se verificado um aumento do volume de transacções tanto nas caixas automáticas (ATM) como nos terminais de pagamento (POS), para além do aumento do número de cartões emitidos. Em termos de facilidades em transacções internacionais, os cartões VISA e de tipo *e-money*, destinados principalmente aos estudantes cabo-verdianos em formação no estrangeiro e às pessoas em viagens de turismo, têm conhecido progressos significativos e vêm ganhando cada vez mais espaço no mercado, em virtude das comodidades que oferecem aos seus utilizadores.

**Quadro 31 - Transacções dos cartões de pagamentos e terminais de pagamentos**

	2006	2007	2008
<b>Cartões emitidos</b>	40.402	38.356	59.801
<b>ATM</b>			
N.º de Caixas Automáticas – ATM (valores acumulados)	60	85	109
Volume de transacções – Levantamentos	1.626.443	2.178.912	2.765.388
Valor das transacções (milhões de escudos)	11.491,3	14.887,4	18.284,0
<b>POS</b>			
N.º de Terminais de Pagamento – TPA (POS) (Valores acumulados)	386	699	1006
Volume de transacções	428.576	642.418	923.042
Valor das transacções (milhões de escudos)	2.395,4	3.480,5	4.896,3

Fonte: BCV-DCP e Relatório de SISP

De referir que, ao longo de 2008, assistiu-se à continuidade de acções de capacitação técnica e institucional, iniciadas há já alguns anos. Apesar de ter sido concluída a fase de normalização e de formações, com vista à introdução das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) no sector bancário nacional, constrangimentos internos aos bancos não permitiram ainda a sua concretização, pelo que a próxima etapa será a da implementação efectiva desse normativo contabilístico.

### 3. Sistema Segurador

O volume de negócios da actividade seguradora registou um crescimento acentuado em 2008, mantendo a tendência que vem apresentando desde 2005. Com efeito em 2008 o índice de densidade, medido pelo rácio prémio por população, foi estimado em 52,7 dólares, o que significa um aumento de 20,9% em relação ao ano anterior.

No entanto, o índice de penetração, que mede o peso da actividade seguradora no PIB, passou de 1,49% em 2007 para 1,52% em 2008, demonstrando o fraco grau de penetração da actividade na economia.

**Quadro 32 - Taxa de Penetração e Densidade do Seguro**

	2005	2006	2007	2008
1. Taxa de Penetração do seguro na Economia (1)	1,50%	1,46%	1,49%	1,52%
2. Prémios de Seguro Directo p/Capita em USD	32,3	36,4	43,6	52,7

**Fonte: Banco de Cabo Verde**

(1) Cálculos efetuados com base nas estimativas do PIB do FMI

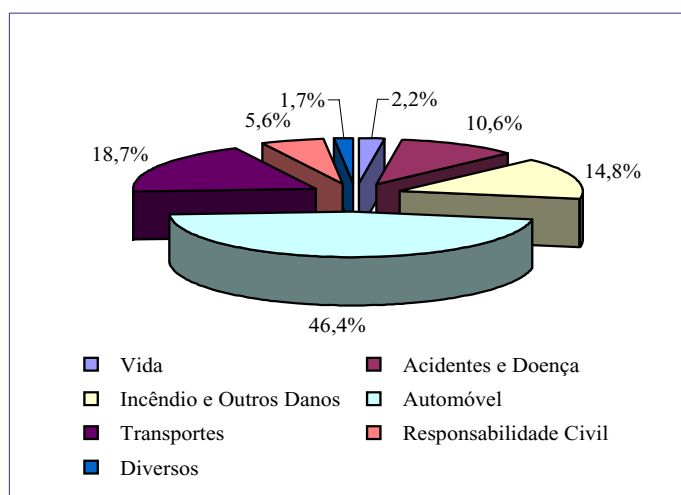
(2) Cálculos efetuados com base nas previsões do INE de crescimento da população

#### 3.1 - Evolução Geral

Em 2008, o sector segurador gerou um volume de prémios de seguro directo e de resseguro aceite, do ramo Vida e Não Vida, de 2.006 milhões de escudos, o que representa um acréscimo de 15,3% em relação ao ano anterior.

Na estrutura da carteira de prémios, o ramo Não Vida representou cerca de 98% do total dos prémios da actividade, particularmente o ramo automóvel, que teve uma participação de 46,4%, seguido pelo ramo transportes com 18,7% e pelo ramo incêndio e outros danos com 14,8%.

**Gráfico 54 - Estrutura da Carteira**



Fonte: BCV

O ramo Vida, assim como no ano anterior, registou uma evolução muito favorável, passando de 31,1 milhões de escudos em 2007 para 45 milhões de escudos em 2008. Contudo, é de realçar que o ramo vida continuou a registar valores muito baixos no total dos prémios (1,8 % em 2007 e 2,2% em 2008).

**Quadro 33 - Evolução e Estrutura da Carteira**

	2006	2007			2008		
	milhões de ECV	milhões de ECV	Taxa var. em %	Peso em %	milhões de ECV	Taxa var. em %	Peso em %
Vida	20,7	31,1	50,0	1,8	45,0	44,6	2,2
Acidentes e Doença	162,7	196,0	20,5	11,3	213,4	8,9	10,6
Incêndio e Outros Danos	221,1	259,1	17,2	14,9	296,6	14,5	14,8
Automóvel	659,4	762,5	15,6	43,8	930,8	22,1	46,4
Transportes	344,7	336,1	-2,5	19,3	374,8	11,5	18,7
Responsabilidade Civil	101,9	125,0	22,6	7,2	112,7	-9,8	5,6
Diversos	31,8	30,5	-4	1,8	33,5	10	1,7
Totais	1.542,4	1.740,2	12,8	100,0	2.006,8	15,3	100,0

Fonte: Banco de Cabo Verde

A evolução do ramo Não Vida do mercado segurador reflecte o desempenho dos seus principais componentes, nomeadamente:

- Ramo automóvel, que apresentou um valor de prémios de 930,8 milhões de escudos em 2008, continuando a ser o sector com maior peso no ramo Não Vida (46,4%).
- Ramo transportes, que é o segundo sector com maior peso no ramo Não Vida (18,7%), tendo contribuído com 374,8 milhões de escudos para o total de prémios no exercício de 2008.
- Ramo incêndio e outros danos (incêndio, roubo, fenómenos naturais e riscos variados), que registou um aumento de 14,5% em relação ao ano anterior, passando de 259,1 para 296,6 milhões de escudos.
- Ramo acidentes e doença (inclui o seguro obrigatório e facultativo de acidentes de



trabalho, entre outros), com um total de prémios de 213,4 milhões de escudos, o que representa um crescimento de 8,9% em relação a 2007.

- Ramo responsabilidade civil, que registou um valor de prémios de 112,7 milhões de escudos, reduzindo 9,8% em relação ao ano anterior.
- Ramo diversos, (inclui acidentes pessoais, viagens, furtos ou roubos, construções e maquinarias, entre outros), que aumentou 1,7% em 2008, apresentando um total de prémios de 33,5 milhões de escudos.

Em relação aos prémios de resseguro cedido, registou-se um aumento de 24,7% em 2008, com o valor total a passar de 915 milhões de escudos em 2007 para 1.141 milhões de escudos. Deste modo, a taxa de cedência global, medido pelo rácio prémios de resseguro cedido por prémios brutos emitidos, situou-se nos 56,9% (52,6% em 2007).

No ramo automóvel manteve-se a elevada taxa de cedência verificada no ano anterior (40,8% em 2007 e 46,1% em 2008). Com efeito, nos dois últimos anos verificou-se uma clara mudança na política de resseguro das empresas locais em relação ao ramo de seguro automóvel, devido essencialmente à renovação do parque automóvel seguro no país e por conseguinte ao aumento de capitais em risco. De referir que este sector registou uma fraca capacidade de retenção de prémios, cedendo cerca de 75% dos prémios brutos emitidos.

Quanto aos custos com sinistros, estes alcançaram em 2008 o valor de 872,7 milhões de escudos, tendo aumentado 18,6% em relação a 2007. De referir que os custos do ramo automóvel representaram cerca 75% do total de custos com sinistros, tendo registado em 2008 um valor de 652,5 milhões de escudos.

#### Quadro 34 - Custos com Sinistros

	2006	2007			2008		
	milhões de ECV	milhões de ECV	Taxa var. em %	Peso em %	milhões de ECV	Taxa var. em %	Peso em %
Vida	6,5	3,4	-48,5	0,5	11,8	251,5	1,4
Acidentes e Doença	28,2	65,3	131,5	8,9	70,6	8,1	8,1
Incêndio e Outros Danos	30,9	38,2	23,4	5,2	9,8	-74,3	1,1
Automóvel	422,6	606,1	43,4	82,3	652,5	7,7	74,8
Transportes	249,5	26,0	-89,6	3,5	133,8	415,4	15,3
Responsabilidade Civil	-1,6	7,0	-535,6	1,0	6,0	-14,8	0,7
Diversos	-12,2	-9,8	-19,3	-1,3	-11,8	20,6	-1
Totais	<b>723,9</b>	<b>736,0</b>	<b>1,7</b>	<b>100,0</b>	<b>872,7</b>	<b>18,6</b>	<b>100,0</b>

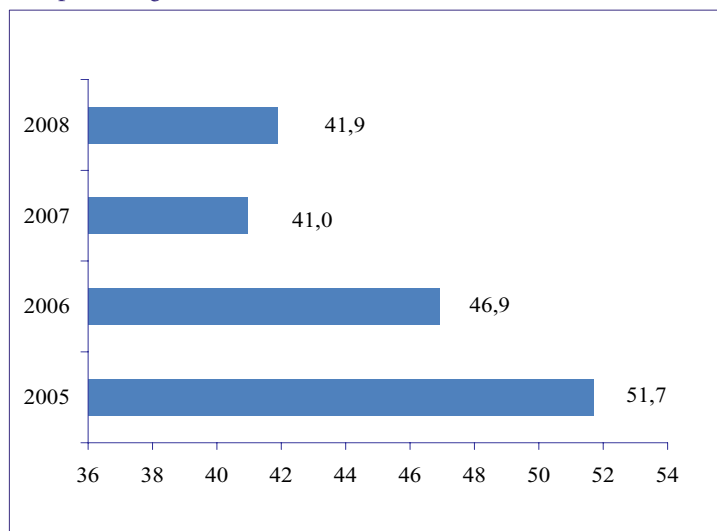
Fonte: Banco de Cabo Verde

O aumento de custos com sinistros deveu-se sobretudo ao aumento da sinistralidade no sector dos transportes, onde os custos registaram um aumento bastante acentuado (415,4%), em resultado do pagamento de indemnizações de dois sinistros com navios da marinha mercante nacional.

Contudo a taxa de sinistralidade global manteve-se praticamente inalterada, observando apenas um ligeiro aumento de 0,9 p.p. face a 2007.

### Gráfico 55 - Taxa de Sinistralidade Global

(em percentagem)



Fonte: BCV

## 3.2 - Resultados de Exploração

O resultado líquido da actividade seguradora atingiu 145,2 milhões de escudos, valor inferior em 1,2% ao de 2007, em consequência, sobretudo, do aumento dos custos com sinistros. Esta diminuição do resultado líquido, conjugada com o aumento dos capitais próprios, provocou uma queda na taxa de rentabilidade dos capitais próprios na actividade seguradora de 13,2 % em 2007 para 11,9 % em 2008.

### Quadro 35 - Resultado Líquido Agregado

	em milhões de escudos			
	2005	2006	2007	2008
<b>Conta de Ganhos e Perdas</b>				
Proveitos e Ganhos	1.867,8	1.989,7	2.364,0	2.868,8
Custos e Perdas	1.760,1	1.852,4	2.172,5	2.702,8
Resultado	107,7	137,3	191,5	166,0
Impostos sobre Rendimentos	23,6	37,6	44,6	20,8
Resultado Líquido	84,0	106,5	147,0	145,2

Fonte: Banco de Cabo Verde; agregado do sector

Por outro lado, as provisões técnicas aumentaram 21% em relação ao ano anterior, atingindo no final de 2008 o valor de 1.603 milhões de escudos. Em termos de estrutura, a provisão para sinistros continua a ter um peso determinante no conjunto das provisões técnicas, representando 74% do total. Assim como acontece nos custos com sinistros, o ramo automóvel representa a maior parte das provisões técnicas para sinistros (71%).

### Quadro 36 - Provisões Técnicas

Provisões Técnicas	2006	2007			2008		
	m ilhares de ECV	m ilhares de ECV	Taxa var. em %	Peso em %	m ilhares de ECV	Taxa var. em %	Peso em %
Provisão Matemática do Ramo Vida	19,4	24,3	25,3	1,8	29,7	22,1	1,9
Provisão para Riscos em Curso	257,1	316,0	22,9	24,0	386,0	22,1	24,1
Provisão para Sinistros	795,4	979,2	23,1	74,2	1.187,2	21,3	74,1
De Vida	0,4	0,4	-1,0	0,0	0,3	-5,6	0,0
De Acidentes de Trabalho	120,2	164,2	36,6	12,4	207,3	26,2	12,9
De Automável	551,5	680,2	23,3	51,6	844,4	24,1	52,7
De Outros Ramos	123,3	134,4	8,9	10,2	135,2	0,6	8,4
Provisão para Desvios de Sinistralidade	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.071,9</b>	<b>1.319,5</b>	<b>23,1</b>	<b>100,0</b>	<b>1.603</b>	<b>21,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

Os activos passíveis de representação das provisões técnicas superaram as responsabilidades assumidas em 564,7 milhões de escudos, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 135,2% (141,9% em 2007).

### Quadro 37 - Cobertura das Provisões Técnicas por Activos

	em milhões de escudos			
	2005	2006	2007	2008
1. Provisões Técnicas	1.115,0	1.071,9	1.319,5	1.602,9
2. Activos	1.336,2	1.198,6	1.871,8	2.167,6
<b>2./1. Grau de Cobertura</b>	<b>119,8%</b>	<b>111,8%</b>	<b>141,9%</b>	<b>135,2%</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

Em 2008, a carteira de investimentos atingiu o valor de 2.316,1 milhões de escudos, traduzindo um aumento, em termos absolutos, de 252,9 milhões de escudos em relação a 2007. Os terrenos e edificios representavam 39,3% do total da carteira de investimentos, seguidos pelos títulos de rendimento variável com uma contribuição de 26,7%, depósitos em instituições de crédito com 19,5% e títulos de rendimento fixo com 14,5%.

### Quadro 38 - Composição dos Investimentos

	2006	2007		2008	
	milhões de ECV	milhões de ECV	Peso em %	milhões de ECV	Peso em %
Terrenos e Edifícios	721,1	787,7	38,2	909,2	39,3
Títulos de Rendimento Fixo	91,6	311,1	15,1	335,1	14,5
Títulos de Rendimento Variável	541,6	602,0	29,2	619,1	26,7
Depósitos em Instituições de Crédito	306,3	362,3	17,6	452,8	19,5
<b>Total</b>	<b>1.660,6</b>	<b>2.063,1</b>	<b>100,0</b>	<b>2.316,1</b>	<b>100,0</b>

Fonte : Banco de Cabo Verde

O rácio de solvência (grau de cobertura da margem de solvência) aumentou para 200,1% em 2008, valor superior em 33,3 p.p. ao registado no ano anterior. O exercício de 2008 revelou um excedente de cobertura da margem de solvência de 592,9 milhões de escudos.

#### Quadro 39 - Margem de Solvência

	(em milhões de escudos)			
	2005	2006	2007	2008
1. Elementos Constitutivos da Margem	870,5	956,8	1.109,9	1.185,2
2. Montante da Margem a Constituir	373,7	436,4	665,4	592,3
1./2. Rácio de Solvência	232,9%	219,3%	166,8%	200,1%

Fonte: Banco de Cabo Verde

## Capítulo 3

### OPERAÇÕES DO BANCO CENTRAL E OUTRAS ACTIVIDADES



## Capítulo 3 - Operações do Banco Central e Outras Actividades

### 1. Execução da Política Monetária

O quadro operacional da política monetária executada pelo Banco de Cabo Verde, no contexto de regime cambial de peg fixo ao Euro, assume como objectivo final a salavaguarda do *peg* fixo, sendo a acumulação de reservas o objectivo intermédio. O excedente estrutural de liquidez que caracteriza o sistema financeiro, justifica que a condução da política monetária se direcione no sentido da sua absorção.

Como forma de atingir os objectivos da política monetária, o Banco de Cabo Verde dispõe de e utiliza um conjunto de instrumentos, nomeadamente: *operações de tipo mercado aberto* (*Open Market type*), *facilidades permanentes* (*cedência e absorção*) e as *Disponibilidades Mínimas de Caixa – DMC* (impõe às instituições de crédito a constituição de *reservas mínimas* em contas no BCV).

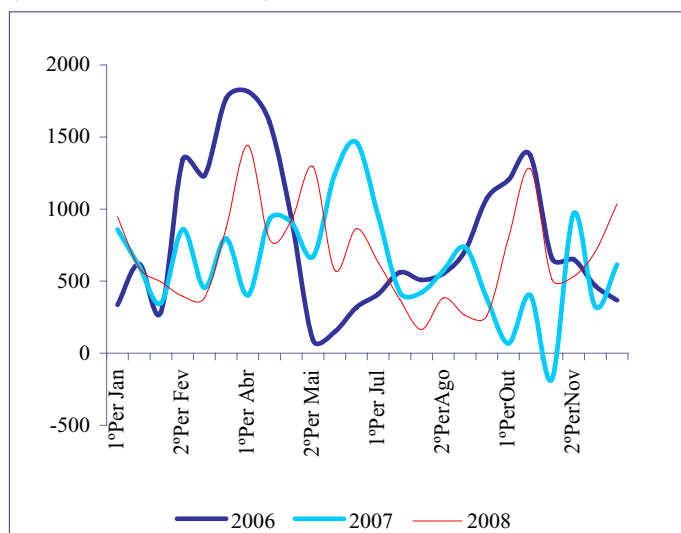
Em 2008 O Banco de Cabo Verde deu continuidade ao processo de consolidação do seu quadro operacional da política monetária, dentro dos limites impostos pelo contexto de excedente de liquidez e utilizando de forma cautelosa os instrumentos disponíveis. As intervenções activas encetadas pela Autoridade Monetária com recurso a operações de tipo *open market* e às facilidades permanentes de absorção de liquidez (*depósitos overnight*), tiveram um impacto médio positivo na absorção do excedente de liquidez.

#### 1.1 - Gestão da Liquidez

As intervenções de política monetária do BCV por via das operações de tipo mercado aberto, nomeadamente as emissões TIM, procuraram ser consistentes com o objectivo traçado para a gestão da liquidez. Assim, procurou-se atingir a maior eficácia possível na colocação dos montantes no mercado, por via de uma correcta avaliação da procura de liquidez do sistema bancário, e da previsão dos factores autónomos. Foram ainda considerados, no âmbito da gestão da liquidez, os critérios quantitativos traçados no *Policy Support Instrument* (PSI), acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional.

A situação de excedente de liquidez manteve-se em 2008, com algumas oscilações ao longo do ano, destacando-se os valores máximos registados nos meses de Abril e Maio (1.114,17 e 1.105,57 milhões de ECV respectivamente), e os mínimos atingidos em Setembro e Agosto (260,29 e 274,42 milhões de ECV respectivamente).

**Gráfico 56 - Liquidez Bancária por período de manutenção das DMC**  
(em milhões de escudos)



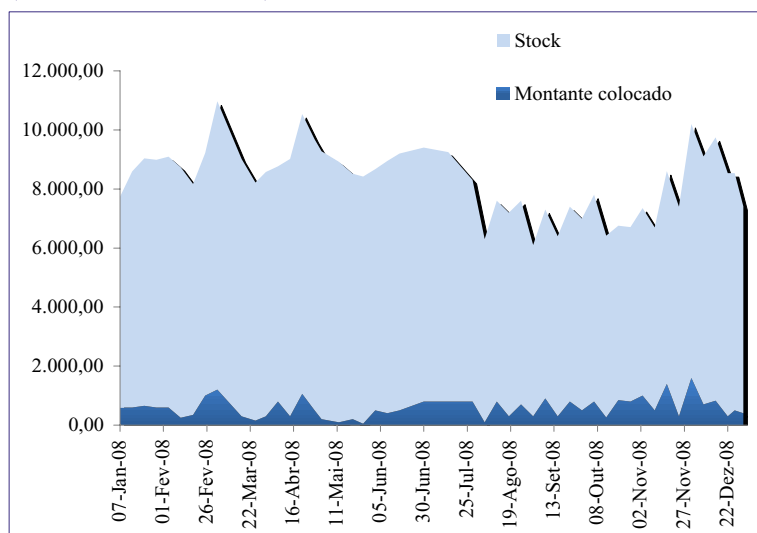
Fonte: BCV

Em 2008 foram registados movimentos ascendentes do lado da procura e da oferta de liquidez, tendo o excesso de liquidez médio anual totalizado 687,4 milhões de ECV, representando um aumento de 8,4 % em relação a 2007. Particularmente, a procura de liquidez média diária do sistema bancário cabo-verdiano, medida pela média diária das Disponibilidades Mínimas de Caixa, totalizou +13.216 milhões de ECV, enquanto a oferta de liquidez média, medida pelos depósitos médios diários dos bancos no BCV, ascendeu os +13.903,4 milhões de ECV, traduzindo um aumento de 6,51% e 6,61% respectivamente, relativamente ao ano anterior.

O valor excedentário da liquidez bancária observado ao longo de 2008 resultou sobretudo do comportamento não controlável dos factores autónomos de liquidez, amortizado em todos os períodos de manutenção das DMC, por fortes intervenções de política monetária. Com efeito, os factores autónomos condicionaram, uma vez mais, de forma significativa a liquidez do sistema bancário, com destaque para as operações cambiais (devido ao grande volume das compras de moeda estrangeira às instituições financeiras) e o saldo das receitas e despesas do Estado com impactos médios anuais importantes na absorção da liquidez bancária. As restantes rubricas saldo da dívida pública, NMC e as operações de compensação - tiveram impactos pouco significativos em termos médios.



**Gráfico 57 - Emissões de TIM e TRM**  
(em milhões de escudos)



Fonte: BCV

## 1.2 - Operações tipo Mercado Aberto

As operações de tipo *Open Market* conduzidas pelo BCV consistem na emissão e colocação de Títulos de Intervenção Monetária (TIM) e Títulos de Regularização Monetária (TRM) à taxa directora. Os TIM emitidos a prazo até 52 semanas exercem uma função essencial na gestão da liquidez do mercado e os TRM sendo títulos de curto prazo, emitidos num máximo de 14 dias, são usados fundamentalmente para a sinalização da orientação da política monetária.

Em 2008 o BCV diversificou os prazos para as emissões TIM, tendo emitido a prazos de 60, 90 e 182 dias. No total emitiu 16.210 milhões de ECV em TIM, representando uma variação em termos absolutos de 4.990 milhões em relação a 2007. Por outro lado, emitiu 28.545 milhões de ECV em TRM, mais 1.215 milhões de ECV que em 2007. Verificou-se um aumento significativo tanto das emissões TIM (+44,5%) como das TRM (+4,4%), reflectindo uma actividade mais intensa da política monetária do BCV. Estas intervenções resultaram em impactos médios significativos na absorção da liquidez do mercado, travando um crescimento desequilibrado da massa monetária com efeitos nocivos nos equilíbrios interno e externo.

A taxa dos TRM, taxa directora, estabilizou-se nos 5,25%, a partir de Outubro de 2008, enquanto a taxa TIM flutuou ao longo do ano entre o mínimo de 4,5% e o máximo de 5,6%, distribuído pelos vários prazos (60, 90 e 180 dias).

## 1.3 - Facilidades permanentes de liquidez

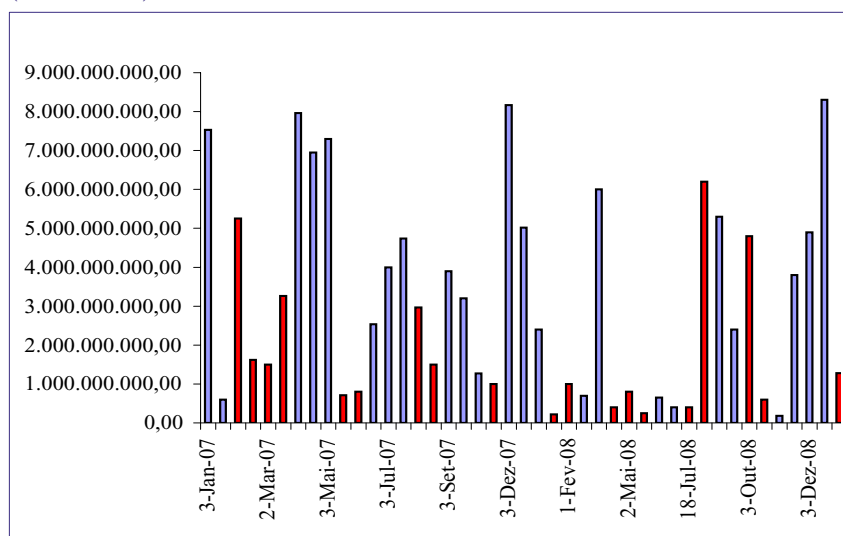
Os instrumentos de política monetária, as facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez, são utilizados por prazo *overnight*, podendo os bancos comerciais aceder aos mesmos em casos de desequilíbrio na liquidez.

Em 2008 o recurso à facilidade permanente de absorção ou depósitos *overnight* totalizou 50.978 milhões de ECV, montante bastante inferior aos 81.790 milhões de ECV de 2007, traduzindo uma variação negativa de 37,7%. Esta evolução, apesar do desequilíbrio

de liquidez existente no conjunto das instituições operando no mercado bancário, traduz igualmente uma significativa diminuição da utilização deste instrumento por parte das instituições de crédito, o que poderá ser justificado não só pela sua taxa de juro pouco atractiva (2,75%), como também por uma diminuição da liquidez global dos bancos. Por outro lado, o recurso à facilidade permanente de cedência de liquidez foi crescente e significativo, quando se compara com a sua utilização nula no período homólogo de 2007. Com efeito, movimentou-se 9.714,5 milhões de ECV em cedências de liquidez do BCV aos bancos comerciais. Os números em referência reflectem a insipiência do mercado interbancário aliada a desequilíbrios de liquidez, não obstante uma melhoria das trocas interbancárias em relação a 2007.

Ao longo do ano as taxas de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de absorção de liquidez fixaram-se em 8,25% e 2,75% respectivamente, a partir do quarto trimestre do ano, depois de sofrerem algumas alterações ao longo do ano.

**Gráfico 58 - Facilidade Permanente de Absorção da Liquidez - Dep. ON (1, 3 e 4 dias)**  
(em escudos)



Fonte: BCV

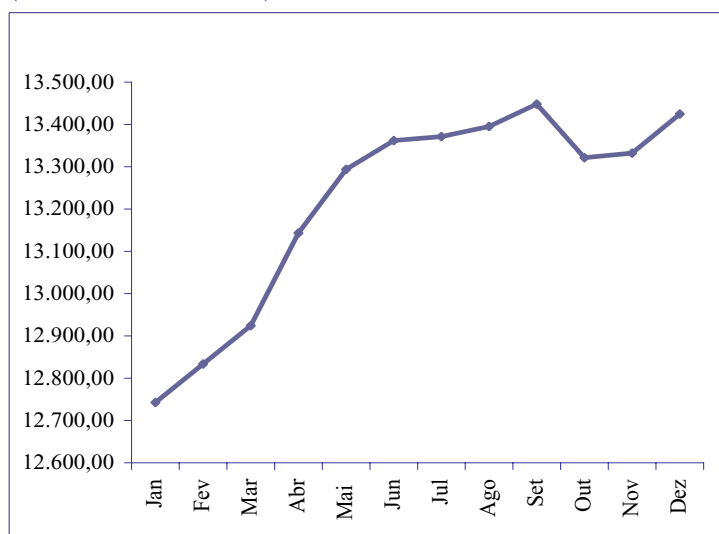
## 1.4 - Reservas Mínimas – Disponibilidades Mínimas de Caixa

O regime de reservas mínimas de caixa do BCV é aplicável às instituições de crédito e prossegue, primordialmente, os objectivos de absorção de liquidez de forma administrativa. O BCV exige que as instituições de crédito mantenham, com carácter de obrigatoriedade Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) em conta aberta no Banco Central, em cumprimento do disposto no regime de reservas mínimas do BCV.

O coeficiente das DMC permaneceu durante o ano nos 14% da Base de Incidência (BI) das instituições de crédito, naturalmente, acompanhado a evolução da BI em cada período da sua manutenção, influenciado essencialmente pelas variações das rubricas que a compõem, nomeadamente os Depósitos à Ordem, a Prazo e de Emigrantes. Entre o 1º período de manutenção das DMC de Outubro e o 1º período de Novembro, registou-se uma tendência de queda da BI e, consequentemente, do montante das DMC, explicada essencialmente pelo decréscimo verificado nas rubricas depósitos à ordem e a prazo. No último período de manutenção de 2008, o total das DMC (procura de liquidez) ascendeu

os +13.466,7 milhões de ECV, face aos +13.766,2 milhões de ECV do período homólogo de 2007, traduzindo uma variação negativa de 5,5%, tendo se situado sempre aquém da oferta de liquidez durante todo o ano.

**Gráfico 59 - Disponibilidades Mínimas de Caixa**  
(em milhões de escudos)



Fonte: BCV

## 1.5 - Gestão de Reservas

De entre as funções desempenhadas pelo Banco de Cabo Verde, destaca-se a de “deter e gerir reservas de câmbio oficiais de Cabo Verde”, processo que, garantindo a gestão dos activos externos, em quantidade adequada e de elevada liquidez, permite atingir um conjunto de objectivos traçados para a política monetária e cambial.

Na política de investimentos das reservas externas, o BCV elege como prioridade, o critério da preservação do capital e, em segundo lugar, o critério da rentabilidade dos investimentos. Todos os critérios de gestão de reservas cambiais estão reflectidos nas regras básicas definidas nas Normas Orientadoras de Gestão das Reservas (NOGR).

A estrutura funcional que integra os serviços de gestão de reservas externas encontra-se separada em três áreas a saber: a Área de Mercados (*Front-Office*) que exerce as funções operacionais de investimento, desde a negociação à execução, em nome do BCV; a Área de Processamento das operações, à qual compete o processamento das operações efectuadas e a emissão das instruções de pagamento e de recebimento dos fundos correspondentes (*Back-Office*); e a Área do *Middle-Office*, responsável pela avaliação da performance e do risco dos Investimentos.

No final de 2008 o valor das reservas globais ascendia a 272.925.514 EUR, contra o montante de 257.557.903 EUR em final de 2007, isto é, as reservas cresceram 5,97% no período considerado. As reservas geridas internamente pelo BCV representavam no final de 2008 em termos percentuais 62,86% da carteira e as reservas geridas por uma instituição externa 37,14%. A rentabilidade média anual da carteira global foi de 2,28%.

Em termos de risco, a gestão da carteira pautou-se, regra geral, pelo respeito das NOGR e pelas normas estabelecidas no contrato de gestão celebrado com o gestor externo.

As entradas em moeda estrangeira ascenderam a 24 mil milhões de escudos cabo-verdianos, o equivalente a 218,3 milhões de EUR, tendo as compras efectuadas às instituições

financeiras no valor de 156,5 milhões de EUR contribuído com cerca de 72% desse valor. Totalizando os 50,1 milhões de EUR, as entradas para Projectos e para o Tesouro contribuíram com 23% do referido valor.

Por sua vez, as saídas de moeda estrangeira totalizaram os 220,6 milhões de EUR, cerca de 24,3 mil milhões de contos, com destaque para as vendas de moeda estrangeira às Instituições Financeiras que ascenderam a 182,9 milhões de EUR e para os pagamentos efectuados em moeda estrangeira - Dívida Externa, Missões Diplomáticas, Quotas e Diversos – que totalizaram os 37,7 milhões de EUR, representando 82,9% e 15%, respectivamente das referidas saídas.

## 2. Sistema de Pagamentos

As actividades do Banco de Cabo Verde continuaram a centrar-se na consolidação do projecto PIGIT - Projecto Integrado de Gestão de Informação & Infra-estruturação Tecnológica que se consubstancia sobretudo na automatização do serviço de compensação de cheques e transferências interbancárias, na implementação de um Sistema de Telecompenção de Cheques e de um sistema de Transferências Electrónicas de fundos, e desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL).

### 2.1 - Infra-estruturas de Pagamento

Em 2008, o sector bancário cabo-verdiano *on shore* passou a contar com mais uma instituição de crédito – o Banco Africano de Investimentos – perfazendo assim um total de cinco bancos a exercerem actividade no país. No conjunto dispunham de 77 agências/balcões (2007: 62), dos quais o BCA e a CECV – as duas maiores instituições do país – detinham cerca de 63,7%, uma perda de terreno na ordem dos 12,1% face ao verificado em 2007.

As Agências de Câmbios e os Correios de Cabo Verde também actuam no sistema de pagamentos cabo-verdiano. No final de 2008, das quatro Agências de Câmbio com autorização para operar no país, apenas duas se encontravam em funcionamento, dispondo no total de 4 agências e 18 prolongamentos de balcões localizados nas ilhas de São Vicente, Sal e Santiago. Os Correios de Cabo Verde, responsáveis pelos serviços financeiros postais no país, detêm um total de 53 agências e balcões e uma cobertura a nível de todos os Concelhos do país.

No que concerne ao serviço *Internet Banking*, das cinco instituições de crédito existentes em Cabo Verde, quatro disponibilizam o serviço aos seus clientes. Dos dados referentes a 2008 constata-se um crescimento expressivo das operações realizadas através deste canal, face ao ano transacto, na ordem dos 236,2%, passando de 274.984 operações em 2007 para 924.591 em 2008.

## 2.2 - Redes de pagamentos

### 2.2.1 - Rede Vinti4

A rede vinti4 é uma rede partilhada de Caixas Automáticas, ATM, e Terminais de Pagamentos Automáticos, POS, com grande potencial de desenvolvimento e que abrange um número cada vez maior de serviços, cujo início de funcionamento ocorreu em 2000, com 20 ATM e 8 POS.

No final de 2008, existia em funcionamento um total de 109 ATM e 1.006 POS, representando um incremento de 25,3% e de 39,3%, respectivamente, quando comparado com 2007.

**Quadro 40 - Cartões e Terminais da Rede Vinti4**

	Unidade					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Número de Terminais</b>	<b>175,0</b>	<b>191,0</b>	<b>256,0</b>	<b>447,0</b>	<b>809,0</b>	<b>1.115,0</b>
Caixas Automáticas - ATM	36,0	37,0	44,0	61,0	87,0	109,0
Terminais de Pagamento - POS	139,0	154,0	212,0	386,0	722,0	1.006,0
<b>Cartões emitidos</b>	<b>57.410,0</b>	<b>54.016,0</b>	<b>63.691,0</b>	<b>84.184,0</b>	<b>82.735,0</b>	<b>103.029,0</b>
Cartões Vinti4	57.410,0	54.016,0	63.691,0	82.412,0	79.371,0	100.279,0
Cartões de crédito	-	-	-	1.772,0	3.364,0	2.750,0
<b>Taxa de variação anual em %</b>						
<b>Número de Terminais</b>	<b>-5,9</b>	<b>9,1</b>	<b>34,0</b>	<b>74,6</b>	<b>81,0</b>	<b>37,8</b>
Caixas Automáticas - ATM	16,1	2,8	18,9	38,6	42,6	25,3
Terminais de Pagamento - POS	-10,3	10,8	37,7	82,1	87,0	39,3
<b>Cartões emitidos</b>	<b>25,2</b>	<b>-5,9</b>	<b>17,9</b>	<b>32,2</b>	<b>-1,7</b>	<b>24,5</b>
Cartões Vinti4	25,2	-5,9	17,9	29,4	-3,7	26,3
Cartões de Crédito	-	-	-	-	89,8	-18,3

Fonte: SISP; Instituições de Crédito

O serviço de Caixas Automáticas (ATM) manteve-se como o de maior procura pelos utilizadores, tal como nos anos anteriores, sendo responsável por 4.662.661 das operações efectuadas na rede, das quais 3.063.733 com movimentação de fundos no valor de 18.284,1 milhões de escudos, um aumento de 24,8%, face ao registado no exercício anterior. Tal facto deveu-se não só ao aumento do número de cartões, mas também à expansão da rede a zonas onde ainda não se encontrava presente, bem como ao reforço da concentração em zonas já cobertas, com a instalação de máquinas fora de agências bancárias.

O Serviço de Pagamento Automático (POS) registou um aumento notável do número de estabelecimentos aderentes e de terminais instalados, na ordem dos 39,3%. Foram realizadas através destes terminais 923.042 operações num total de 4.896,3 milhões de escudos.

O serviço Televinti4, manteve a tendência de crescimento, tendo registado em finais de 2008 um total de 265.532 operações, uma evolução bastante positiva face ao verificado em 2007 (187.738). Do total de operações realizadas através deste canal, 160.019, cerca de 60,2% correspondiam a operações com movimentação de fundos, particularmente operações de recarga grilo e pagamento de serviços, no valor 129,3 milhões de escudos. As restantes operações, designadamente consulta de saldos, movimentos NIB e pedidos de cheques totalizaram 105.670.

A internacionalização da Rede Vinti4 através do serviço de acquiring, veio permitir a aceitação de cartões internacionais, primeiro com o cartão Visa e mais recentemente o cartão MasterCard. Em 2008, a utilização de cartões internacionais na rede registou uma evolução positiva quer em quantidade como em valor, de 25,6% e 23,6% respectivamente, tendo o número de transacções ascendido a 164.147, no valor de 2.178,9 milhões de escudos. O número de estabelecimentos aderentes totalizava 205.

O cartão Visa registou 153.685 transacções no valor de 2.041,8 milhões de escudos, um incremento muito significativo quer em quantidade quer em valor face ao registado em 2007, das quais 72,4% nos ATM e 27,6% nos POS. No que se refere ao Cartão MasterCard, ainda que a sua aceitação na rede tenha sido recente, efectuou-se 10.462 operações, no valor de 137,2 milhões de escudos. Do total de operações, 89,3% foram realizadas nos ATM e 10,7% através de POS.

### **2.2.2 - SWIFT**

A SWIFT – Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications – para além de disponibilizar uma plataforma mundial de comunicações, produtos e serviços que permite aos clientes trocar informações financeiras com segurança e eficiência, também actua como o catalisador do sistema na formulação de práticas de mercado, definição de padrões e estudo de soluções para questões de interesse mútuo.

No final de 2008 mantinha-se inalterado o número de membros de pleno direito e participantes do sistema (6), conectados através de uma porta única e de um sistema local partilhado e gerido pelo Banco Central de Cabo Verde, tendo-se verificado porém a desvinculação de um participante do sistema, por iniciativa própria, em Setembro e a adesão de um novo participante, o Banco Internacional de Investimentos, IFI, na mesma data.

Em 2008 registou-se um aumento no tráfego de mensagens expedidas e recebidas pelos bancos que integram a rede partilhada, acabando por exceder a capacidade da licença da SWIFTAlliance, tendo-se, por isso, procedido a um *upgrade* para uma banda superior.

Ainda em 2008 Cabo Verde concluiu com êxito o projecto de Migração para *SWIFT-NET Phase II* em curso desde Janeiro de 2007, tendo sido cabalmente cumprido o prazo limite fixado pela SWIFT para o *upgrade* da infra-estrutura tecnológica suporte (hardware e software operativos) da nova plataforma.

## **2.3 - Sistemas de Liquidação Interbancária**

O Sistema de Liquidação Interbancária cabo-verdiano está projectado, para a coexistência de duas formas de liquidação complementares: sistema de liquidação por bruto em tempo real que tem como objectivo minimizar os riscos associados aos sistemas de pagamentos, particularmente o risco sistémico e o sistema de liquidação por compensação. A liquidação por bruto é efectuada através do SGDL - Sistema de Gestão de Depósito e Liquidação – e a liquidação por compensação é realizada por meio do SICIL – Sistema de Compensação Interbancária e Liquidação.

### **2.3.1 - Serviços de compensação Interbancária**

O ano de 2008 foi marcado pela adopção, em Janeiro, de um Sistema de Compensação Electrónica de Cheques e Documentos Afins. Tem a sua gestão assegurada pelo Banco de

Cabo Verde, pela SISP e algumas instituições de crédito com as quais o Banco mantém acordos, e integra Praças de Troca Física da Praia, São Vicente, Sal, Assomada e Ribeira Grande.

O subsistema de transferências interbancárias tem, igualmente, a gestão assegurada pelo Banco de Cabo Verde e pela SISP e Bolsa de Valores para as operações da rede vinti4 e do mercado de valores mobiliários, respectivamente.

Em finais de 2008, foram compensadas através deste serviço, um total de 2.577.591 operações, no valor de 171.562,9 milhões de escudos. Do total das operações processadas através do sistema de compensação, cerca de 84,9% referiam-se ao subsistema da rede vinti4 e 13,3% do subsistema de cheques e documentos afins seguido de 1,8% do subsistema de transferências. A comparticipação das operações do mercado de valores mobiliários continua a ser residual no sistema, situando-se em apenas 0,01%.

### **2.3.2 - Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação**

O Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação compreende a centralização e liquidação dos movimentos referentes às operações realizadas em moeda do banco central pelos participantes do sistema que afectam as referidas contas de liquidação.

Este serviço, cujo início de funcionamento ocorreu a 01 de Abril de 2008, tem a sua gestão a cargo do Banco de Cabo Verde e tem como objectivo minimizar os riscos associados a pagamentos de grandes montantes, contribuindo para a eficiência e bom funcionamento do sistema de pagamentos.

## **2.4 - Meios e Instrumentos de Pagamento**

Da análise das operações processadas através dos vários instrumentos de pagamentos, observa-se uma evolução crescente e progressiva na preferência pela utilização dos cartões de pagamento que no total das transacções representam cerca de 61,0% (2007: 55,6%). Os cheques que em 2007 representavam 30,2% do total das transacções voltaram a apresentar uma diminuição do seu peso em 2008, situando-se em 25,4%. Tais indicadores evidenciam um crescente processo de substituição dos instrumentos de pagamento escriturais face aos electrónicos (cartões de pagamento), não obstante a importância evidente ainda dos meios escriturais, particularmente os cheques e as transferências apresentadas à compensação, o que explica, o aumento do nível de interbancaridade.

### **2.4.1 - Numerário**

O numerário continua a destacar-se como o meio de pagamento mais utilizado pela população, embora pela análise de alguns indicadores, particularmente os rácios que relacionam a circulação com os agregados monetários M1 (peso da circulação monetária), M2 (preferência pela moeda do banco central) e o PIB, se constatare uma utilização crescente dos instrumentos de pagamento escriturais e electrónicos.

A circulação monetária registou, no final de 2008, um aumento de 3,6% face ao ano transacto, tendo as notas e moedas em circulação atingido o montante de 8.712,7 milhões de escudos. Do total 97% eram representadas por notas dos quais 75% correspondiam às denominações de 1.000 e 2.000 escudos, o que, em parte pode ser justificado com o facto de estas serem as únicas denominações distribuídas através dos Caixas Automáticos da rede vinti4.



### 2.4.2 - Cheques

No ano de 2008 foram processados 1.772.625 cheques, no valor de 279.932 milhões de escudos, confirmando a tendência de crescimento deste instrumento de pagamento, não obstante a perda relativa do seu peso no conjunto dos instrumentos de pagamento utilizados em Cabo Verde. A utilização deste instrumento de pagamento apresenta uma variação positiva tanto em quantidade como em valor, na ordem dos 6,6% e 9,3%, respectivamente, face ao ano de 2007.

A média mensal dos cheques processados através do sistema de compensação situou-se em 28.576 cheques no valor de 8.024,8 milhões de escudos, enquanto que nos balcões a média situou-se em 119.143 cheques no valor de 15.302,9 milhões de escudos. Apesar da evolução positiva do número de cheques compensados nos últimos anos, o nível de interbancariedade do cheque continua a ser, enquanto instrumento de pagamento, pouco expressivo. Tal facto poderá estar relacionado por um lado, com alguma ineficiência do sistema de compensação que ainda subsiste, não obstante a introdução em Janeiro de 2008 de alterações na estrutura do sistema com a adopção da telecompensação de cheques e por outro à pouca credibilidade do cheque e consequente pouca aceitação como instrumento de pagamento.

As devoluções de cheques efectuadas ao longo de 2008 apresentam um crescimento significativo tanto em quantidade (163,0%) como em valor (1.932,3%), representativo de 7.002 cheques devolvidos, no valor de 11.011,3 milhões de escudos. A falta de provisão aparece como a causa principal de devolução, com uma representatividade de 60,5%, mais 2 p.p do verificado em 2007, seguida do motivo registo duplicado 12,3%.

### 2.4.3 - Transferências

Durante o ano de 2008, foram processadas 948.741 transferências bancárias, no valor de 169.845,4 milhões de escudos, representativos de um aumento em quantidade na ordem dos 21,0% e de 10,2% em valor, comparativamente ao ano de 2007. O aumento na quantidade total das transferências processadas deveu-se, particularmente, ao crescimento verificado nas transferências intrabancárias na ordem dos 21,2%, tendo passado de 744.575 em 2007 para 902.797 em 2008.

Relativamente às transferências domésticas, as interbancárias processadas através da compensação representavam 4,8% da quantidade total (2007: 5,1%), num valor correspondente a 38,4% (2007: 40,0%), ao passo que as intrabancárias representavam cerca de 95,2% em quantidade e 61,6% em valor.

No que se refere às transferências internacionais processadas em 2008, estas evidenciam uma crescente utilização desse instrumento de pagamento pela população bancária, tendo acusado um crescimento na ordem dos 11,3% face ao valor registado no ano transacto, passando de 106.789,8 milhões de escudos em 2007 para 118.908 milhões de escudos em 2008, não obstante a análise não incluir as transferências efectuadas através do serviço dos Vales Postais. Do total destas transferências, as recebidas representavam 50,4% (59.878,7 milhões de escudos) e as emitidas 49,6% (59.029,0 milhões de escudos).

Analisando os serviços de transferências internacionais, no seu conjunto, observa-se que a *Western Union* aponta para um aumento no peso total dos valores, passando de 4,0% em 2007, para 4,9%, em 2008, sendo que o grosso das transferências continua sendo processadas através da Rede SWIFT.

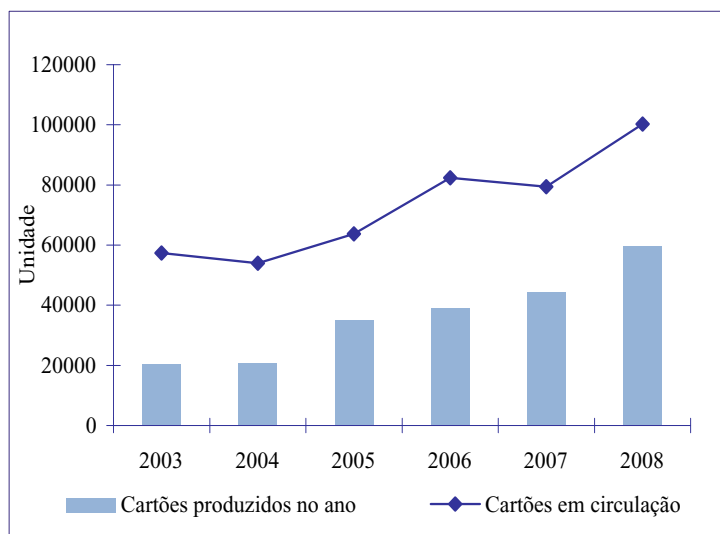


## 2.4.4 - Cartões de pagamento

A utilização dos cartões de pagamento em Cabo Verde encontra-se regulada pelo Decreto-Lei n.º 66/99, de 02 de Novembro, que regulamenta a actividade das instituições de crédito e parabancárias no que respeita à emissão e gestão de cartões e, ainda, pelo Aviso n.º 2/2000, de 07 de Agosto, que estabelece as cláusulas contratuais e as condições gerais de utilização.

Em 2008 verificou-se um aumento significativo de cartões emitidos e válidos na rede, em 26,3%, totalizando 100.279 cartões activos no sistema face aos 79.371 do ano transacto.

**Gráfico 60 - Evolução anual de cartões produzidos e em circulação**



Fonte: BCV

A utilização de cartões na rede vinti4 registou, em 2008, 5.869.049 operações, um crescimento expressivo de 35,3% em relação a 2007, representativo de uma média diária de 16.036 operações, das quais 79,4% foram efectuadas nos ATM, 15,7% nos POS e 4,8% através de outros canais de acesso à rede, particularmente Televinti4 e Internet. Em valor, os cartões utilizados na rede vinti4 transaccionaram 24.812,4 milhões de escudos, um incremento de 36,6% face ao ano transacto, a uma média de 5.841 escudos por transacção.

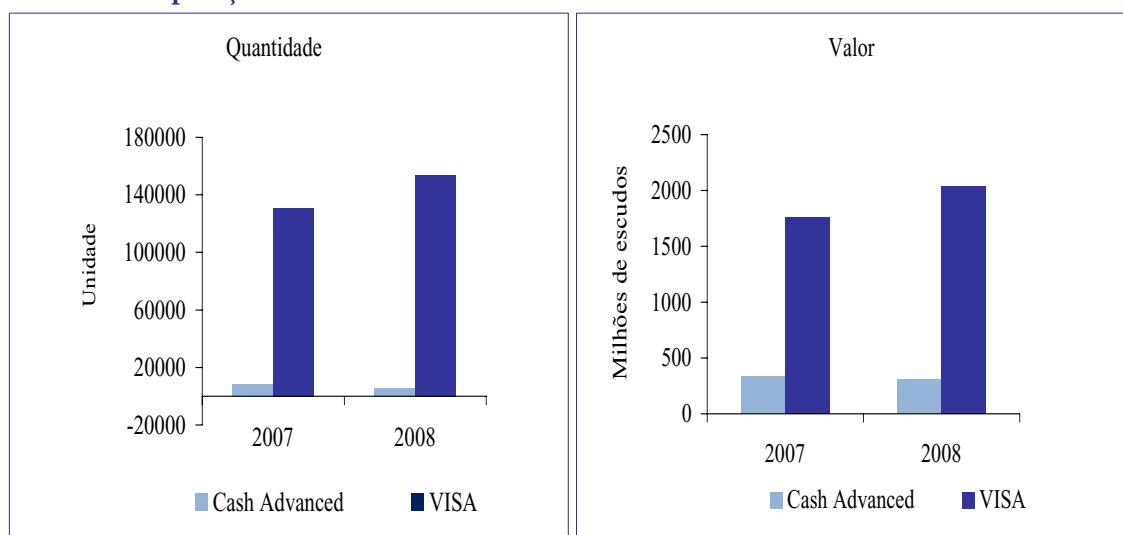
A nível dos POS, efectuou-se um total de 923.042 pagamentos, no valor de 4.896,32 milhões de escudos, com 86% desse valor a corresponder a transacções realizadas com cartões vinti4 e as restantes com cartões VISA e Mastercard, 4,7% e 14,2%, respectivamente.

Em 2008 foram emitidos 2.750 cartões VISA, dos quais 85,8% (2.359) se referem a cartões pré-pago e 14,2% (391) a cartões de crédito.

Paralelamente à aceitação de cartões internacionais na rede vinti4, foram realizadas 5.262 operações de “cash-advance”<sup>2</sup>, efectuadas nos bancos, correspondente a 307 milhões de escudos.. Por seu turno, a utilização do cartão Visa na rede apresenta uma evolução positiva registando um crescimento 17,6% e 15,8% em quantidade e valor, respectivamente.

<sup>2</sup> Aceitação de cartões internacionais por via de acordos celebrados entre instituições de crédito e operadores nacionais com entidades estrangeiras.

**Gráfico 61- Operações “Cash-advance” e Visa Internacional**



Fonte: BCV

Fonte: BCV

### 3. Sistemas de compensação e de liquidação interbancária

#### 3.1 - Aspectos organizacionais e funcionais

O Banco de Cabo Verde, no quadro das suas atribuições estatutárias, assegura a gestão e o funcionamento do Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL) que integra os subsistemas de compensação de cheques e documentos afins, de transferências interbancárias, de operações da rede vinti4 e da Bolsa de Valores e é o operador e gestor do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL).

Os fluxos de pagamento entre as instituições participantes no SICIL e do SGDL realizam-se através de contas únicas de liquidação domiciliadas no Banco de Cabo Verde, com carácter irrevogável e incondicional, sendo que no SICIL a liquidação processa-se por compensação dos saldos, enquanto que no SGDL as operações são processadas numa base individual.

**Quadro 41 - Operações liquidadas no Banco de Cabo Verde**

	2007		2008		Variação (%)	
	Quantidade	Valor (milhões CVE)	Quantidade	Valor (milhões CVE)	Quantidade	Valor (milhões CVE)
<b>SICIL - Liquidação por compensação</b>	<b>1.745.230</b>	<b>139.432,7</b>	<b>2.577.591</b>	<b>171.562,9</b>	<b>47,7</b>	<b>23,0</b>
Cheques e Transferências interbancárias	348.802	134.119,3	388.903	161.473,9	26,4	38,6
Rede Vinti4	1.396.301	5.276,3	2.188.430	9.779,2	56,7	85,3
Bolsa Valores	127	37,1	258	309,8	103,1	735,0
<b>Mercado Cambial</b>	<b>150</b>	<b>30.794,5</b>	<b>367</b>	<b>40.301,8</b>	<b>144,7</b>	<b>30,9</b>
<b>Mercado Monetário</b>	<b>981</b>	<b>375.868,6</b>	<b>969</b>	<b>253.040,8</b>	<b>-1,2</b>	<b>-32,7</b>
<b>Operações de depósito e levantamento de numerário</b>	<b>941</b>	<b>25.207,5</b>	<b>1.500</b>	<b>27.725,6</b>	<b>59,4</b>	<b>10,0</b>
<b>Outros</b>	<b>936</b>	<b>4.082,2</b>	<b>1.225</b>	<b>3.668,1</b>	<b>30,9</b>	<b>-10,1</b>
<b>Total</b>	<b>1.748.238,0</b>	<b>575.385,5</b>	<b>2.581.652,0</b>	<b>496.299,2</b>	<b>47,7</b>	<b>-13,7</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

### 3.2 - Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL)

Em 2008, foram liquidadas no SGDL, 2.581.652 operações, no valor de 496.299,2 milhões de escudos, representativos de um crescimento de 47,7% em quantidade e uma diminuição de 13,7% em valor, comparativamente ao ano de 2007. Relativamente às operações liquidadas por bruto, o cenário inverte-se na medida em que, representando somente 0,2% da quantidade total das liquidações, ascende a uma comparticipação na ordem dos 65,4%, em valor.

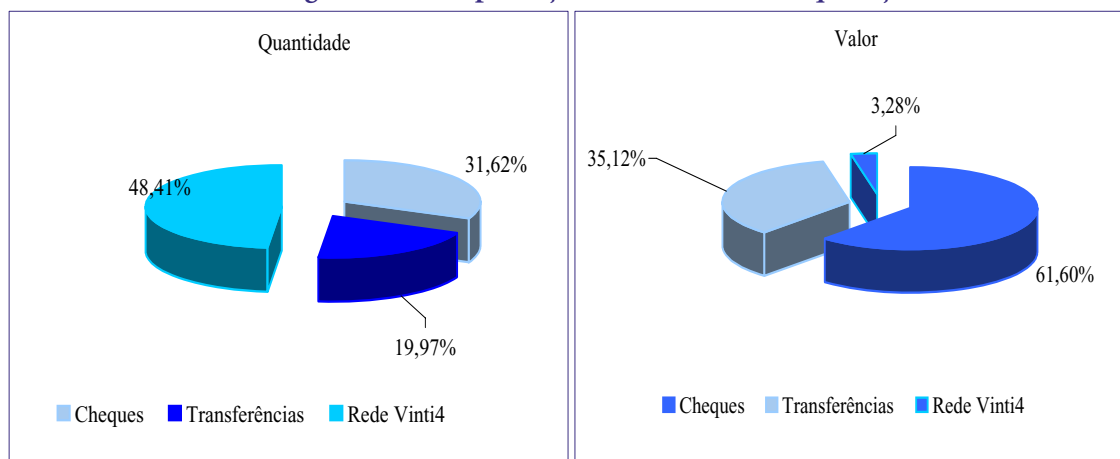
O aumento na quantidade de operações liquidadas no SGDL se deve, essencialmente, ao aumento de liquidação das operações da rede vinti4, da Bolsa de Valores, do Mercado Cambial e das operações de depósito e de levantamento de numerário, enquanto que a variação negativa constatada no total dos valores espelha uma diminuição verificada na liquidação dos montantes das operações provenientes do Mercado Monetário. Comparado ao ano anterior, as operações de Mercado Monetário apontam para uma ligeira diminuição na quantidade (-1,2%), e uma acentuada diminuição no valor (-32,7%), explicada pelo decréscimo ocorrido na liquidação das operações dos títulos da dívida pública em -22,2% (2007: -25,2%).

### 3.3 - Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL)

O movimento neste sistema registou, em 2008, um acréscimo na quantidade e no valor das operações processadas na ordem dos 47,7% e 23,0%, respectivamente. Em termos globais, foram processadas 2.577.591 operações, no valor de 171.562,9 milhões de escudos. Este aumento ficou a dever-se sobretudo ao aumento das operações processadas através da rede vinti4, que apresenta um crescimento em quantidade de 56,7% e de 85,3% em valor, seguida do sistema de Cheques e Documentos Afins com um aumento de 11,0% em quantidade e 32,8% em valor e do sistema de Transferências Interbancárias com um crescimento de 15,4% e 5,8%, em quantidade e valor, respectivamente.

Apesar do notório crescimento no uso dos meios de pagamentos electrónicos, o subsistema de Cheques e Documentos Afins e o subsistema de Transferências Interbancárias continuam a ter um peso significativo no SICIL, representando, no seu conjunto, cerca de 94,01% dos valores compensados (2007:96,19%). A rede vinti4 figura com um peso de 5,80% em termos de valores mas com 84,94% em quantidade. A contribuição da Bolsa de Valores continua a ser inexpressiva seja em quantidade (0,01%), seja em valor (0,18%).

**Gráfico 62 - Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação**



Fonte: BCV

Fonte: BCV

### **3.3.1 - Compensação de Cheques e Documentos Afins**

No que respeita à evolução do sistema de Compensação de Cheques e Documentos afins, em termos globais, foram apresentados à compensação 346.668 documentos, no valor de 106.517,7 milhões de escudos, o que se traduziu num incremento de 11,5% em quantidade e de 46,0% em valor, relativamente ao ano transacto. Em consequência, a média diária aumentou em 10,6% e 44,8%, em quantidade e valor respectivamente, tendo sido processados aproximadamente 1.376 documentos no valor de 422,7 milhões de escudos. O valor médio situou-se em cerca de 0,3 milhões de escudos por documento processado.

Não obstante uma diminuição gradual do peso do cheque no sistema de compensação interbancária, este continua a garantir uma parcela substancial das operações liquidadas por compensação, quer em termos de quantidade, 13,3% (2007: 17,7%), quer de valor, 57,1% (2007: 53,9%) sendo, ainda, o instrumento mais expressivo relativamente ao valor total processado. Em 2008, foram processados 342.909 cheques no valor de 96.297,2 milhões de escudos, a que correspondeu o valor médio de 0,3 milhões de escudos por cheque (2007: 0,2 milhões de escudos).

As devoluções de cheques aumentaram significativamente, tanto em quantidade como em valor, embora continuem a ter um peso residual relativamente ao total dos cheques processados, em quantidade de apenas 1% e em valor de 10%.

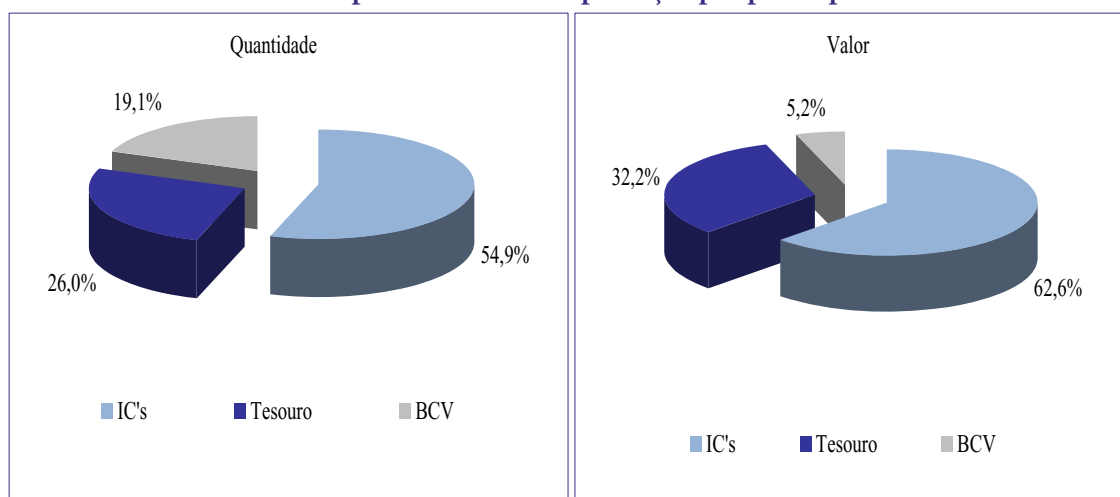
Em termos do total de documentos apresentados no sistema de compensação, as devoluções traduziram-se em aumentos de 461,5% e 1.732,4%, em quantidade e valor, respectivamente. Numa óptica mensal e comparando os dados disponíveis para 2008, observa-se que, em média, foram apresentados à compensação 28.576 cheques por mês, num valor médio de 8.024,8 milhões de escudos, evidenciando assim, um crescimento de 11,0% em quantidade e 32,8% em valor relativamente ao ano anterior.

### **3.3.2 - Compensação de Transferências Interbancárias**

O sistema de transferências interbancárias continua a seguir a mesma tendência de evolução positiva dos anos anteriores, assegurando 1,8% da quantidade dos documentos processados no SICIL e 38,0% do valor durante o ano de 2008, tendo-se registado um crescimento de 15,4% em quantidade e 5,8% em valor face ao ano anterior. Em 2008, foram processadas 45.994 transferências no valor de 65.176,6 milhões de escudos, correspondente a um valor médio de 1,4 milhões de escudos por transferência (2007:1,5 milhões de escudos).

Analisando os dados na óptica do contributo de cada participante, observa-se que as instituições de crédito continuam a comparticipar com um peso maior (55,9%), conforme se pode verificar pelo Gráfico III.5, devendo-se, contudo, realçar as transferências realizadas pelo Tesouro que, representando 26,0% em quantidade (2007:25,9%), e 32,2% em valor (2007:30,7%), exibem um valor médio de 1,73 milhões de escudos superior à média das transferências processadas (1,4 milhões de escudos).

**Gráfico 63 - Transferências apresentadas à Compensação por participantes**



Fonte: BCV

Fonte: BCV

Analisando a distribuição do fluxo de documentos apresentados no sistema de compensação de transferências interbancárias pelos centros de troca física de documentos, nota-se que impera a tendência para a maioria dos documentos serem apresentados à praça da Praia, a única onde o Tesouro e o BCV se encontram representados, tendo aumentado ligeiramente o seu peso relativo no sistema, em quantidade (88,3% em 2007 para 83,6% em 2008) e em valores compensados (90,1% em 2007 para 90,4% em 2008).

**Quadro 42 - Compensação das Transferências Interbancárias por Praça Troca Física 2008**

	Quantidades: Unidades; Valor: milhões de escudos	
	Quantidade (unidade)	Valor (milhões CVE)
Praia	39.753	58.847
São Vicente	1.848	1.496
Sal	4.288	4.786
Assomada	88	30
Ribeira Grande	17	18
Total	45.994	65.177

Fonte: BCV

Efectivamente, no centro regional da Praia foram processados 39.753 documentos, no valor de 58.846,6 milhões de escudos, que se traduziram num aumento, tanto em quantidade, como em valor, de 12,9% e 6,0%, respectivamente. No Sal, a segunda maior praça de troca física no sistema de compensação de transferências interbancárias, houve um aumento de 38,7% em quantidade, (mais 1.196 documentos) e de 4,4% em valor (mais 172,2 milhões de escudos), face a 2007. Não obstante o crescimento verificado, a sua evolução no âmbito sistémico acusa uma ligeira diminuição do seu peso em termos de valor, embora se verifique um aumento do seu peso em quantidade. O centro de troca física de São Vicente, à semelhança do ano transacto, evidencia uma evolução positiva, acusando um crescimento de 24,8% em quantidade e de 7,4% em valor, o que reflecte um aumento do seu peso no sistema, em termos de quantidade, embora se mantenha em valor.

### 3.3.3 - Liquidação das operações da Rede Vinti4 e da Bolsa de Valores

A Rede Vinti4 e a Bolsa de Valores foram incorporadas no Regulamento do SICIL em resultado da necessidade de lhes conferir um quadro legal de referência, principalmente no âmbito da liquidação financeira, da responsabilidade do Banco de Cabo Verde, sendo a gestão e o funcionamento desses subsistemas feitos de forma autónoma pelas respectivas instituições, designadamente, a SISP e a Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Rede Vinti4, conforme referenciado anteriormente, é o subsistema de pagamentos de retalho com maior número de operações processadas, tendo assegurado 84,9% da quantidade de operações liquidadas através do SICIL correspondente a 2.188.430 operações, representativa de apenas 5,8% do seu valor (9.779,2 milhões de escudos).

Relativamente às operações da Bolsa de Valores, com a intensificação das ofertas públicas no decurso do ano de 2008, houve um crescimento significativo nas quantidades e valores processados em 103,1% e 735,0%, respectivamente, que se traduziu na liquidação de um total de 258 operações no valor de 309,8 milhões de escudos. Em 2007, foram liquidadas 127 operações no valor de 37,1 milhões de escudos.

## 4. Emissão e Tesouraria

O ano de 2008, à semelhança dos últimos anos, ficou marcado por uma tendência de crescimento generalizado da circulação fiduciária. A tendência de evolução da circulação monetária espelha, também, o padrão universal, marcado por crescimento em termos nominais, mas com uma redução relativa do seu peso na massa monetária. Analisando a evolução dos últimos anos, observa-se que a curva do coeficiente preferência pela moeda do banco central evidencia uma tendência decrescente explicada pelo maior crescimento dos depósitos quando comparado à moeda em circulação, o que confirma um progressivo aumento da bancarização da economia.

### 4.1 - Circulação de Notas e Moedas

No final de 2008, o valor das notas emitidas repartia-se entre 5.507,5 milhões de escudos relativos a notas emitidas na posse do sistema bancário e 8.748,4 milhões de escudos afectos à circulação, num total de 6,4 milhões de notas, como evidencia o quadro abaixo.

**Quadro 43 - Circulação Monetária de Notas**

milhares de escudos										
Denominação CVE	Dez-07				Dez-08				Δ 2007-2008	
	Notas em Caixa				Notas em Caixa					
	Emissão	BCV	Bancos	Circulação	Emissão	BCV	Bancos	Circulação	Valor	%
200	280.679	41.595	31.413	207.671	313.536	33.243	51.568	228.725	21.054	10,14
500	508.530	120.923	65.770	321.837	444.281	76.329	76.851	291.101	-30.736	-9,55
1.000	2.690.736	435.115	289.583	1.966.038	3.313.802	805.846	351.716	2.156.240	190.202	9,67
2.000	6.381.613	1.707.446	505.087	4.169.080	7.654.609	2.705.002	515.480	4.434.127	265.047	6,36
5.000	2.436.340	482.860	208.416	1.745.064	2.529.795	730.480	161.065	1.638.250	-106.814	-6,12
TOTAL	12.297.898	2.787.939	1.100.269	8.409.690	14.256.023	4.350.900	1.156.680	8.748.443	338.753	4,03

Fonte: BCV

Assim, no período em análise, as notas em circulação totalizaram cerca de 8,7 milhões de escudos, traduzindo um acréscimo de 4,03% relativamente à circulação verificada em final do ano transacto (mais 338,7 milhões de escudos).

No cômputo das notas colocadas em circulação, as denominações de 1.000 e 2.000 escudos representavam, no seu conjunto, uma grande predominância, com cerca de 68,05% em quantidade e 75,33% em valor, assumindo-se como denominações-padrão do sistema de pagamentos com numerário em Cabo Verde. Tal facto pode não estar alheio à situação das máquinas ATM que distribuem apenas essas denominações.

Por outro lado, a denominação de maior valor facial, 5.000 escudos, representa 5,1% da quantidade de notas em circulação e 18,73% do valor, enquanto a denominação de menor valor facial figura com um comportamento inverso na estrutura das notas em circulação, ou seja 17,79%, em quantidade, e 2,61% em valor.

#### Quadro 44 - Circulação Monetária de Moedas

milhares de escudos										
Denominação CVE	Dez-07				Dez-08				Δ Circulação	
	Moedas em Caixa				Moedas em caixa					
	Emissão	BCV	Bancos	Circulação	Emissão	BCV	Bancos	Circulação	Valor	%
1	19.937	134	434	19.369	22.135	395	602	21.138	1.769	9,13
5	28.885	287	1.244	27.354	31.234	970	2.025	28.240	886	3,24
10	42.448	446	1.799	40.203	46.423	1.087	2.269	43.066	2.863	7,12
20	61.624	324	3.560	57.740	66.668	1.356	4.063	61.249	3.509	6,08
50	104.771	2.147	6.784	95.840	107.763	2.972	8.557	96.234	394	0,41
100	145.353	3.252	9.695	132.406	154.353	3.795	11.018	139.540	7.134	5,39
200	12.000	2.760	1.552	7.688	12.000	3.242	1.299	7.459	-229	-2,98
250	1.500	0	0	1.500	1.500	0	0	1.500	0	0,00
1000	6.700	214	94	6.392	6.700	214	138	6.348	-44	-0,69
2500	1.250	0	0	1.250	1.250	0	0	1.250	0	0,00
TOTAL	424.468	9.564	25.162	389.742	450.026	14.031	29.971	406.024	16.282	4,18

Fonte: BCV

Quanto à circulação das moedas, regista-se um acréscimo de 4,18%, em valor, tendo-se verificado uma ligeira variação negativa nas denominações de 200 e 1.000 escudos, à semelhança do ano anterior. Como é natural, as maiores variações ocorreram a nível das denominações mais baixas, por se tratarem de moedas de troco e o retorno ao Banco verificar-se em menor quantidade.

Relativamente ao peso das moedas em circulação, constata-se que as denominações de moedas de 10, 20, 50 e 100 escudos são as que registam uma maior predominância, em valor, no conjunto das moedas colocadas em circulação, com cerca de 83,76%. Em termos de quantidade, as três primeiras denominações (1, 5 e 10 escudos) registam maior presença em circulação, com cerca de 82,37%, cabendo à moeda de um escudo cerca de 55,28%, não se tendo registado alterações a nível da estrutura.

Em 2008, os movimentos de depósito e levantamento de numerário realizados pelas instituições de crédito na tesouraria do Banco de Cabo Verde e nos balcões das instituições executantes do Protocolo de Tesouraria, situaram-se, nos 14.467,6 milhões de escudos e 14.942,9 milhões de escudos, respectivamente, evidenciando crescimentos significativos de 36,01% e de 26,60% face aos montantes verificados no ano transacto (Depósito: 6,98% Levantamento: 7,31%).



#### Quadro 45 - Depósitos/Levantamentos

	milhares escudos		
	Depósitos	Levantamentos	Rácio Dep./Lev.
Janeiro	1.625.762	733.411	221,67
Fevereiro	818.097	695.937	117,55
Março	872.560	1.120.735	77,86
Abril	1.021.888	1.138.793	89,73
Maio	1.166.702	1.012.865	115,19
Junho	1.203.815	1.142.407	105,38
Julho	1.239.253	1.816.872	68,21
Agoto	1.363.212	1.166.400	116,87
Setembro	1.255.811	1.035.283	121,30
Outubro	1.393.850	1.340.864	103,95
Novembro	1.150.142	1.142.613	100,66
Dezembro	1.356.510	2.596.784	52,24
Total	14.467.602	14.942.964	96,82

Fonte: BCV

As notas recebidas por depósito das instituições de crédito e de outras entidades são tratadas individualmente, através de processos manuais e de acordo com critérios de qualidade previamente estabelecidos, que garantem a genuinidade e qualidade, distinguindo entre aquelas que oferecem condições para regressar à circulação das que devem ser inutilizadas para posterior destruição.

No ano de 2008, foram processadas no serviço de escolha 9,3 milhões de notas no valor de 13.193 milhões de escudos, mais 26,66% em quantidade e 30,35% em valor do que a quantidade e o valor total de notas registados em 2007 (quantidade: 7,4 milhões; valor: 10.121 milhões).

Das notas processadas, 5,2 milhões (55,41%) ofereciam qualidade para voltar à circulação, tendo as restantes sido inutilizadas pelo método de perfuração, num total de 4,1 milhões de notas, para posterior amortização e destruição.

Durante o ano em análise, cerca de 73,24% das notas processadas referiam-se a notas de 1.000 e 2.000 escudos, em detrimento das outras denominações que representavam apenas 26,76%. Tal facto justifica-se não só pela concentração da preferência pela utilização dessas denominações, como também por estas serem as únicas disponibilizadas através de máquinas ATM.

A taxa anual de inutilização situou-se nos 44,59%, 5 p.p. acima da taxa verificada em 2007.

No ano de 2008, o valor total das notas destruídas utilizando o processo de queima, a céu aberto, atingiu 4.277 milhões de escudos, traduzindo um aumento de 48,75% em relação a 2007. No final do exercício, as notas por destruir ascendiam a 31,9 milhões de escudos.

Os dados estatísticos do Banco revelam uma tendência crescente de apreensão das notas contrafeitas em Cabo Verde, essencialmente nos balcões dos bancos comerciais, como atesta o quadro abaixo.



#### Quadro 46 - Contrafacção de Notas

Denominação CVE	em escudos					
	2006		2007		2008	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
200	14	2.800	20	4.000	7	1.400
500	31	15.500	15	7.500	17	8.500
1.000	127	127.000	57	57.000	68	68.000
2.000	50	100.000	9	18.000	11	22.000
2.500	5	12.500			1	2.500
5.000	10	50.000	2	10.000	3	15.000
TOTAL	237	307800	103	96500	107	117400
Notas Estrangeiras	22		121		19	

Fonte: BCV

Em 2008, a quantidade de notas contrafeitas apreendidas sofreu um acréscimo de 3,88%, em relação aos dados disponíveis do período transacto.

À semelhança dos anos anteriores, a nota de 1.000 escudos continua a ser a que regista o número mais elevado de contrafacções apreendidas através do sistema bancário (68), seguida da nota de 500 escudos. Em conjunto estas duas denominações representam cerca de 79,44% do total de notas contrafeitas apreendidas. A nota de 200 escudos comparticipa com um total de 7 contrafacções, sendo a única que em 2008 apresenta uma variação negativa no conjunto das notas em circulação.

Sob o ponto de vista dos efeitos que a contrafacção causa na economia, a quantidade de notas contrafeitas apreendidas é insignificante face à quantidade total de notas em circulação representando apenas 0,0017%. Analogamente, o registo de notas contrafeitas estrangeiras, nomeadamente o dólar e o euro, evidencia uma redução na ordem dos 84,30%. Os dados estatísticos mostram um total de 19 notas contrafeitas apreendidas pelo sistema bancário no decurso de 2008, com maior predominância para o dólar americano.

As notas contrafeitas detectadas em Cabo Verde foram reproduzidas através de uma nota genuína, tendo sido utilizado, para o efeito, meios informáticos, o que é referido como contrafacção digital, e fotocopiadoras a cores. Na tentativa de aumentar a qualidade dessas notas, têm sido utilizadas imitações de alguns elementos de segurança, nomeadamente marca d'água, obtidas através do decalque ou da aplicação de um carimbo no reverso de um dos lados da nota contrafeita que depois é escondido pelo método de colagem de duas dobras finas. Igualmente, constata-se a tentativa de imitação do holograma e do fio de segurança ajanelado, através da utilização de papel metalizado, tal como o papel utilizado na cozinha, na produção do cigarro, etc. ou plástico com aplicação de verniz. O papel comercial normal é o utilizado na reprodução das notas contrafeitas.

As contrafacções que têm vindo a ser detectadas podem ser identificadas sem recurso a equipamentos auxiliares, bastando para tal uma observação cuidada por parte do público.

O Banco de Cabo Verde, à semelhança do que já se observa em muitos países, no quadro de uma política de comunicação na área do conhecimento de uma nota genuína, bem como das boas práticas associadas à sua utilização, vem realizando campanhas publicitárias cujo objectivo visa contribuir para o incremento da confiança do público e dos agentes económicos na circulação fiduciária e da atitude que estes devem adoptar quando do recebimento de uma nota.

O valor do material numismático ascendia em Dezembro de 2008 a 107,9 milhões de escudos, incluindo o valor do material numismático entregue à consignação, bem como, notas e moedas correntes tratadas para o mercado de colecionadores, o que corresponde a 4% abaixo do montante registado no mesmo período de 2007.

A venda de material numismático, em 2008, gerou um total de proveitos da ordem de 1,5 milhões de escudos, 27% abaixo do montante arrecadado no ano transacto. As vendas totalizaram 5,3 milhões de escudos.

## 4.2 - Emissão de Notas e Moedas

No final do ano de 2008, o valor das notas emitidas<sup>3</sup> pelo Banco de Cabo Verde totalizava 14.256 milhões de escudos cabo-verdianos, traduzindo um aumento de 15,92% face ao valor registado no final de 2007. Em valor absoluto, esse aumento foi de 1.958 milhões de escudos.

**Quadro 47 - Emissão de Notas**

Denominação CVE	Dez-06	Dez-07	Dez-08	milhares de escudos	
				Δ 2007-2008	
				Valor	%
100	0	0	0	0	-
200	269.029	280.678	313.536	32.858	11,71
500	110.309	508.530	444.281	-64.249	-12,63
1000	2.622.161	2.690.735	3.313.802	623.067	23,16
2000	5.306.667	6.381.613	7.654.609	1.272.996	19,95
2500	0	0	0	0	-
5000	2.280.925	2.436.340	2.529.795	93.455	3,84
TOTAL	10.589.091	12.297.896	14.256.023	1.958.127	15,92

Fonte: BCV

À semelhança dos anos anteriores, regista-se uma evolução pouco homogénea da emissão, por denominação, com variações substancialmente diferentes face ao valor total das notas emitidas no período. A nota de 500 escudos assinala uma variação negativa de 12,63%, enquanto a nota de 5.000 escudos observa uma variação positiva de apenas 3,84%. A nota de 5.000 escudos, por se tratar de uma denominação de maior valor facial, é pouco apetecida pelo público e consequentemente pouco circulada o que justifica a variação de apenas 3,84%. Por outro lado, a inexistência de equipamentos específicos que potenciam a eficiência no tratamento das notas pelos serviços de escolha poderá ter contribuído para as variações verificadas nas denominações de 1.000 e 2.000 escudos de 23,16% e 19,95%, respectivamente.

No ano de 2008 foram retiradas da circulação 4,17 milhões de notas no valor de 4.343,7 milhões de escudos por não oferecerem qualidade para serem recolocadas em circulação, para as quais contribuíram cerca de 22,6% nas denominações de 200 escudos, 17,16% nas denominações de 500 escudos, 37,24% nas de 1.000 escudos, 20,29% nas de 2.000 escudos e de apenas 2,62% nas denominações de 5.000 escudos.

<sup>3</sup> O valor das notas emitidas a que se refere o agregado emissão monetária é obtido pelo total das notas emitidas deduzidas das notas inutilizadas para amortização e posterior destruição.

O *stock* de notas ainda por emitir encontra-se reflectido no quadro abaixo, que realça as variações constatadas a nível da emissão.

Relativamente às moedas emitidas, no final de 2008, estas ascendia a um valor de 25,7 milhões de escudos, sobretudo das denominações de 10, 20 e 100 escudos, que em conjunto contribuíram com 70,45% do valor emitido. No período em análise as moedas totalizaram um valor de 450 milhões de escudos, reflectindo um acréscimo de apenas 6,02% em relação ao ano transacto.

O stock de moedas por emitir, bem como a sua evolução nos últimos três anos, encontra-se reflectido no quadro a seguir e traduz as moedas emitidas e colocadas em circulação, bem como aquelas tratadas para o mercado de coleccionadores. As maiores variações registam-se a nível das moedas de menor valor facial, sobretudo nas denominações de 1 e 5 escudos.

## 5. Actividades do Banco de Cabo Verde

### 5.1 - Comunicação Externa e Relações Internacionais

Tendo em vista uma maior abertura do Banco às instituições da sociedade, a política de comunicação do BCV centrou-se no decurso de 2008 na prossecução da melhoria da divulgação de informações e no reforço da sua imagem de forma a salvaguardar o seu prestígio e credibilidade.

Para além da divulgação dos resultados de investigação e estudos de carácter técnico-científico realizados, o Banco de Cabo Verde deu continuidade à divulgação de relatórios e outras publicações, nomeadamente o Relatório Anual, Relatório ao Governo, Boletim Económico, Boletim de Estatísticas e Boletim de Indicadores Económicos. O programa de Educação Financeira continuou, com a edição dos Cadernos de Educação Financeira e publicação de brochuras divulgadas nas escolas secundárias bem como o lançamento do Concurso “Jovem Economista” em 2008.

No âmbito da promoção do desenvolvimento do sistema financeiro, ao longo de 2008 foram realizadas conferências e workshops com a participação de especialistas e estrangeiros e sobre o *Papel dos Bancos Centrais no contexto de Crise Internacional*, sobre *“O Enquadramento Jurídico da Supervisão do Mercado de Valores”* e a *“Promoção do Mercado de Capitais”*. Adicionalmente foi realizado o Curso de credenciação de avaliadores de imóveis.

A nível das relações internacionais, as acções levadas a cabo pelo BCV continuaram a privilegiar a continuidade e o reforço das parcerias existentes com instituições e organismos internacionais. Foram elaborados os dossiers de acompanhamento das actividades de instituições internacionais e seguimento das acções de cooperação, em especial com o Banco de Portugal e com o FMI. O Banco continuou a desenvolver em 2008 contactos no seio da comunidade internacional, fazendo-se representar em encontros internacionais, de que se destaca a participação nos seguintes encontros:

- 18.º Encontro de Lisboa, entre as delegações do Banco de Portugal e dos Bancos Centrais dos Países da CPLP;
- Assembleias Anuais Conjuntas do FMI/Banco Mundial, em Washington;
- X Fórum de Sistemas e Tecnologias de Informação entre representantes dos Bancos Centrais da CPLP, em Angola

- 5º Encontro sobre Sistemas Estatísticos Nacionais dos Bancos Centrais dos PALOP, em Cabo Verde;
- 3º Encontro sobre Sistemas de Pagamentos dos Bancos Centrais;
- Simpósio sobre Globalização, Inflação e Política Monetária, em Paris;
- Participação na 24ª e 25ª reunião da COMACC (Comissão de Acompanhamento do Acordo de Cooperação Cambial com Portugal);
- Adesão do Banco de Cabo Verde à IAIS - Associação Internacional de Supervisores de Seguros, no âmbito do reforço das suas capacidades e como reconhecimento do esforço do BCV em alcançar os requisitos internacionais de supervisor das instituições financeiras;

## 5.2 - Estatísticas e Estudos Económicos

O BCV é um órgão produtor de estatísticas sectoriais. Assim desenvolve, recolhe, compila e divulga um amplo conjunto de estatísticas e realiza estudos que apoiam a política monetária e cambial. Tendo em atenção que estas estatísticas também estão sendo cada vez mais utilizados pelos agentes económicos, pelas universidades e pelo público em geral, a aposta na melhoria da qualidade das análises elaboradas constituiu preocupação constante da Instituição.

Assim em 2008, tal como em anos precedentes, a disponibilização de estatísticas e a realização de estudos decorreram de forma regular. A produção de análises para vários documentos, nomeadamente o Relatório Anual do Conselho de Administração, o Relatório ao Governo, o Boletim Económico, a Síntese Mensal de Conjuntura, os *Working Papers* e outros estudos realizados, constituíram um grande contributo para o objectivo amplo de “aumento da capacidade de análise e avaliação da conjuntura nacional”.

No que se refere às estatísticas monetárias, deu-se continuidade à compilação e divulgação da síntese monetária e do balanço consolidado do Banco Central e dos bancos de depósito. Procedeu-se, regularmente, à divulgação da informação acima referida na página de internet do Banco de Cabo Verde, em boletins com periodicidade mensal e trimestral, bem como de outras informações estatísticas, nomeadamente as estatísticas de preços e de câmbios, as estatísticas da dívida interna pública e de taxas de juro desta feita com taxas de juro ponderadas pelos respectivos montantes).

Da agenda de uma das missões de assistência técnica do FMI constou a adopção das recomendações do Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras (MFSM) e do respectivo guia de compilação, nomeadamente no que se refere à derivação dos formulários standard de reporte (FSR) de dados monetários ao Departamento de Estatísticas do FMI (STA). Foram compiladas as primeiras estatísticas da Síntese Financeira, de acordo com o formato FRS do FMI. Mensalmente já se efectua o reporte das estatísticas monetárias para o FMI, no formato definido pelos formulários 1SR, 2SR e 6SR, em formato excel, pois ainda não se encontra regularizado o reporte pelo sistema ICS (reporte único), através do qual se pretende alimentar uma base de dados integrada que satisfaça as necessidades do BCV, do STA e do Departamento Africano (AFR).

O seguimento diário da evolução dos principais agregados monetários, bem como a sua projecção e contínuo aperfeiçoamento da ferramenta “Modelo de Programação Financeira e Sustentabilidade da Dívida Externa”, permitiu fornecer informação estatística de suporte às análises e decisões de política monetária, bem como à avaliação do cumprimento das metas quantitativas fixadas pelo acordo PSI assinado com o FMI.

Pela primeira vez procedeu-se á divulgação do PII, quadro analítico contendo o stock de activos e passivos externos da economia por sectores institucionais, bem como à divulgação de uma nota explicativa respeitante à sua elaboração.

As principais funções, no âmbito dos estudos económicos e estatísticas, consistem em fornecer resultados de estudos relevantes para o aconselhamento no âmbito da política monetária e outras atribuições do BCV; elaborar e aplicar os respectivos modelos e instrumentos analíticos; manter e utilizar modelos econométricos para as previsões económicas e comparação dos efeitos de políticas alternativas; comunicar com a comunidade académica, por exemplo através da publicação dos resultados dos estudos em jornais estrangeiros, organização de conferências e trabalhos de investigação. Assim, deu-se particular ênfase à realização de estudos no âmbito do programa de realização de *Working Papers* e *Discussion Papers*. O primeiro deles incidiu no estudo sobre a Estimação da Taxa de Cambio Real para a Economia Caboverdiana e o segundo sobre a Análise de Choques de Política Monetária em Cabo Verde.

De realçar, a elaboração dos *discussion papers* versando sobre: a problemática da evolução do USD e o seu impacto na Balança de Pagamentos de país, e o teste de sazonalidade das estatísticas monetárias. De igual modo, deu-se continuidade aos trabalhos de modelização econométrica e feitos exercícios de trimestralização e estimação do produto.

### **5.3 - Actividades em outras áreas**

#### **5.3.1 - Área Monetária e Cambial**

No âmbito dos objectivos de política monetária e cambial definidos para 2008, no seguimento do ano anterior, foi sobretudo privilegiado o controlo e gestão das reservas externas, particularmente nas vertentes rendibilidade e risco, o seguimento dos desenvolvimentos nos mercados internacionais (com a elaboração de reportes diários) e a previsão de liquidez, também numa base diária. Paralelamente, deu-se continuidade ao processo de alargamento do número de contrapartes e acompanhou-se a alteração do sistema de confirmação de transacções no SWIFT (BKE para RMA).

#### **5.3.2 - Área de Sistema de Pagamento**

O ano de 2008, tal como o de 2007, foi particularmente importante para a afirmação desses serviços, com ganhos importantes conquistados a nível da implementação de projectos estruturantes para o desenvolvimento do sistema financeiro.

Assim, em conformidade com os objectivos prioritários definidos pelo Banco no exercício de 2008, as contribuições desses serviços incidiram sobretudo sobre as seguintes prioridades: i) operacionalizar o PIGIT, particularmente do SGDL e do Sistema de Telecompensação de Cheques; ii) contribuir para a modernização do quadro legal e regulamentar do sistema bancário; e iii) reforçar o desenvolvimento institucional. o desenvolvimento do sistema de pagamentos na óptica da eficiência e da segurança e a promoção do desenvolvimento institucional do Banco.

#### **5.3.3 - Área da Supervisão**

No quadro dos objectivos delineados para 2008, mereceram particular destaque os trabalhos de Modernização do Quadro Legal e Regulamentar, em que foram elaborados, na

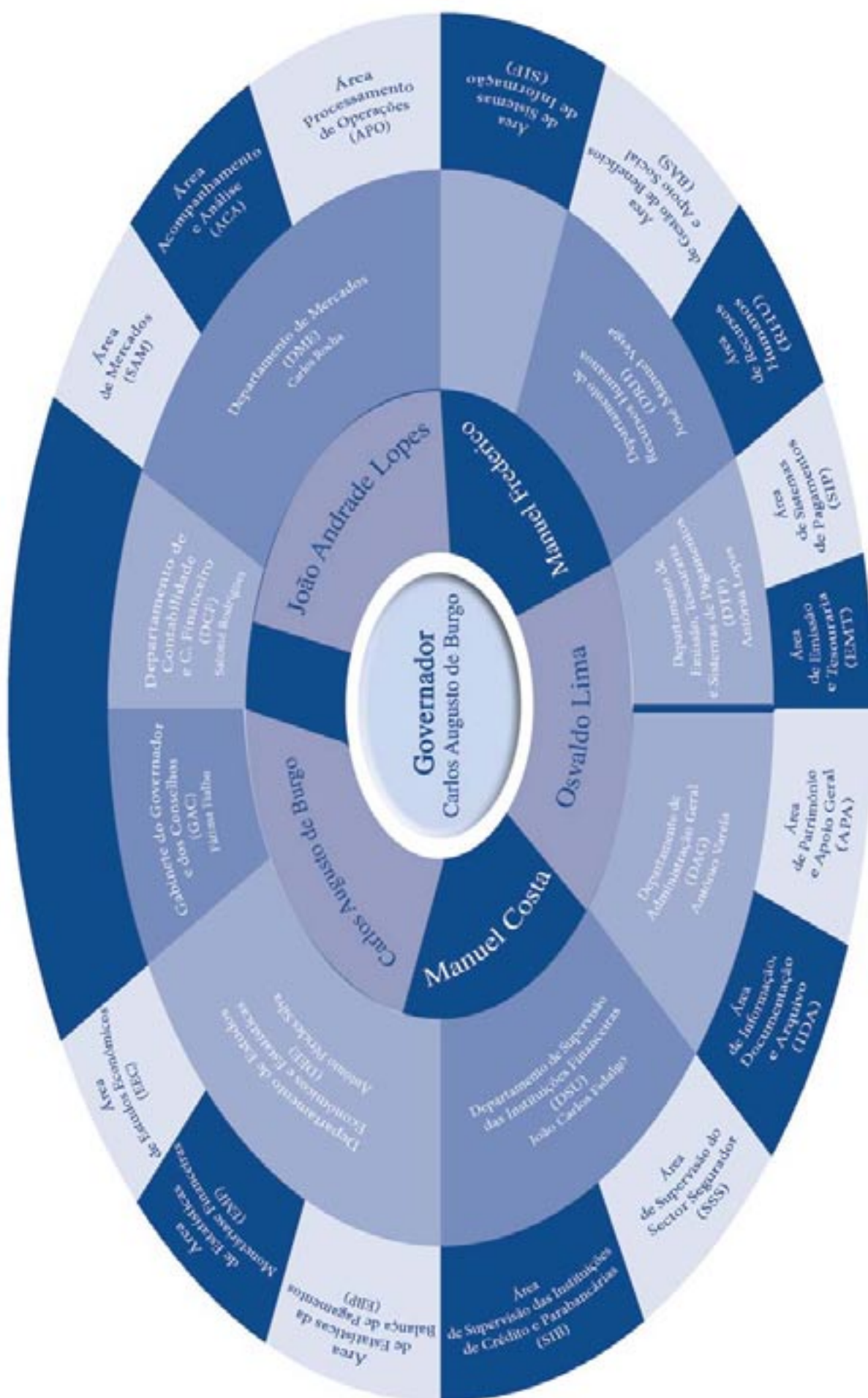
forma de instruções técnicas, os regulamentos referentes às NICs e IFRS e os referentes à matéria prudencial.

Ainda neste período, deu-se por concluído o projecto Central de Risco Extranet, em que foi designado o Banco Interatlântico como um banco piloto para ensaio da comunicação através da SISP. Relativamente ao Sector de Seguros destaca-se a conclusão do Projecto de Modernização do Quadro Legal e Regulamentar do Sector Segurador e a elaboração do Novo Plano de Contas do Sector Segurador adaptado às Normas Internacionais de Contabilidade.

## **Capítulo 4**

### **ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO**







## Capítulo 4 - Enquadramento Institucional e Organização

### 1. Órgãos de Gestão do Banco de Cabo Verde

O Banco de Cabo Verde, de acordo com a sua lei orgânica, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e tem a sua sede na cidade da Praia. O Banco de Cabo Verde é o Banco Central da República, devendo nessa qualidade ter como atribuições assegurar e regular a criação, a circulação e o valor da moeda nacional.

São órgãos do Banco o Governador, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo.

Ao Governador compete representar e actuar em nome do Banco junto das instituições e organismos internacionais ou estrangeiros; superintender na coordenação e dinamização da actividade do Conselho de Administração e convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração e das comissões especiais deste emanadas; superintender em tudo o que se relacione com os interesses do Banco e com a sua actividade geral.

Ao Conselho de Administração compete a orientação geral e a prática de todos os actos necessários ou convenientes à prossecução dos fins cometidos ao Banco e que não sejam abrangidos na competência exclusiva de outros órgãos, sendo de destacar os seguintes: propor ao Governo a política monetária e cambial; apresentar ao Governo, a pedido deste ou por iniciativa própria, propostas legislativas sobre matérias das atribuições do Banco; aprovar regulamentos e outros actos normativos, no âmbito das atribuições do Banco, de cumprimento obrigatório pelas entidades sujeitas à sua supervisão; decidir sobre a orientação dos mercados monetário, financeiro e cambial; aprovar o plano de contas do Banco; elaborar um regulamento interno do Banco no qual defina a estrutura organizacional, as competências e funções dos serviços que a integram, as normas gerais a observar no desenvolvimento das actividades a seu cargo e, em geral, o que se revele adequado, tendo em vista o seu bom funcionamento; definir a política de pessoal, bem como a salarial; aprovar o plano anual de actividades, o orçamento de exploração e ainda o balanço, relatório e contas de cada exercício.

Como órgão de fiscalização do Banco, compete ao Conselho Fiscal: acompanhar o funcionamento do Banco e o cumprimento das leis e regulamentos que lhe são aplicáveis; examinar a escrituração, as casas-forte e os cofres do Banco, sempre que o julgue conveniente, com observância das inerentes regras de segurança; emitir parecer acerca do orçamento, assim como do balanço e contas anuais; pronunciar-se acerca de qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Governador ou pelo Conselho de Administração; elaborar um relatório anual sobre a sua acção fiscalizadora.

O Conselho Consultivo é composto pelo Governador do Banco, que preside, e pelos antigos Governadores, por três personalidades de reconhecida competência em matéria económica, financeira e empresarial, um representante das entidades supervisionadas pelo Banco e pelo Presidente do Conselho Fiscal. Compete ao Conselho Consultivo pronunciar-se, não vinculativamente, sobre: o relatório anual da actividade do Banco, a actuação do Banco decorrente das funções que lhe estão cometidas; outros assuntos que lhe sejam submetidos pelo Governador ou pelo Conselho de Administração.

## 2. Recursos Humanos

Mantendo a perspectiva da melhoria contínua dos seus Recursos Humanos, o BCV continuou, em 2008, a apostar na contratação de técnicos especializados, na promoção da formação contínua, tanto a nível académico quanto técnico-profissional, e na actualização e reforço dos seus Instrumentos de Gestão de Recursos Humanos, como forma de dar resposta aos desafios que se colocam à Instituição.

No final de 2008, o Banco de Cabo Verde contava com um total de 115 efectivos, um a mais do que no final de 2007, sendo 101 pertencentes ao quadro do pessoal e 14 contratados fora do quadro. Ressalta-se a entrada no quadro do Banco de novos técnicos reforçando assim o quadro de colaboradores.

O Banco de Cabo Verde tem adoptado a política de recrutar técnicos com sólida formação superior e o ano de 2008 não fugiu a esta orientação estratégica. A percentagem de funcionários do BCV habilitados com formação superior é de 46,2%. O Banco continua a política de incentivo para estudos, concedendo apoio aos trabalhadores estudantes, participando no pagamento de propinas e na aquisição de materiais didácticos. Esta política visa a promoção do aumento do nível de escolaridade dos funcionários da instituição e gerar o desenvolvimento de novas competências técnicas e pessoais que funcionam como uma mais-valia para a instituição.

### Quadro 48 - Nível académico

	Homens	Mulheres	TOTAL
Mestrado	3	2	5
Pós-Graduação	5	5	10
Licenciatura	13	16	29
Curso Médio	-	4	4
12º Ano	6	4	10
Curso Complementar 10º e 11º Ano	6	3	9
Curso Geral	7	10	16
EBI – Ensino Básico Integrado	5	12	18
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>56</b>	<b>101</b>

Fonte: BCV

A componente da formação é importante para o Banco de Cabo Verde e nesse âmbito, principalmente nas áreas financeiras, cerca de 50% dos funcionários participaram em acções de formação, com duração variável, de carácter essencialmente técnico.

### Quadro 49 - Participantes em Acções de Formação

	N.º de Funcionários
Banco de Portugal - Estágios, Cursos	17
Formações em áreas específicas	40
<b>Total</b>	<b>57</b>

Fonte: BCV

No que se refere ao Desenvolvimento de Recursos Humanos, nomeadamente à sua componente de Avaliação de Desempenho, concretizou-se a revisão do Portfólio de

Competências, procurando um maior equilíbrio entre as competências em avaliação e as funções exercidas pelos avaliados.

Ainda nesta perspectiva de melhoria contínua dos Instrumentos de Gestão de Recursos Humanos, procedeu-se à actualização do Qualificador de Funções, tratando-se da segunda actualização realizada e que teve como objectivo qualificar novas funções resultantes de evolução funcional da instituição e da dinâmica do contexto em que esta se insere, demonstrando uma forte capacidade adaptativa por parte do BCV.



## Capítulo 5

### BALANÇO E CONTA DE RESULTADOS



## Capítulo 5 - Balanço e Contas de Resultados

### Análise Financeira

#### Resultado

Em 31 de Dezembro de 2008, o resultado do Banco de Cabo de Verde apurado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ascende a 29.166 milhares de escudos negativos, evidenciando um decréscimo significativo face a 2007. Esta evolução ficou a dever-se, essencialmente, à moderação do ritmo de crescimento da margem financeira relacionada com a queda das taxas de juro no mercado internacional, aos prejuízos em operações financeiras resultantes da efectivação de operações cambiais em dólares americanos, que conheceu uma depreciação nominal até Setembro de 2008 e à desvalorização de títulos emitidos por não residentes, esta associada à crise económica e financeira internacional desencadeada nos EUA no verão passado.

#### Balanço

Em 31 de Dezembro de 2008, o Activo líquido do Banco de Cabo Verde atinge 41.420.720 milhares de escudos e evidencia um acréscimo de 4,66% face a 2007, o qual se deve, particularmente, à evolução das reservas cambiais. Estas ascendem a 31.158.427 milhares de escudos, cerca de 5,61% acima do montante alcançado em 2007, reflectindo os influxos externos provenientes de desembolsos de Parceiros Estratégicos de Desenvolvimento e de Organismos Financeiros Internacionais, no quadro da consolidação de projectos de investimento e da ajuda orçamental, a compra de divisas às instituições de crédito, no âmbito de execução da política monetária e a apreciação nominal do USD verificado no final do exercício.

Repercutindo as alterações cambiais acima referidas, as responsabilidades para com residentes crescem na ordem dos 4,81%, retratando o acréscimo de 9,63% das responsabilidades para com as instituições financeiras, já que as responsabilidades para com o Estado, não obstante os desembolsos externos, acusam um decréscimo de 18,01%, associado aos pagamentos correntes e ao resgate/reembolso de parte de dívida pública interna.

As responsabilidades para com as instituições financeiras traduzem depósitos das instituições de crédito, decorrentes da constituição das disponibilidades mínimas de caixa, os depósitos *overnight* e as operações passivas de política monetária no combate à liquidez excedentária no sistema. Agregam, ainda, os depósitos de instituições financeiras não bancárias, designadamente, da SISP, das Agências de Câmbio e da Bolsa de Valores.

# Balço Comparativo 2008/2007

Milhares de escudos									
Rubricas	Notas	01-01-2007	31-12-2007	31-12-2008	Rubricas	Variação 08/07		Variação 08/07	
						Absoluta	%	Absoluta	%
<b>Activos</b>					<b>Passivos</b>				
<b>Reservas Cambiais</b>					Notas e moedas em circulação				
Disponibilidades e outras aplicações	3	22.532.139	29.504.675	31.158.427	Responsabilidades para com o exterior	1.653.752	5,61	(1.817.292)	4,62
Crédito a não residentes	4	12.216.362	17.189.668	19.316.586		2.126.918	12,37	(367.354)	3,70
Títulos estrangeiros	5	9.243.716	11.308.428	10.775.380	Responsabilidade para com residentes	-533.048	-4,71		
Activos sobre Organismos Internacionais	6	1.071.729	1.006.280	1.066.461	Responsabilidades p/c/instituições financeiras	60.181	5,98	(1.197.048)	4,81
Outros activos sobre o exterior		332	298	0	Responsabilidades p/com o Estado	-298	-100,00	(142.383)	23,24
<b>Crédito Interno</b>		<b>625.418</b>	<b>582.974</b>	<b>560.083</b>	Responsabilidades para com residentes MN	-22.891	-3,93	(22.568)	614,66
Crédito a IF	7	19.132	3.336	1.467	Responsabilidades p/c/instituições financeiras	-1.869	-56,03	(119.816)	19,67
Crédito ao Estado	8	98.541	98.541	98.541	Responsabilidades p/com o Estado	0	0,00	(1.054.665)	4,34
Crédito a outras entidades	9	507.745	481.097	460.075	Responsabilidades p/com o Estado	-21.022	-4,37	(1.957.367)	9,53
<b>Títulos Nacionais</b>	10	<b>8.815.855</b>	<b>8.889.887</b>	<b>9.082.142</b>	Outros passivos			902.702	-24,15
Investimentos em associadas	11	65.351	75.754	114.284	Responsabilidades p/c/Fundo de pensões	192.255	2,16	(109.392)	4,47
Medalhistica/Numismática	12	105.618	112.827	107.971	Responsabilidades p/c/Prémios de antiguidade	38.531	50,86	(112.059)	4,88
Activos Tangíveis	13	252.895	252.466	263.709	Outras responsabilidades para c/fundo	-4.856	-4,30	(32.512)	8,86
Activos Intangíveis	13	13.358	21.593	17.131	Exigibilidades diversas	11.242	4,45	(31.350)	0,00
<b>Devedores e outros activos</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	Contas de regularização passiva	-4.462	-20,66	(83.079)	-6,01
Contas de regularização activas	14	49.325	134.797	116.973	Provisões			(64.739)	9,70
					Capital			0	0,00
					Reservas			(28.455)	13,18
					Resultado do exercício	-17.824	-13,22	0	0,00
					Resultados transitados			(177.214)	23,89
					Aprovados			207.425	-116,36
					Aguardando aprovação de contas			(58.666)	-6,49
					Diferenças de alteração de políticas contabilísticas				
<b>Total activo</b>		<b>32.459.959</b>	<b>39.574.973</b>	<b>41.420.720</b>	<b>Total passivo e capitais próprios</b>	<b>1.845.747</b>	<b>4,66</b>	<b>(1.845.747)</b>	<b>4,66</b>



## Demonstração de Resultados 2008/2007

Milhares de escudos					
Rubricas	Notas	31-12-2007	31-12-2008	Variação 08/07	
				Absoluta	%
Juros e proveitos equiparados	25	(1.340.205)	(1.472.298)	(132.093)	9,9
Juros e custos equiparados	26	273.399	351.302	77.902	28,5
<b>Margem Financeira</b>		<b>(1.066.806)</b>	<b>(1.120.996)</b>	<b>(54.190)</b>	<b>5,1</b>
Rendimentos de títulos	27	(144.719)	(170.535)	(25.816)	17,8
Comissões e outros proveitos e lucros	28	(20.748)	(23.988)	(3.241)	15,6
Comissões e outros custos bancários	29	32.950	34.487	1.536	4,7
Lucros em operações financeiras	30	(20.656)	(105.156)	(84.500)	409,1
Prejuízos em operações financeiras	31	249.673	874.350	624.677	250,2
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		0	0	0	0,0
Resultados em empresas associadas	32	(10.403)	(38.531)	(28.128)	270,4
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	33	138.584	(116.669)	(255.253)	-184,2
Resultados de alienação de outros activos	34	35	326	291	100,0
Outros resultados de exploração	35	8.508	5.348	(3.159)	-37,1
<b>Produto Bancário</b>		<b>233.225</b>	<b>459.633</b>	<b>226.407</b>	<b>97,1</b>
Custos com emissão e destruição de notas e moedas	36	19.858	64.239	44.381	223,5
Custos com pessoal	37	476.125	495.804	19.679	4,1
Fornecimento e serviços de terceiros	38	153.994	134.856	(19.138)	-12,4
Depreciações e amortizações	13	34.912	37.990	3.078	8,8
Provisões para riscos de crédito (líquidas de reposições e anulações)	9	(25.692)	(40.558)	(14.866)	57,9
Recuperação de crédito, juros e despesas	9	(3.876)	(1.802)	2.074	-53,5
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0	0	0	0,0
<b>Resultado de Exercício</b>	<b>24</b>	<b>(178.259)</b>	<b>29.166</b>	<b>207.425</b>	<b>-116,4</b>
Realizado		(249.344)	(465.164)	(215.820)	86,6
Não realizado		71.085	494.330	423.245	595,4

## Mapa de Variação de Capitais Próprios

	Milhares de escudos					
	Saldo em ano N-1	Aumentos	Pagamento dividendos	Transferências de ganhos não realizados para reservas	Outras transferências¹	Saldo em ano N
Capital Social	(200.000)					(200.000)
Reserva legal/geral	(241.332)	0		(29.898)		(271.231)
Reservas de Reavaliação	(500.587)	(147.316)				(647.902)
Resultantes da valorização ao justo valor	(512.034)	(146.051)				(658.085)
Associadas às diferenças cambiais	11.447	(1.265)				10.183
Resultantes de valorização ao custo						
Outras reservas						
Total Reservas	(741.919)	(147.316)		(29.898)		(919.133)
Resultado transitado	904.301	0				904.301
Resultado do exercício N-1	(178.259)	(0)	44.847	74.746		(58.666)
Resultado do exercício N		29.166				29.166
Capitais Próprios	(215.876)	(118.150)	44.847	(44.847)		(244.331)

<sup>1</sup> Incluem a constituição e reposição de provisões que não cumprem com os requisitos das IFRS, conforme a decisão do CA.

Comentário: na ausência de coluna específica, a transferência dos ganhos não realizados para reservas deverá ser incluída na coluna de transferências.

Comentário: na ausência de coluna específica, a "constituição" e "reposição" de provisões que não cumprem os requisitos das IFRS, devem ser incluídas na colunas de transferências.

**Anexos às Demonstrações Financeiras  
em 31 de Dezembro de 2008**

**(Valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos = ECV)**

## **Nota 1: Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas**

### **1.1 - Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), em conformidade com o artigo 58º nº 2 da Lei Orgânica do BCV (Lei n.º 10/VI/2002, de 15 de Julho).

### **1.2 - Comparabilidade das informações**

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007/2008 foram convertidas para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, nos termos previstos na IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, sendo o impacto da introdução destas normas apresentado na nota 23.

### **1.3 - Resumo das principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras IFRS são as seguintes:

#### **a) Especialização dos exercícios**

O Banco segue o princípio contabilístico de especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas que são registadas à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

#### **b) Transacções em moeda estrangeira**

Os activos e passivos do Banco em moeda estrangeira são convertidos para escudos cabo-verdianos com base nas taxas de câmbio oficiais em vigor na data das demonstrações financeiras.

Os custos e proveitos em moeda estrangeira são por sua vez convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor à data de liquidação das operações.

#### **c) Operações em moeda estrangeira e apuramento de resultado cambial**

O Banco apenas realiza operações cambiais à vista sendo estas registadas contabilisticamente na data de liquidação. As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de escudos cabo-verdianos são registadas à taxa de câmbio da transacção. No caso de compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de outra moeda estrangeira, são registadas em escudos cabo-verdianos pelo contravalor em escudos cabo-verdianos da moeda vendida na data de contrato à taxa de câmbio oficial ("spot").

O apuramento de ganhos ou perdas cambiais de operações realizadas em moeda estrangeira é efectuado no final de cada mês e por referência ao custo médio (CM). De acordo com este método, o câmbio médio ponderado de cada divisa é apenas alterado pelos movimentos de entradas de divisas em moeda estrangeira. Os resultados das vendas são determinados pelo diferencial entre o valor de transacção e o custo médio ponderado apurado em final de mês.

No final do mês correspondente o custo médio da posição cambial da moeda é afectado, pelo valor das divisas compradas.

**d) Reconhecimento de ganhos e perdas não realizados em activos e passivos em moeda estrangeira.**

De acordo com as IFRS, os ganhos e as perdas, realizados, provenientes da variação do justo valor são levados às contas de resultados realizados.

Os ganhos e as perdas, não realizados, provenientes da variação do justo valor, são reconhecidos nos resultados não realizados, com excepção dos relativos aos activos classificados como disponíveis para venda.

Para os activos financeiros categorizados como disponíveis para vendas, os ganhos e perdas, não realizados, provenientes de alterações no justo valor são reconhecidos em reservas de reavaliação.

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade (ver parágrafo 59.), a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio deve ser removida do capital próprio e reconhecida nos lucros ou prejuízos ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido. Na alienação desses activos, os ganhos ou perdas também são transferidos para a conta de resultados.

As perdas não realizadas para essas categorias de activos que excederem os ganhos não realizados são reconhecidas em resultados realizados.

Os ganhos e as perdas, realizados ou não, provenientes de alterações na taxa de câmbio são levados às contas de resultados, realizados ou não, de modo a se cumprir com o disposto na IAS 21 - Efeitos de alteração em taxas de câmbio, com excepção dos ganhos e perdas não realizados de instrumentos não monetários de activos financeiros disponíveis para venda, que são reconhecidos em reservas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados nas mesmas proporções da participação do Banco, enquanto que as perdas não realizadas são também eliminadas mas, apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

**e) Activos financeiros**

Os activos devem ser registados ao preço de transacção e contabilizadas nas contas ao *clean price* (preço de transacção excluindo quaisquer abatimentos ou juros corridos mas incluindo os custos de transacção inerentes ao preço).

As comissões de custodiam e de gestão, de conta corrente e outros custos indirectos não são considerados custos de transacção, sendo inscritos na conta de resultados. Também não devem ser considerados como parte integrante do custo médio de determinado activo.

As aquisições e alienações desses activos são reconhecidos na data da negociação (*trade date*) ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo e são desreconhecidos quando:

- (i) Expiram os direitos contratuais do Banco de receber os seus fluxos de caixa;

(ii) O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados á sua detecção ou

(iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

A classificação dos activos financeiros depende da intenção subjacente à aquisição do investimento e é definida no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

### **Activos financeiros ao justo valor através de resultados**

Esta categoria inclui (i) activos financeiros detidos para negociação e (ii) activos financeiros ao justo valor através de resultados - activos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor.

Activos financeiros de negociação são títulos transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou compra no curto prazo.

Os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Quando a variação do justo valor do instrumento derivado detido para negociação for negativa, este deverá ser registado na conta do passivo de negociação.

O Banco não tem instrumentos financeiros derivados

### **Activos financeiros disponíveis para venda**

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos monetários e não monetários, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos detidos até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos nas reservas de reavaliação, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas são transferidos para resultados.

As variações cambiais associadas a esta categoria de activos são reconhecidas também em reservas de reavaliação no caso de instrumentos não monetários e em resultados no caso de instrumento monetários.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados enquanto que os dividendos resultantes de um instrumento não monetário disponível para venda são reconhecidos nos lucros ou prejuízos quando o direito da entidade de receber for estabelecido.

### **Investimentos detidos até à maturidade**

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade definida que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Os investimentos detidos até maturidade são mensurados ao custo amortizado, isto é, deduzidos de prémios ou adicionados de descontos, deduzidos de perdas de imparidade. Os prémios ou descontos são tratados como juros, sendo amortizados à taxa efectiva até à maturidade desses títulos.

### **Créditos e saldos a receber**

Activos financeiros mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O custo amortizado é a quantia pela qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução quanto à imparidade.

O método de juro efectivo é o método de calcular o custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

### **f) Participações financeiras**

As participações financeiras são classificadas como disponível para venda, o que implica o seu reconhecimento ao justo valor, com as variações do mesmo incluindo as variações cambiais, a serem reconhecidas na reserva de reavaliação do justo valor.

Os dividendos são reconhecidos na data em que são recebidos.

Na valorização das participações do Banco, dada a ausência de cotação e de modelos de valorização, utilizou-se uma *proxy* - Método de Equivalência Patrimonial - na determinação da estimativa do justo valor das participações, com recurso ao relatório e contas das participadas.

Entende-se pelo método de equivalência patrimonial o método contabilístico em que um investimento é inicialmente reconhecido ao custo e ajustado posteriormente pela percentagem detida nos capitais próprios da participada. Os resultados do investidor incluem a sua participação proporcional nos resultados da participada.

### **g) Imparidade**

O Banco deverá avaliar com regularidade se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos. Para activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação e, (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser estimado com razoabilidade.

Considera-se indicador de imparidade quando o decréscimo significativo for superior a 20% ou quando este perdurar por um período prolongado (> 6 meses).

No que se refere aos investimentos detidos até maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso os activos tenham uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual determinada com base nas regras de cada contrato. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir e essa diminuição estiver objectivamente relacionada com o evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reserva correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecido em resultados é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida de instrumentos monetários é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com o evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos não monetários não podem ser revertidas.

Para activos categorizados como créditos e saldos a receber, as perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

#### **h) Investimento em associadas**

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Banco adquire a influência significativa (poder de participar nas decisões relativas às políticas financeiras e operacionais da empresa mas não no controlo dessas políticas - controlo definido de acordo com IAS 27) até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Banco iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Banco tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

#### **i) Activos intangíveis e activos fixos tangíveis**

Os activos intangíveis e fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade, com excepção dos equipamentos e mobiliários transitados para o Banco de Cabo Verde aquando do processo de cisão em 1993, tendo sido avaliados nessa altura.

O custo de aquisição corresponde ao preço de compra acrescidos de eventuais gastos suportados, directa ou indirectamente, na colocação do bem no local do destino.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas em base duodecimal segundo o método de quotas constantes, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais. Com excepção das alterações às taxas de amortização definidas na Circular Interna (CI) n.º 96/93, de 27 de Maio de 1993 (decorrentes do processo de separação do Banco Comercial do Atlântico) para bens reavaliados, veículos ligeiros/pesados-mistos e equipamentos informáticos, a legislação aplicável no que respeita às taxas de amortização, está contemplada na Portaria n.º 3/84 de 28 de Janeiro e na NAP 4/89. Considera-se que estas taxas não diferem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	Anos
• Imóveis	25
• Obras em imóveis	25
• Equipamento informático e de escritório	4 a 5
• Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
• Viaturas	4

Os terrenos e património artístico não são amortizados.

Na ausência de uma avaliação, o valor dos terrenos foi calculado com base na estimativa fiscal, correspondente a 25% do total do valor dos edifícios ao serviço próprio.

O activo intangível do Banco é composto essencialmente por despesas com a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de 3 anos pelo método das quotas constantes.

O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor total dos custos já incorridos pelo Banco. O imobilizado em curso é transferido para imobilizado firme quando começa a ser efectivamente utilizado, iniciando-se a sua amortização.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é o mais elevado entre o valor de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

#### **j) Economato**

Os bens de economato são registados ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas, utiliza-se o FIFO. Actualmente, esta conta não é utilizada para o fim em que fora criada uma vez que os bens de consumo corrente adquiridos são distribuídos directamente às unidades orgânicas.



## **k) Locação financeira**

A locação é classificada como financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade, caso contrário é considerado como operacional.

### **Como locador**

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros é feito com base numa taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

### **Como locatário**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo/passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e, (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Às datas de referência, o Banco detinha apartamentos em número de dois, situados em Achada S. António, cujos contratos configuram uma locação financeira.

## **l) Benefícios a empregados**

### **Pensões**

Os empregados do Banco encontram-se abrangidos por dois sistemas diferenciados: (i) um sistema que corresponde a trabalhadores no activo admitidos até 01/01/93 que beneficiam de um plano de benefícios definido e, (ii) um sistema que engloba os trabalhadores no activo admitidos após essa data, beneficiando de um plano de contribuição definida.

A IAS 19 define que nos planos de contribuição definida, a empresa paga contribuições fixas para uma entidade separada e não terá qualquer obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver activos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relacionados com os serviços prestados no exercício corrente e em exercícios anteriores.

Os planos de benefícios definidos são planos de benefícios pós emprego que não sejam de contribuição definida e definem critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependentes de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição, entres outros.

As responsabilidades com pensões de reforma devem ser calculadas anualmente, com base num estudo actuarial.

Os ganhos ou perdas actuarias determinadas anualmente, resultantes de (i) diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e, (ii) alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou passivo e o seu acumulado é imputado a resultados.

Os custos de serviços corrente e juros devem ser considerados como custos do exercício (custo com pessoal) e os desvios actuariais são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento das responsabilidades decorrentes da reforma antes do empregado atingir a idade estipulada.

### **Benefícios de saúde**

O cálculo e registo de benefícios das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

### **Prémios de antiguidade**

Em conformidade com a NAP nº12/2005, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores no activo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, prémio de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

Os prémios de antiguidade são contabilizados de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, com base no estudo actuarial.

O aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados é reconhecido em resultados.

### **m) Despesas com fabrico de notas e moedas**

As despesas com emissão de notas e moedas são reguladas pela estrutura conceptual não qualificando como activo em conformidade com nenhuma norma, nomeadamente a IAS 38.

Existem três opções para o reconhecimento das despesas com a emissão:

- (i) reconhecer como custo quando são liquidadas ao fornecedor (quando as notas e moedas são recebidas);
- (ii) Reconhecer como custo quando as notas e moedas são colocadas em circulação (será necessário definir um mecanismo de registo e controlo das despesas associadas a cada lote de notas e moedas) e,
- (iii) Amortizar durante o período de vida estimado das notas e moedas (opção não recomendada pela consultoria).

Dada a dificuldade em implementar o segundo método às datas de referência por inexistência de informação ou informação incompleta relativa à quantidade de notas e moedas em circulação (opção recomendada pela consultoria de modo a imputar os custos de fabrico à medida em que as notas e moedas são emitidas/postas em circulação), o Banco reconhece as despesas com emissão de notas e moedas nos resultados, à medida em que são incorridas.

### **n) Notas e moedas em circulação**

O valor de notas em circulação corresponde à diferença entre os montantes de notas e moedas emitidas as existências em caixa no Banco de Cabo Verde e as em trânsito.

As moedas retiradas de circulação, enquanto responsabilidade do Banco perante os detentores das mesmas, são relevadas numa conta de Exigibilidades diversas, até que sejam atingidos os respectivos prazos de prescrição.

Os custos inerentes à produção de notas e moedas são amortizados de modo escalonado pelo período de vida útil estimado das mesmas.

#### **o) Reservas**

De acordo com o n.º3 do artigo 57º da Lei Orgânica o Banco deverá constituir uma Reserva Geral, à qual afectará no final de cada exercício financeiro: (i) um quarto do resultado líquido, quando a Reserva Geral não exceder o capital mínimo realizado ou (ii) um sexto do resultado líquido quando a Reserva Geral exceder o capital mínimo e não exceder quatro vezes o seu capital realizado.

Caso o Banco incorra em prejuízo num qualquer exercício, o mesmo deve ser imputado à Reserva Geral e se esta for inadequada para cobrir o montante total do prejuízo, o saldo do prejuízo deverá ser levado para a conta de resultados transitados, a qual deverá ser coberta pelo Governo, num prazo máximo de 60 dias, através da entrega de fundos, títulos negociáveis datados e nos termos, condições e câmbios determinados pelo mercado de montante ou montantes necessários para corrigir o défice.

### **2.4 - Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas**

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos e, dos proveitos e custos.

Dada a inexistência de estudos actuariais relativos às responsabilidades para com fundos de pensões, prémios de antiguidade e outras responsabilidades para com fundos, considerou-se uma taxa anual de crescimento das responsabilidades de 3%, para pensões de reforma e de sobrevivência.

### **Nota 2 – Disponibilidade e outra aplicações**

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

#### **Quadro 50 - Disponibilidades e outra aplicações**

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
<b>Disponibilidades (i)</b>	<b>2.471.657,7</b>	<b>881.687,2</b>
Depósito a ordem no estrangeiro	2.434.249,4	860.008,2
Notas e moedas estrangeiras em caixa	37.408,3	21.679,0
<b>Aplicações (ii)</b>	<b>16.844.928,5</b>	<b>16.307.981,3</b>
Total	19.316.586,2	17.189.668,4

Fonte: BCV

(i) O acréscimo verificado em 2008, deve-se, fundamentalmente, aos influxos externos provenientes de desembolsos de Parceiros Estratégicos de Desenvolvimento e de Organismos Financeiros Internacionais, no âmbito da consolidação de projectos de investimento e da ajuda orçamental, da compra de divisas às instituições de crédito, enquadrada no âmbito de execução da política monetária, bem como do efeito da apreciação nominal do dólar americano no último trimestre do ano, pese embora os pagamentos externos efectuados.

(ii) Inclui um depósito de garantia afecto a investimentos em futuros financeiros, no montante de CVE 5.843 milhares.

A rubrica “Depósitos à ordem no estrangeiro” refere-se, essencialmente, a depósitos junto de Bancos Centrais e Comerciais sedeados na União Europeia e nos Estados Unidos da América e discriminam-se, por moeda, como segue:

**Quadro 51 - Depósitos à ordem no estrangeiro**

	(milhares de escudos)	
Depósitos à ordem	2008	2007
USD	1.482.333,0	541,0
EUR	944.640,0	855.032,0
DKK	4.228,0	55,0
NOK	1.639,0	74,0
CHF	709,0	614,0
GBP	346,0	3.363,0
SEK	258,0	7,0
XOF	-	162,0
Juros DO	95,8	160,0
Total	2.434.248,8	860.008,0

Fonte: BCV

Os saldos destas contas encontram-se actualizados ao câmbio médio de divisas em 31 de Dezembro de 2008.

A rubrica “Aplicações a curto prazo no estrangeiro – ME” em Dezembro de 2008, decompõe-se por moeda como segue:

**Quadro 52 - Aplicações a curto prazo no estrangeiro - ME**

	(milhares de escudos)	
	Valor ME	Contravalor
Aplicações		
EUR	113.067.741,4	12.467.414,0
USD	50.027.125,0	3.912.772,0
GBP	3.724.230,4	421.529,0
Juros de aplicações		43.213,6
Total		16.844.928,6

Fonte: BCV

## Nota 3 – Créditos a não Residentes

### Quadro 53 - Créditos a não Residentes

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Banco Nacional de Cuba		
Linha de crédito	107.302,0	102.963,0
Acordo técnico	31.112,0	29.855,0
Provisões	138.414,0	132.818,0

Fonte: BCV

A rubrica “Crédito a não residentes” refere-se a créditos concedidos no âmbito de acordos de pagamentos entre o Governo de Cabo Verde e o Governo de Cuba. A variação registada em 2008 é explicada essencialmente pela flutuação do câmbio do dólar americano, encontrando-se o saldo provisionado a 100%.

## Nota 4 – Carteira de Títulos Estrangeiros

### Quadro 54 - Carteira de títulos estrangeiros

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Activos financeiros detidos para negociação		
De instituições financeiras		
Obrigações	10.775.379,7	11.308.427,8
Total	10.775.379,7	11.308.427,8

Fonte: BCV

A gestão da carteira de títulos estrangeiros é efectuada pelo Banco Central do Luxemburgo ao abrigo de um acordo celebrado com o Banco de Cabo Verde em 14 de Setembro de 2002.

A totalidade da Carteira de Obrigações e Outros títulos de Rendimento Fixo é denominada em euros e vence juros a taxas que variam entre 3,50% e 6,50%. No período, a carteira acusa um decréscimo de 4,71% face a 2007, o qual se deve à desvalorização dos títulos em resultado da crise económica e financeira internacional.

## Nota 5 – Activos sobre organismos internacionais

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

### Quadro 55 - Activos sobre organismos internacionais

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Participações em outros organismos internacionais MN		
Fundo Monetário Internacional	982.055,2	934.280,6
Participações em outros organismos internacionais ME		
Afreximbank - Bank Africaine d Export- Import		
Realizado	112.809,1	108.199,8
Não realizado	-46.927,8	-45.030,6
Direitos de Saque especiais	18.524,8	8.830,7
	1.066.461,2	1.006.280,4

Fonte: BCV

A participação do BCV em organismos financeiros internacionais compreende quotas do Fundo Monetário Internacional - FMI (1,40% do património do Fundo).

A variação ocorrida no exercício de 2008 é explicada pelo reajustamento da dívida do Estado junto do FMI (e comunicado ao Banco) referente à reavaliação cambial das contas detidas pelo FMI no Banco em moeda nacional.

O saldo referente à participação no Afreximbank, representa o contravalor em milhares de ECV, da participação de USD 1.000.000 à taxa de câmbio que vigorava em 31 de Dezembro de 2008. Deste total, apenas USD 400.000 se encontram realizados. Essas participações não representam controlo ou influência significativa nas decisões desses organismos, o que determina sua contabilização de acordo com a NIC 39.

Esses activos são classificados como Disponível para Venda, sendo seu valor de mercado expresso em escudos.

A rubrica “Direitos de saque especiais” refere-se ao depósito no Fundo Monetário Internacional (FMI) correspondente a SDR 153.772.

## Nota 6 - Crédito a Instituições Financeiras

### Quadro 56 - Crédito a Instituições Financeiras

	2008	2007
Instituições Bancárias		
Facilidade permanente de Liquidez - Cedência	1.438,7	-
Outros créditos	-	-
Instituições ã Bancárias		
Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento	28,3	3.336,2
Total	1.467,0	3.336,2

Fonte: BCV

O valor referente à Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos diz respeito aos suprimentos concedidos à referida entidade.

## Nota 7 - Crédito ao Estado

**Quadro 57 - Crédito ao Estado**

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Financ. Estado- Conta corrente	-	-
Financ. Estado- Participação Org. Intern. - Protocolo 2/2004	98.540,8	98.540,8
	98.540,8	98.540,8

Fonte: BCV

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

A rubrica “Participação em organismos internacionais” refere-se a créditos concedidos ao Estado em escudos cabo-verdianos, para aquisição de quotas em organismos internacionais (BAD, BM, IDA). Estes créditos não vencem juros e foram concedidos por prazo indeterminado.

## Nota 8 - Crédito a Outras Entidades

**Quadro 58 - Crédito a Outras Entidades**

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Crédito ao pessoal		
Crédito habitação (i)	329.407	347.926
Outros créditos	99.278	93.656
Crédito e Juros vencidos	563.974	604.531
Imparidade para credito e juros	(563.974)	(604.531)
	428.686	441.582
IFH	29.846	37.904
Leasing Financeiro	1.543	1.611
	460.075	481.097

Fonte: BCV

(i) - vencem juros à taxa de 2,50%

O BCV concede crédito aos seus empregados abaixo das taxas de mercado, nomeadamente crédito à habitação, ao consumo e à saúde. De acordo com as IFRS os empréstimos concedidos abaixo da taxa de mercado devem ser registados no momento inicial ao justo valor. Por se tratar de um crédito sem risco e regulado no âmbito da norma de aplicação permanente em vigor na Instituição, considerou-se que o valor nominal do crédito é o justo valor do empréstimo.

Desta forma, os ajustamentos não têm impacto nos capitais, uma vez que a diferença entre juros nominais e juros de mercado é reconhecida nos proveitos de juros e nos custos com pessoal (por via da taxa de juro efectiva).

A rubrica “Outros créditos” inclui crédito ao consumo concedido aos funcionários em forma de adiantamento de vencimentos, no valor de ECV 85.845 milhares (vencem juros à taxa de 3,75%), crédito ao pessoal para finalidades diversas no montante de ECV 10.634 milhares e adiantamento por motivos de saúde e cumprimento de obrigações fiscais no

valor de ECV 2.797 milhares e ECV 2 milhares, respectivamente (sem qualquer remuneração).

A rubrica “Crédito e juros vencidos” reflecte créditos concedidos antes de 1 de Setembro de 1993, que dada a sua situação de mora, não transitaram para o Banco Comercial do Atlântico, aquando da cisão com o Banco de Cabo Verde. Os referidos créditos encontram-se totalmente provisionados.

Com vista à recuperação destes créditos, o BCV constituiu uma unidade operacional específica (URC – Unidade de Recuperação de Créditos) a qual foi extinta em 1999, passando essa responsabilidade para o Departamento Jurídico, que a partir de Abril de 2003 transferiu para o controlo do Departamento de Administração e Serviços de Apoio, a parte relativa aos créditos negociados e com pagamento regular. Em Novembro de 2005, o Conselho de Administração do Banco através da CI 84/05 destacou um técnico assessor para, em regime de exclusividade e por um período de 6 meses se ocupar da carteira de crédito mal-parado em conformidade com os Termos de Referência.

Em 2008, o montante de capital recuperado ascendeu a ECV 43.437 milhares (2007: ECV 25.692 milhares), sendo o valor dos juros cobrados de ECV 1.802 milhares (2007: ECV 3.876 milhares) (ver nota 20).

A sub-rubrica “IFH” reflecte o empréstimo concedido a esta entidade o qual é remunerado à taxa de 8,5%, sendo amortizado anualmente em prestações constantes de ECV 11.803 milhares. Este empréstimo foi concedido antes do processo de cisão ocorrido em 1993, onde foram destacadas do Banco, as vertentes comercial e desenvolvimento.

A rubrica “Leasing Financeiro” refere-se aos dois apartamentos arrendados, situados em Achada S. António, cujos contratos configuram uma locação financeira.

## Nota 9 – Títulos Nacionais

O saldo desta rubrica, em 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

### Quadro 59 - Títulos Nacionais

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Do Estado de Cabo Verde		
Obrigações de Tesouro	3.930.951,5	3.851.366,5
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (i)	5.064.051,7	4.967.268,6
Direito a receber dos 5% do CV Trust Fund	87.138,5	71.251,8
De outros residentes	0,0	13.880,0
Imparidade acumulada	0,0	-13.880,0
Total	9.082.141,7	8.889.886,9

Fonte: BCV

Os títulos nacionais encontram-se registados ao justo valor e categorizados como disponíveis para venda.

A rubrica “Obrigações do Tesouro”, no valor inicial de ECV 3.640.000 milhares de escudos, reflecte diversas obrigações emitidas em Agosto de 1999, pelo Estado Cabo-Verdiano com o objectivo de liquidar os créditos titulados por Protocolos existentes em 31



de Dezembro de 1998. As diversas emissões detidas em carteira têm vencimento anual a partir de 2009 até 2021, de cerca de ECV 280.000 milhares, sendo remuneradas à taxa do rendimento anual das aplicações dos recursos do *Internacional Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund*, que em 2008 foi estimada em 3,96% (2007: 3,38%).

A rubrica “Títulos Consolidados de Mobilização Financeira” (TCMF) releva os títulos emitidos pelo International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund (CVDTF) criados ao abrigo da lei n.º 69/V/98, no âmbito do processo da redução do peso da dívida interna e alavancagem da economia cabo-verdiana. Estes títulos são remunerados à taxa resultante de 90% dos resultados líquidos do CVDTF, que em 2008 foi estimada em 3,683% (2007: 2,989%).

Ao abrigo da Lei 69/98, o BCV reconheceu o direito a receber 5% do rendimento do CVTF durante o período de existência de Fundo. De acordo com as IFRS, este direito cumpre com os requisitos de um activo financeiro e deve ser classificado como Disponível para venda.

A participação que o Banco possui na SOCAPESCA, no montante de ECV13.880 milhares, encontra-se em situação de imparidade, dado que a empresa, se encontra em fase de liquidação.

## **Nota 10 – Investimentos em Associadas**

O saldo desta conta refere-se à participação do Banco de 40% no capital social da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento e encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial.

## **Nota 11 – Medalhística e Numismática**

O saldo desta conta refere-se às existências de medalhas e moedas comemorativas emitidas pelo Banco de Cabo Verde. No exercício verifica-se um decréscimo de 4,30% face ao ano de 2007 o qual se deve à venda de numismática aos coleccionadores.

## Nota 12 – Imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2008, o movimento desta rubrica apresenta-se como segue:

**Quadro 60 - Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis**

(milhares de escudos)					
	31-12-2007	31-12-2008			
	Valor Líquido	Valor Bruto	Amortiz. Acumulada	Amortiz. Exercício	Valor Líquido
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>	<b>252466</b>	<b>706942</b>	<b>443233</b>	<b>32430</b>	<b>263709</b>
Imóvel	179631	369280	195081	11137	174199
De serviço Próprio	142115	275874	136588	8534	139287
Terrenos	56811	56811		0	56811
Edifícios	46165	170432	130914	6648	39517
Grandes reparações e beneficiações	39139	48632	5674	1886	42959
Outros imóveis	37516	93406	58493	2603	34912
Equipamento	60534	324815	248152	21292	76663
Mobiliário e material	18298	93431	74659	4359	18773
Máquinas e ferramentas	9636	61071	52387	2686	8684
Equipamento informático	14270	74984	52499	7908	22486
Instalações interiores	6829	66328	47403	2633	18925
Material de transporte	10964	28203	20879	3641	7323
Equipamento de segurança	480	554	129	55	425
Outro equipamento	57	244	197	9	47
Património artístico	4624	4624			4624
Activos tangíveis em curso	7677	8223			8223
Outros activos tangíveis	0	0			0
<b>Activos Intangíveis</b>	<b>21593</b>	<b>51793</b>	<b>34662</b>	<b>5561</b>	<b>17131</b>
Software	10272	40568	34662	5561	5906
Activos intangíveis em curso	11321	11225			11225
<b>Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis</b>	<b>274060</b>	<b>758735</b>	<b>477896</b>	<b>37990</b>	<b>280840</b>

Fonte: BCV

Os Activos fixos tangíveis e activos intangíveis registam uma variação positiva face a 2007, retratando, essencialmente, aquisição e instalação de sistema de conferência para sala de formação/conferência, de central de PBX e, ainda, a aquisição de diversos equipamentos informáticos.

## Nota 13 - Contas de Regularização Activas

**Quadro 61 - Contas de Regularização Activas**

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Contas internas de regularização	105.946	121.920
Proveitos a receber	5.284	5.751
Despesas com custo diferido	2.899	2.022
Outras contas de regularização activa	2.844	5.104
Total	116.973	134.797

Fonte: BCV

A rubrica “contas internas de regularização” inclui, particularmente, as operações cambiais a liquidar - compra antecipada de divisas da SISF, no montante de CVE 103.565 milhares, conforme deliberação superior.

A rubrica “Proveitos a receber” inclui, outros valores activos em moeda nacional, no valor de ECV 5.258 milhares.

A rubrica “Despesas com custo diferido” inclui essencialmente, custos com economato, no valor de ECV 1.467 milhares e outras despesas antecipadas de fornecimentos de terceiros, no valor de ECV 1.401 milhares.

A rubrica “Outras contas de regularização” representa saldos a regularizar provenientes de diversas operações activas.

## Nota 14 - Notas e Moedas em Circulação

**Quadro 62 - Notas e Moedas em Circulação**

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Notas e moedas emitidas	-14.706.048,6	-12.722.364,9
Notas em caixa	4.399.747,4	2.787.884,8
Moeda metálica em caixa	14.031,1	9.564,1
Notas e moedas em trânsito	53,4	53,4
Total	-10.292.216,8	-9.924.862,6

Fonte: BCV

A rubrica “Notas e moedas em circulação” corresponde à diferença entre o valor das notas e moedas emitidas e o valor das notas e moedas existentes na Tesouraria e em trânsito.

## Nota 15 - Responsabilidades para com o Exterior

### Quadro 63 - Responsabilidades para com o Exterior

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Responsabilidades para com organismos internacionais	-1.120.016,5	-940.613,9
Empréstimos e outros créditos	-1.041.455,4	-1.083.640,9
Total	-2.161.471,9	-2.024.254,9

Fonte: BCV

A rubrica “Responsabilidades para com organismos internacionais” representa depósitos à ordem em moeda nacional de Organismos Internacionais junto do Banco (ver nota 5). No período, não acusa um acréscimo de 19,07% o qual se deve à constituição de depósitos, no âmbito do protocolo da CEDEAO sobre *prélèvement communautaire*, equivalente a 0,5% sobre as importações - receitas aduaneiras, no valor de CVE 131.628 milhares, bem como o ajustamento da participação do Estado no FMI, referente aos exercícios de 2004 e 2005.

A rubrica “Empréstimos e outros créditos” decompõe-se como segue:

### Quadro 64 - Empréstimos e outros créditos

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Fundo Monetário Internacional (FMI)	-966.764,6	-1.010.109,4
Atribuição cumulativa - FMI	-74.690,8	-73.531,5
Total	-1.041.455,4	-1.083.640,9

Fonte: BCV

A rubrica “Fundo Monetário Internacional (FMI)” regista um financiamento de médio e longo prazo concedido pelo FMI, no âmbito do *Poverty Reduction and Growth Facility* e em 31 de Dezembro de 2008 apresenta um saldo de DTS 8.025 milhares. No período, acusa um decréscimo de 4,29% face a 2007, traduzindo os efeitos da amortização da segunda, terceira, quarta e quinta prestação do empréstimo obtido.

A rubrica “Atribuição cumulativa – FMI”, releva a responsabilidade referente à atribuição dos direitos de saque especiais perante o FMI (DTS 620.000), decorrente da participação naquele organismo internacional. A evolução no período, deve-se, essencialmente, à actualização cambial, tendo o USD como moeda de referência.

## Nota 16 – Responsabilidades para com Instituições Financeiras

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

### Quadro 65 - Responsabilidades para com Instituições Financeiras

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Depósitos de instituições bancárias		
Depósitos em moeda nacional (MN)	-14.295.838,7	-13.961.946,0
Operações passivas de política monetária	-6.929.905,5	-6.578.536,7
Facilidades permanentes de liquidez - absorção	-1.280.000,0	0,0
Depósitos em moeda estrangeira (ME)	-26.239,1	-3.671,6
Depósitos de instituições não bancárias ((MN)	-565,3	-8.460,0
Total	-22.532.548,5	-20.552.614,3

Fonte: BCV

A rubrica “Depósitos em MN” inclui os depósitos constituídos pelas instituições financeiras que servem o duplo objectivo de conta de liquidação e de retenção das disponibilidades mínimas de caixa exigidas pela legislação.

A rubrica “Depósitos em ME” releva o contravalor dos depósitos à ordem, em moeda estrangeira, constituídos pelas instituições financeiras no Banco.

## Nota 17 – Responsabilidades para com o Estado

### Quadro 66 - Responsabilidades para com o Estado

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Depósito em moeda nacional (MN)	-2.835.927,1	-3.737.129,1
Credores em moeda nacional	0,0	-1.500,0
Depósito em moeda estrangeira (ME)	-728.833,5	-609.017,8
Conta Investimento	-728.522,8	-608.719,7
Cabo Verde Trust Fund	-310,7	-298,1
Total	-3.564.760,6	-4.347.647,0

Fonte: BCV

A rubrica “Conta Investimento” representa o contravalor de diversos depósitos à ordem em moeda estrangeira relativos a Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, nomeadamente, o Banco Mundial, Fundos Desafios do *Millenium Challenge Corporation*, no âmbito do programa de ajuda financeira e capacitação institucional implementado pelo Estado Norte Americano, entre outros.

## Nota 18 – Responsabilidades para com o Fundo de Pensões

O Banco assegura o pagamento de pensões de reforma e de sobrevivência aos trabalhadores e cônjuges que tenham entrado no Banco até 31 de Dezembro de 1993 e compartici-

pa nas despesas de tratamento no exterior, incorridas por motivo de saúde, relativamente aos trabalhadores abrangidos por este plano.

De acordo com a IFRS 19, o Banco deve registar nas suas contas o valor actual das responsabilidades com os benefícios acima descritos relativas aos serviços passados e presentes, mediante estudos actuariais.

Na transição, tendo em conta a insuficiência do fundo, o valor do défice apurado com base no estudo actuarial de 2006, foi registado no passivo por contrapartida de resultado transitado e nos exercícios seguintes, a variação por contrapartida de resultado do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2007/2008, dada a inexistência de estudos actuariais, considerou-se uma taxa anual de crescimento das responsabilidades de 3%.

### **Nota 19 – Responsabilidades para com Prémios de Antiguidade**

O BCV concede aos seus empregados prémios de antiguidade, quando estes perfazem 10, 20 e 30 anos de actividades no Banco, um, dois e três salários efectivos, respectivamente. Estes prémios atribuídos configuram um benefício de longo prazo e como tal devem ser registados no passivo pelo valor actual das responsabilidades com serviços passados.

Na ausência de um estudo actuarial, e estimativa foi calculada com base na informação de mercado em Portugal, um *benchmark* que fosse aplicado ao BCV.

O Reconhecimento inicial deste passivo é efectuado por contrapartida do resultado transitado (à data de transição) e nos exercícios posteriores, por contrapartida de resultado do exercício. Os pagamentos dos prémios de antiguidade são efectuados por contrapartida do passivo (pagamentos não têm impacto em resultados).

### **Nota 20 – Outras Responsabilidades para com o Fundo**

Trata-se de uma reserva constituída por deliberação do Conselho de Administração para fundo para obras sociais conforme a figura que aparece na Lei Orgânica do BCV. O fundo foi criado com o objectivo de conceder créditos aos colaboradores, custear festas, eventos e outros custos. As dotações para este fundo decorrem das deliberações do CA na distribuição de resultado de forma a assegurar a prossecução das respectivas finalidades. No entanto, desde a constituição da reserva esta não foi utilizada para os fins a que se destina, tendo os custos com festas e eventos sido suportados pelo Banco e os créditos a colaboradores a serem concedidos directamente pelo BCV não obstante a NAP nº 12/2005 que regula a gestão do Fundo social.

Desta forma, na transição e em exercícios seguintes, o valor do fundo foi reclassificado para esta conta. Em decorrência (criação de um Fundo autónomo), os custos com festas, eventos e outros devem ser registados por contrapartida do Fundo. Igualmente, os empréstimos concedidos a colaboradores ao abrigo do “Fundo” devem ser concedidos pelo “Fundo” logo a disponibilização de fundos, recebimento de capital e juros devem ser efectuados por contrapartida do “Fundo”.

No caso existir futuramente uma estimativa de aplicações de resultados para o fundo estes deverão ser especializados por contrapartida de custos com pessoal.

## Nota 21 - Exigibilidades Diversas

A rubrica “Exigibilidades diversas” inclui (i) ECV 57.534 milhares relativos às notas retiradas de circulação, cuja responsabilidade do Banco perante os detentores das mesmas permanece até expirar o respectivo prazo de prescrição e (ii) ECV 25.375 milhares relativos ao recebimento de 2% dos prémios dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil no âmbito do “Fundo de Garantia Automóvel”, que garante o pagamento de sinistrados não cobertos pelo seguro obrigatório de responsabilidade civil.

## Nota 22 - Contas de Regularização Passivas

### Quadro 67 - Contas de Regularização Passivas

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Custo a pagar	-43.581,1	-42.270,3
Receitas com proveito diferido	-13.482,2	-15.140,3
Outras contas de regularização passiva	-13.956,2	-7.328,2
Total	-71.019,5	-64.738,8

Fonte: BCV

A rubrica “Custos a pagar” inclui a especialização de custos com comissões a pagar sobre a gestão da carteira pelo Banco Central do Luxemburgo, no valor de ECV 8.030 milhares e de custos administrativos, no valor de ECV 35.551 milhares.

A rubrica “Receitas com proveitos diferidos” agrega as transferências de valores à guarda da conta Extrapatrimonial para Numismática.

A rubrica “Outras contas passivas a regularizar” inclui diversos valores aguardando a regularização para serem integrados nas respectivas contas no valor de ECV 10.745 milhares, rendas de propriedades, no montante de ECV 3.193 milhares e sobras de caixa, no valor de ECV 18 milhares.

## Nota 23 - Capital Próprio

### Quadro 68 - Capital

	Milhares de escudos				
	Saldo em 31/12/ 2007	Varição	Paga- mento di- videndos	Trans- ferências	Saldo em 31/12/2008
Capital Social	200.000,0				200.000,0
Reserva legal/geral	241.332,4			29.898,3	271.230,6
Reservas de reavaliação	500.586,5	147.315,5			647.902,1
Resultante de valorização ao justo valor	512.033,9	146.050,7			658.084,7
De activos financeiros disponíveis p/venda	512.033,9	146.050,7			658.084,7
De instrumento monetário	478.885,1	144.603,5			623.488,6
Obrigações do Tesouro	206.998,5	62.841,0			269.839,5
Títulos Consolidados de mobilização financeira	219.546,6	69.936,1			289.482,7
Outros	52.340,0	11.826,4			64.166,4
De instrumento não monetário	33.148,8	1.447,3			34.596,1
Fundo p/obras sociais	0,0				0,0
Reserva para pensões	0,0				0,0
Reservas associadas a diferenças cambiais	11.447,4	1.264,8			10.182,6
Outras reservas	0,0				0,0
Total Reservas	741.918,9	147.315,5	0,0	29.898,3	919.132,7
Resultado transitado	904.301,2				904.301,2
Resultado do exercício 2007	178.259,0		44.847,4	74.745,7	58.665,8
Resultado do exercício 2008		29.165,9			29.165,9
<b>Capitais Próprios</b>	<b>215.875,7</b>	<b>118.149,7</b>	<b>44.847,4</b>	<b>44.847,4</b>	<b>244.331,5</b>

Fonte: BCV

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital próprio do Banco ascende a CVE 244.331 milhares positivos, reflectindo os ajustamentos resultantes da variação do justo valor dos activos disponíveis para venda e a distribuição do resultado de exercício de 2007.

O resultado de 2007 foi aplicado de acordo com a proposta aprovada pelo Conselho de Administração e comunicada à Senhora Ministra das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, tendo-se transferido ECV 44.847 milhares para pensões de reforma.

Nos termos do artigo 57º da sua Lei Orgânica, o Banco deve anualmente constituir uma reserva geral, por transferência de 25% do resultado de cada exercício (quando a reserva não exceder o capital mínimo realizado) ou equivalente a um sexto do resultado líquido (quando a reserva exceder o capital mínimo e não exceder quatro vezes o capital realizado do Banco).

A transferência para reserva legal/geral refere-se exclusivamente à dotação correspondente a 25% do resultado líquido. A parcela de 25% foi transferida para o Estado, enquanto que o remanescente foi transferido para a conta de resultados transitados.

O Resultado de exercício de 2008 atinge CVE 29.166 milhares negativos e reflecte, essencialmente, à moderação no ritmo de crescimento da margem financeira relacionada com a queda nas taxas de juro no mercado internacional, aos prejuízos em operações financeiras resultantes da efectivação de operações cambiais em dólares americanos, que conhece uma depreciação nominal até Setembro de 2008 e à desvalorização de títulos



emitidos por não residentes, esta associada à crise económica e financeira internacional desencadeada nos EUA no verão passado.

## Nota 24 - Juros e Proveitos Equiparados

### Quadro 69 - Juros e Proveitos Equiparados

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Operações com o exterior		
Depósitos a Prazo	-755.821,6	-674.988,3
Títulos Estrangeiros	-486.991,6	-455.130,2
Outros	-9.907,2	-15.253,1
Total	-1.252.721,4	-1.145.370,6
Operações com residentes		
Títulos nacionais	-167.836,1	-141.938,4
Crédito ao Pessoal	-41.879,1	-46.872,1
Financiamento a Instituições Financeiras	-6.029,3	-1.394,8
Outros juros	-3.832,9	-4.628,1
Sub Total	-219.577,3	-194.833,4
Total	-1.472.297,7	-1.340.204,9

Fonte: BCV

A variação ocorrida em juros e proveitos no exercício de 2008 deve-se, sobretudo, ao reforço das reservas cambiais, pese embora a queda nas taxas de juro internacionais e à maior rentabilidade dos recursos do CVTF.

Os juros de financiamento a instituições financeiras reflectem juros de cedência de liquidez e juros de crédito suplemento concedida à SISP, no valor de ECV 5.985 e 44 milhares de escudos respectivamente.

A rubrica “Outros juros” de operações com residentes, no valor de ECV 3.833 milhares, traduz os juros referentes a crédito concedido à IFH, no valor de ECV 3.744 milhares, e juros de Leasing financeiro no montante de 89 milhares de escudos.

## Nota 25 - Juros e Custos Equiparados

### Quadro 70 - Juros e Custos Equiparados

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Responsabilidades para com o Exterior	7.359,0	8.448,0
Responsabilidades para com Residentes		
Responsabilidades para com IF	336.861,6	253.388,7
Responsabilidades para com o Estado	7.081,1	11.562,5
Total	351.301,7	273.399,3

Fonte: BCV

A rubrica “Responsabilidades para com o Exterior” inclui o valor de ECV 4.931 milhares referente aos juros para com o FMI, no âmbito do PRGF e os juros de atribuição acumulativa de Direitos de Saque Especiais - FMI, no montante de ECV 2.194 milhares.

A variação ocorrida em “Responsabilidades para com instituições financeiras” deriva dos juros das operações de absorção de liquidez e da emissão de Títulos de Intervenção e de Regularização Monetária pelo Banco para enxugar a liquidez excedentária existente no sistema.

A rubrica “Responsabilidades para com o Estado” inclui juros relativos ao stock financeiro, no valor de ECV 4.838 milhares e ECV 2.243 milhares relativos aos juros do *Millennium Challenge Account*<sup>4</sup> (MCA).

## Nota 26 - Rendimentos de Títulos

### Quadro 71 - Rendimentos de Títulos

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
De activos titularizados emitidos por residentes	-169.733,0	-142.714,9
De activos s/ organismos internacionais	-801,7	-2.004,3
Total	-170.534,7	-144.719,1

Fonte: BCV

A rubrica “De activos titularizados emitidos por residentes” engloba os rendimentos dos TCMF detidos pelo Banco, enquanto que a rubrica “De activos s/ organismos internacionais” reflecte os dividendos do Afreximbank.

<sup>4</sup> Os fundos do MCA foram concedidos pelo Governo norte-americano e são remunerados à taxa de juro da *Federal Reserve* deduzida de uma margem de 100 pontos base para denominações em USD e à taxa de facilidade de absorção de liquidez praticada pelo Banco de Cabo Verde para os denominados em CVE. A *Fed Funds rate* fixa-se, em 31 de Dezembro de 2008, num intervalo que varia entre [0 - 0,25%], enquanto que a taxa de absorção de liquidez situa-se em 2,75%, a partir de Outubro do corrente ano.

## Nota 27 - Comissões e outros Proveitos e Lucros

A rubrica “Comissões e Outros proveitos e lucros” no valor de ECV 19.502 milhares representa as receitas provenientes da actividade de supervisão.

## Nota 28 - Comissões e outros Custos Bancários

A rubrica “Comissões e outros custos” engloba ECV 32.597 milhares, referentes a Comissões pagas no âmbito do contrato de gestão de carteira assinado com o Banco Central do Luxemburgo.

## Nota 29 - Lucros em Operações Financeiras

### Quadro 72 - Lucros em Operações Financeiras

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Lucros em operações cambiais	-43.670,1	-18.051,9
Lucros em operações financeiras	-59.947,7	-496,2
Lucros em outros valores activos	-1.537,8	-2.107,8
Total	-105.155,6	-20.655,9

Fonte: BCV

A rubrica “Lucros em operações financeiras” reflecte os lucros em operações sobre outros activos (lucro de activos s/ exterior – descontos na aquisição de títulos estrangeiros e provenientes de venda de numismática e medalhística aos coleccionadores) e lucros obtidos em operações cambiais, que no período evidencia um aumento significativo em relação ao ano anterior, em resultado da apreciação nominal do dólar no último trimestre do ano.

## Nota 30 - Prejuízos em Operações Financeiras

### Quadro 73 - Prejuízos em Operações Financeiras

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Prejuízos em operações cambiais	224.820,2	164.046,3
Prejuízos em operações financeiras	649.530,0	85.626,9
Prejuízos em operações de futuros financeiros	-	-
Total	874.350,2	249.673,2

Fonte: BCV

A rubrica “Prejuízos em operações financeiras” reflecte os prejuízos em operações cambiais associados à depreciação do USD ocorrido até Setembro de 2008 e prejuízos em aplicações em títulos estrangeiros relacionados com os prémios pagos e com a desvalorização da carteira face à crise financeira internacional.

## Nota 31 - Resultados em Empresas Associadas

Retrata a apropriação do resultado líquido da SISP na proporção da participação do BCV naquela instituição.

## Nota 32 - Resultados de Reavaliação Cambial

### Quadro 74 - Resultados de Reavaliação Cambial

(milhares de escudos)		
	2008	2007
Lucros não realizados em operações cambiais		
Lucros em reservas cambiais	-138.110,3	-
Prejuízos não realizados em operações cambiais		
Prejuízos em reservas cambiais	21.441,2	138.584,4
Total	-116.669,1	138.584,4

Fonte: BCV

## Nota 33 - Resultado de Alienação de outros Activos

Esta rubrica reflecte as mais-valias realizadas na alienação do imobilizado.

## Nota 34 - Outros Resultados de Exploração

### Quadro 75 - Outros Resultados de Exploração

(milhares de escudos)		
	2008	2007
Outros custos de exploração		
Contribuição p/ assist. financeira internacional	2.821,9	1.068,6
Subsídios e Donativos	2.178,0	2.205,8
Outros	361,4	5.517,7
Outros proveitos e lucros operacionais	-13,0	-284,3
Total	5.348,3	8.507,8

Fonte: BCV

A rubrica “Contribuição para assistência financeira internacional” reflecte os custos suportados com a assistência financeira internacional, enquanto que a rubrica “Subsídios e donativos” agrega os apoios concedidos às actividades de carácter cultural e artístico e de promoção social.

## Nota 35 - Custos com Emissão e Destruição de Notas e Moedas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

### Quadro 76 - Custos com Emissão e Destruição de Notas e Moedas

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Custos com emissão de notas e moedas	63.505,1	19.214,8
Custos com destruição de notas	733,8	643,3
Total	64.239,0	19.858,1

Fonte: BCV

## Nota 36 - Custos com o Pessoal

### Quadro 77 - Custos com o Pessoal

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Custos com o pessoal		
Remunerações		
De empregados	197.628	185.867
De órgãos de gestão e fiscalização	20.221	18.442
Sub Total	217.849	204.309
Outros custos		
Encargos sociais	219.814	211.644
Outros custos	58.141	60.172
Sub Total	277.955	271.816
Total	495.804	476.125

Fonte: BCV

Os custos com pessoal acusam um acréscimo de 4,0% face a 2007, o qual se deve à actualização salarial à taxa superior a de 2007, à política de promoção e progressão na carreira e ao reforço do quadro de pessoal.

Os “Encargos sociais” agregam os encargos sociais ordinários e facultativos, nos montantes de CVE 20.179 e 159.502 milhares, respectivamente, relativos à comparticipação do Banco e dos trabalhadores no activo, nos termos das normas vigentes na instituição, para fundos de pensões de reforma e de sobrevivência, bem como os encargos com assistência médica e medicamentosa, no valor de CVE 25.071 milhares.

Os encargos facultativos correspondem a 1,5 do valor das pensões pagas no exercício, enquanto os relativos à assistência médica e medicamentosa retratam a comparticipação da instituição para com os serviços clínicos contratados no país, para aquisição de medicamentos e para o reforço do fundo para tratamento de pessoal no exterior, cujo montante atinge CVE 6.516 milhares. Integram, ainda, outros encargos sociais, no valor de CVE 2.063 milhares, representando abonos de família aos empregados do quadro de pessoal do Banco, no valor de CVE 920 milhares, os subsídios de funeral, no montante de CVE 854 milhares e os custos com seguro de acidentes de trabalho, de CVE 289 milhares.

A rubrica “Outros custos - outros custos” abarcam os custos com formação e valori-

zação do pessoal, no montante de ECV 18.280 milhares, com a gestão do Fundo Social, no valor de CVE 27.018 milhares de escudos, dos quais CVE 20.442 milhares relativos à bonificação de taxas de juro e outros custos relativos ao pessoal, de CVE 1.237 milhares, relacionados com a melhoria das condições de salubridade dos locais de trabalho.

## Nota 37 - Fornecimentos E Serviços De Terceiros

### Quadro 78 - Fornecimentos e Serviços de Terceiros

	(milhares de escudos)	
	2008	2007
Fornecimentos de terceiros		
Água e electricidade	9.888,6	8.628,2
Material de consumo corrente	3.777,5	3.627,1
Material informático	3.145,8	4.807,8
Outros	3.728,4	4.998,5
Sub Total	20.540,2	22.061,7
Serviços de terceiros		
Honorários	41.283,1	68.335,5
Comunicações	18.278,9	18.802,3
Serviços especializados	12.780,7	10.355,0
Deslocações, estadias e representações	11.992,0	8.717,1
Conservação e reparação	10.937,4	6.328,9
Publicidade e edições	3.716,6	7.732,2
Outros	15.326,8	11.660,8
Sub Total	114.315,6	131.931,8
Total	134.855,8	153.993,5

Fonte: BCV

O saldo de “Honorários” inclui serviços de advogados no montante de ECV 1.701 milhares, os custos com os serviços de auditoria e consultoria no valor de ECV 38.438 milhares de escudos, no âmbito dos projectos de convergência do Banco e do Sistema Bancário para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, do Desenvolvimento do Sistema Financeiro, da Gestão Electrónica de Documentos, bem como da Elaboração do Plano Previsional de Gestão de Recursos Humanos, entre outros.

## Nota 38 - Contas Extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2008, apresentavam a seguinte discriminação:

	2008	2007
Garantias e avales prestados	2.500	2.500
Valores recebidos em caução	204.653	204.653
Valores recebidos em depósito	47.172.299	49.381.903
Outras contas extrapatrimoniais	74.743.988	80.383.271
Contas de regularização	87.657	87.616

A rubrica “Valores recebida em caução” diz respeito a hipotecas recebidas em garantia de empréstimos concedidos, decorrentes do processo de separação do Banco Comercial do Atlântico.

A rubrica “Valores recebidos em depósito” inclui: (i) os títulos desmaterializados emitidos pelo Estado de Cabo Verde (OT, BT e TCMF), (ii) as promissórias do Estado a favor de organismos internacionais, e (iii) os títulos de participação no Cabo Verde *Development Trust Fund*.

A rubrica “Outras contas extrapatrimoniais” inclui um valor de ECV 73.926.940 milhares referente a notas e moedas prontas a emitir, que se encontram nos cofres do BCV.

A rubrica “Contas de Regularização” regista o saldo líquido de valores activos e passivos decorrentes do processo de cisão ocorrido em 1993, onde foram destacadas do Banco, as vertentes comercial e desenvolvimento, que deram origem ao Banco Comercial do Atlântico em 1993. Naquela data, os valores encontravam-se em balanço a aguardar regularização tendo sido decidido pelo Conselho de Administração retirar o saldo líquido dos valores activos e passivos do Balanço, por utilização de uma provisão, tendo sido relevados em extrapatrimoniais, por forma a reflectir os direitos e responsabilidades inerentes ao BCV.





## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



## **RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL E PARECER ÀS CONTAS DO** **EXERCÍCIO DE 2008**

### **I-RELATÓRIO**

Durante o exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente analisado a documentação recebida e obtido todas as informações e esclarecimentos solicitadas ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco. Para além disso, assistiu às reuniões semanais do Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 49º da Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, aprovada pela Lei n.º 10/VI/2002, de 15 de Julho de 2002.

Efectuou reuniões mensais em harmonia com o estipulado na Lei Orgânica, procedeu à análise das situações contabilísticas mensais, participou na confirmação de valores à guarda na Casa Forte do Banco, emitiu pareceres que lhe foram solicitados e fez recomendações em assuntos pertinentes para a gestão da Instituição. Finalmente, emitiu o seu parecer sobre os Orçamentos de Exploração e de Investimentos para 2009.

O Relatório enviado à Senhora Ministra das Finanças evidencia de forma pormenorizada as actividades desenvolvidas ao longo do exercício.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas atribuições e competência e nos termos do artigo 47º da Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, se obriga a emitir a sua opinião sobre as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, aprovadas pelo Conselho de Administração.

A nossa análise às Contas do Banco não revelou nenhuma informação relevante que não consta dos referidos documentos e que fosse do conhecimento da Administração. Desta análise destaca-se o seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2008, o Activo Líquido do Banco ascende a 41.382.601 milhares de escudos e acusa um aumento de 5,16% face ao período homólogo do ano anterior, reflectindo, basicamente, a evolução das “Reservas Cambiais” que, representando 73,62% da estrutura, contribuem com uma taxa de 5,00% para o incremento desse agregado.

As responsabilidades para com as Instituições Financeiras atingem 22.499.231 milhares de escudos, acusando um aumento de 9,98% face a 2007, e traduzem os depósitos das Instituições de Crédito, decorrentes nomeadamente da constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa e das operações passivas de Política Monetária. O banco central continua empenhado na execução da política monetária com emissão de títulos próprios. No fim do período, os Títulos de Intervenção e de Regularização Monetária ascendem a 5.698.999 e 1.197.589 milhares de escudos, respectivamente.

  
**Banco de Cabo Verde**  
**Conselho Fiscal**



Avenida Amílcar Cabral • Caixa Postal 101 • Telefone (+238) 2607000 • Fax (+238) 2614447 • Praia – Cabo Verde  
[www.bcv.cv](http://www.bcv.cv)

Os “Proveitos e ganhos”, no valor de 1.786.570 milhares de escudos, crescem na ordem de 17,35%. Os “Custos e perdas” atingem 1.632.033 milhares de escudos e acusam um aumento de 21,51% face ao exercício de 2007. Os custos com pessoal ascendem a 491.858 milhares de escudos e acusam um acréscimo de 4,55% face a 2007. As provisões do exercício atingem 300.129 milhares de escudos, espelhando, particularmente, o provisionamento de títulos emitidos por não residentes que se desvalorizaram cerca de 100%, em decorrência da crise financeira internacional.

Por seu turno, os juros e custos equiparados, no montante de 349.965 milhares de escudos, espelham um aumento de 26,77% face a 2007, repercutindo nomeadamente os juros suportados com as operações passivas de política monetária.

Em 31 de Dezembro de 2008, o coeficiente de disponibilidades mínimas de caixa situa-se nos 14% desde 2007, enquanto que a taxa directora é fixada nos 5,25% desde Outubro. Em decorrência, as taxas de facilidades permanentes de cedência atingem 8,25% e as de facilidades de depósitos 2,75%, enquanto que a taxa dos Títulos de Intervenção Monetária atingem, em média, 5,50%, face ao “euribor” que na actualidade situa-se a volta de 1%.

No valor de 30.466.237 milhares de escudos, as reservas cambiais evidenciam um acréscimo de 6,91% em relação ao período homólogo do ano anterior.

Por sua vez, as “Outras contas de regularização activas” representam saldos a regularizar provenientes de diversas operações, das quais se destacam as operações cambiais, no montante de 103.565 milhares de escudos.

A situação líquida do Banco de Cabo Verde, em 31 de Dezembro de 2008, ascende a 826.079 milhares de escudos e acusa um acréscimo de 15,31% face ao ano anterior.

O resultado líquido do Banco ascende a 154.537 milhares de escudos e acusa um decréscimo de 13,85% face a 2007.

O resultado líquido em operações financeiras ascende a 119.665 milhares de escudos negativos, evidenciando os prejuízos em operações cambiais associados à depreciação do dólar americano durante os primeiros três trimestres do ano.

Mais uma vez, convém realçar os custos da política monetária e cambial do Banco que alcançam um montante global acima de 400.000 milhares de escudos.

O Conselho Fiscal entende que o Relatório apresentado ao Conselho de Administração, ainda que na ausência das pertinentes notas dos auditores externos, pormenoriza, no rigoroso respeito pelas normas, a actividade do Banco. De igual modo, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas, obedecendo aos princípios contabilísticos geralmente aceites, de forma a garantir fiabilidade e comparabilidade dos dados.



**Banco de Cabo Verde**  
**Conselho Fiscal**

2

Avenida Amílcar Cabral • Caixa Postal 101 • Telefone (+238) 2607000 • Fax (+238) 2614447 • Praia – Cabo Verde  
[www.bcv.cv](http://www.bcv.cv)

Mod Not.02

Finalmente, salvo melhor opinião, em ordem a consolidar financeiramente o Banco e a manutenção de níveis razoáveis de cobertura das responsabilidades futuras com pensões de reforma e sobrevivência, reiteramos a necessidade de constituição suplementar de provisões.

Pelo exposto, o Conselho Fiscal é do seguinte parecer:

## **II - PARECER**

Sejam aprovados os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2007, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração, evidenciando um Activo Líquido de 41.382.601 milhares de escudos e um Resultado Líquido do Exercício de 154.537 milhares de escudos.

O Conselho Fiscal agradece ao Governador e ao Conselho de Administração do Banco, bem como aos serviços que contactou, a colaboração que lhe prestaram.

Feito na Praia, aos 24 dias do mês de Março de 2009.

O Conselho Fiscal,




Aristides Ortet Alcântara



Eurico Pinto Monteiro



Carlos Alberto Lopes Silva



Banco de Cabo Verde  
**Conselho Fiscal**

Avenida Amílcar Cabral • Caixa Postal 101 • Telefone (+238) 2607000 • Fax (+238) 2614447 • Praia – Cabo Verde  
[www.bcv.cv](http://www.bcv.cv)

Mod.Not.02



## RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA







Exmo. Conselho de Administração do  
Banco de Cabo Verde  
Praia

1. Examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 do Banco de Cabo Verde (adiante designado por BCV ou Banco) e a Demonstração dos Resultados referente ao exercício findo naquela data, que evidenciam um activo líquido de 41.420.720 contos e um capital próprio de 244.331 contos, incluindo um resultado do exercício negativo de 29.166 contos, bem como o correspondente Anexo às demonstrações financeiras, cuja elaboração é da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras com base na auditoria que realizámos. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em contos caboverdianos correspondendo um conto a um milhar de escudos caboverdianos (CVE).

2. Excepto quanto ao descrito no parágrafo 3, o nosso exame foi realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos uma razoável segurança sobre se as Demonstrações Financeiras contém ou não erros ou omissões significativas. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da documentação de suporte dos valores e das informações constantes das Demonstrações Financeiras. Inclui também a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e das estimativas mais significativas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras consideradas na sua globalidade. É nossa convicção que a auditoria que realizámos constitui uma base razoável da nossa opinião.

3. De acordo com os estatutos do BCV, as reformas dos funcionários admitidos até 31 de Dezembro de 1993, são da responsabilidade do Banco. Embora exista um fundo para pensões de reforma, sobrevivência e para despesas de tratamento no exterior, que tem sido reforçado ao longo dos anos e que ascende, em 31 de Dezembro de 2008, a 2.407.429 contos. O estudo actuarial existente é reportado a 31 de Dezembro de 2006, tendo sido efectuada uma actualização das responsabilidade constantes do mesmo através da aplicação de um coeficiente de 3%. Dado que não existe qualquer suporte técnico que justifique a aplicação daquele coeficiente, não nos é possível determinar a adequacidade do montante daquele fundo.



4. Em nossa opinião, excepto quanto aos eventuais efeitos da situação mencionada no parágrafo 3, as referidas Demonstrações Financeiras reflectem adequadamente a posição financeira do Banco de Cabo Verde, em 31 de Dezembro de 2008 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC/NIRFs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Os critérios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras, estão descritos na Nota 2.

5. Sem afectar as conclusões expressas no parágrafo anterior refira-se que o **BCV**, em 2008, preparou e publicou a informação financeira individual pela primeira vez, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC/NIRF) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. A Informação financeira referente a 31 de Dezembro de 2008 foi elaborada tendo em consideração os princípios definidos na Norma Internacional de Relato Financeiro (NIRF) nº 1 – *Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro*. A informação financeira referente ao exercício anterior foi reexpressa para efeitos comparativos, não sendo comparável com a publicada em exercícios anteriores previamente à adopção das referidas Normas.

BDO CAPEAUDIT  
BDO Capeaudit

Praia, 30 de Março de 2009

## **Órgãos do Banco**

### **Governador**

*Carlos Augusto de Burgo*

### **Conselho de Administração**

*Carlos Augusto de Burgo*

*João Andrade Lopes*

*Manuel Costa*

*Manuel Frederico*

*Oswaldo Évora Lima\**

### **Conselho Fiscal**

*Aristides Alcântara*

*Eurico Pinto Monteiro*

*Carlos Lopes*

### **Conselho Consultivo**

*Carlos Augusto de Burgo*

*Olavo Avelino Garcia Correia*

*Oswaldo Miguel Sequeira*

*Amaro Alexandre da Luz*

*Corentino Virgílio Santos*

*Paulo Santos Monteiro, Jr.*

*António Hilário Cruz*

*Orlando Mascarenhas*

*Aristides Alcântara*

*Representante das Instituições Financeiras*

\* Resolução n.º 9/2008 de 29 de Julho, publicada no Boletim Oficial n.º 27 – II Série, de 29/07/2008 foi nomeado o Sr. Dr. **Oswaldo Évora Lima**, para exercer o cargo de Administrador do Banco de Cabo Verde, tendo tomado posse no dia 05 de Setembro de 2008.



## **Responsáveis pelos Órgãos de Direcção**

### **Departamento de Mercados**

*Carlos Rocha*

### **Departamento de Emissão, Tesouraria e Sistemas de Pagamento**

*Antónia Lopes*

### **Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras**

*João Carlos Fidalgo*

### **Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas**

*António Péricles Silva*

### **Gabinete do Governador e dos Conselhos**

*Fátima Fialho*

### **Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro**

*Salomé Rodrigues*

### **Departamento de Recursos Humanos**

*José Manuel Veiga*

### **Departamento de Administração Geral**

*António Varela*